

FOLHA DE S. PAULO

HÁ 100 ANOS



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 • Nº 33.893

TERÇA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2022

R\$ 5,00



Gabriel Monteiro/Folhapress

BOTOS QUASE SOMEM, E MANGUES DÃO ESPERANÇA DE VIDA À BAÍA DE GUANABARA

Caminhando para o desaparecimento, hoje restam apenas 30 dos animais presentes no brasão da cidade do Rio desde 1896; possibilidade de regeneração divide especialistas **Colidiano B5**

Com 8 sentenças já anuladas, Moro vê trunfo em risco

Trunfo de Sergio Moro na campanha presidencial, seu trabalho na Lava Jato vem sendo cada vez mais revisto. Das 45 sentenças expedidas de 2014 a 2018 dentro da operação, 8 já foram anuladas. Procurador, Moro disse que as anulações foram apenas por motivos formais. **Poder A4**

Caso Celso Daniel volta depois de 20 anos em eleição

Poder A8

A pandemia em 17.jan

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Até menos uma dose (caso único ou 1ª dose)

78,4%

1ª dose vacinal completa (caso único ou 2ª dose)

68,6%

Dose de reforço

16,7%

Por estados

	Até menos uma dose	1ª dose completa	Dose de reforço
SP	84,9%	79,1%	28,6%
PR	84,9%	75,5%	12,4%
SC	83,0%	75,3%	13,3%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel

160

66,3%

Em 24 h

163

Total

821.201

*Variação em relação a 14 dias

‘Passaporte da vacina’ tem apoio de 81% da população

Datafolha aponta aumento da percepção de que pandemia está descontrolada

A apresentação de comprovante de vacinação contra Covid para a entrada em locais fechados, como escritórios, bares, restaurantes e casas de shows, é defendida por 81% dos brasileiros, de acordo com o Datafolha.

A pesquisa ouviu 2.023 pessoas nos dias 12 e 13. A margem de erro é de dois pontos.

O maior percentual favorável à medida ocorre entre mulheres (87%), idosos (87%) e aqueles com ensino fundamental (86%) e que ganham até 2 mínimos (85%).

Os grupos com maior rejeição ao documento são homens (24%), pessoas de 25 a 34 anos (23%) e que ganham mais de dez mínimos (28%).

O instituto aponta que aumentou a percepção de que a doença está fora de controle. Na avaliação de 48%, está controlada em parte —eram 68% há um mês.

A fatia dos que consideram a situação descontrolada passou de 20%, em dezembro, para 45% neste novo levantamento.

Dizem sempre sair de máscara 81%; em março, esse índice era de 92%. **Saúde B3**

Fatia equivalente a 43 milhões declara ter tido gripe nos últimos 30 dias **B1**

Capital paulista abre xepa de imunizantes para crianças de 5 a 11 anos **B2**

PT quer programa para evangélicos por Lula

Buscando alavancar a candidatura de Lula, o PT deve lançar programa de entrevista voltado só para evangélicos no YouTube. **A7**

Servidores pedirão reajuste de até 28% em dia de atos

Mercado A13

Guilherme Boulos

Meu foco agora é a batalha eleitoral

Temos de derrotar Bolsonaro, e não tenho dúvidas de que Lula tem melhor condição de enfrentá-lo. Mas precisamos derrotar também a agenda política antipopular e de retirada de direitos, da qual Alemin é sócio. Como seri candidato, esta é minha última coluna. **Opinião A2**

ARTIGO

Felipe d'Avila

Retomada passa por sustentabilidade e privatização

O populismo petista e bolsonarista destruiu a economia. Os pilares para a retomada são: política ambiental tratada como política de Estado; abertura unilateral, para aumentar a competitividade; privatização, que inclui vender Petrobras e Caixa; e um Orçamento transparente e verdadeiro. **Mercado A12**

Pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Novo



Christopher Pillo/Reuters

DE VOLTA À SÉRVIA, DJOKOVIC PODE NÃO IR À FRANÇA

Tenista na chegada ao aeroporto de Belgrado, após ter sido deportado da Austrália; sem vacina, sérvio corre risco de perder também o Roland Garros devido a nova lei francesa **Esporte B7**

Itália elege presidente de olho em risco para governo do premiê

Primeiro-ministro Mario Draghi pode deixar posto e assumir Presidência, o que voltaria a tumultuar a política. **A9**

Confronto de potências seria catástrofe, diz Xi

Em discurso virtual no fórum de Davos, líder chinês fala em descartar "mentalidade de Guerra Fria". **A10**

Esporte B7

Melhor do mundo

Artilheiro polonês Robert Lewandowski é eleito pela Fifa melhor jogador do mundo pelo segundo ano consecutivo, superando concorrência de Lionel Messi e Mohamed Salah.

Ilustrada C1

Com 'puxadinhos' e decretos constantes, Lei Rouanet vive clima de incerteza

Guia C8

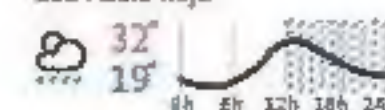
Criações ousadas põem São Paulo no mapa queijeiro internacional



Felipe d'Avila
Ilustração: Luciano Veronez

ATMOSFERA

São Paulo hoje



ISSN 1614-5723
9 771414 572032 33893

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda D'Araújo, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Paru
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Nercélio Simões Amaral (financeiro, planejamento e novos negócios) e Marcelo Benex (comercial)

EDITORIAIS

Retrato da inépcia

Datafolha explicita subnotificação de infecções por Covid e incompetência do governo em monitorá-las

Desconexão com a realidade e incompetência são duas das características marcantes do governo Jair Bolsonaro (PL) no enfrentamento da Covid-19, a “gripezinha” postulada pelo presidente que matou centenas de milhares e impôs lutos evitáveis às famílias brasileiras. Uma série de pesquisas Datafolha explicita agora a dimensão do descalabro patrocinado por seu governo. Os dados revelam que 25% dos brasileiros com mais de 16 anos disseram ter testado positivo para o coronavírus, em um total de 42 milhões de contaminados. Isso equivale a quase o dobro dos lançamentos apontados no painel oficial do Ministério da Saúde —que, de forma inadmissível, permanece desatualizado desde 9 de dezembro de 2021. Outros registros públicos, coletados pelo consórcio de imprensa, somam 23 milhões de casos, reunindo informações de todas as idades. Como os dados do Datafolha são dos infectados maiores de 16 anos, a subnotificação nas estatísticas revela-se gigantesca. Em quase dois anos de pandemia, o governo federal foi incapaz de formular uma regra única para o envio e a contabilização de casos registrados nos estados e municípios, amplificando as falhas no registro das estatísticas. Por incompetência ou má-fé, o Brasil talvez nunca saiba quantos de fato adoeceram e morreram na pandemia.

Desde o início, menosprezando o risco que a Covid-19 representava, o governo Bolsonaro também ignorou recomendação de especialistas e da Organização Mundial da Saúde de promover a testagem em massa para acompanhar a evolução da doença e embasar decisões cruciais, como a compra de insumos médicos —a exemplo do oxigênio que faltou em Manaus— e a abertura de leitos de UTI para a internação de doentes graves. Na contramão da ciência, torrou dinheiro público na fabricação da ineficaz cloroquina e incentivou aglomerações que só ajudaram a espalhar um vírus que não teve a capacidade de monitorar. Não satisfeito, Bolsonaro agiu enfaticamente contra a vacinação infantil, contrariando novamente a ciência e o anseio da população por proteção —pois, segundo o Datafolha, nada menos do que 79% dos brasileiros apoiam a imunização de crianças de 5 a 11 anos. Finalmente vencido pela realidade, seu governo acabou contrariando —sem licitação e por R\$ 6a, 2 milhões— uma empresa inexperiente para a distribuição dos imunizantes infantis, que chegaram a ser transportados em caixas de papelão recheadas com gelo. Com 69% dos brasileiros imunizados, o pior da pandemia pode até ter ficado para trás. Mas, infelizmente, ainda resta quase um ano do pior governo que o Brasil já teve.

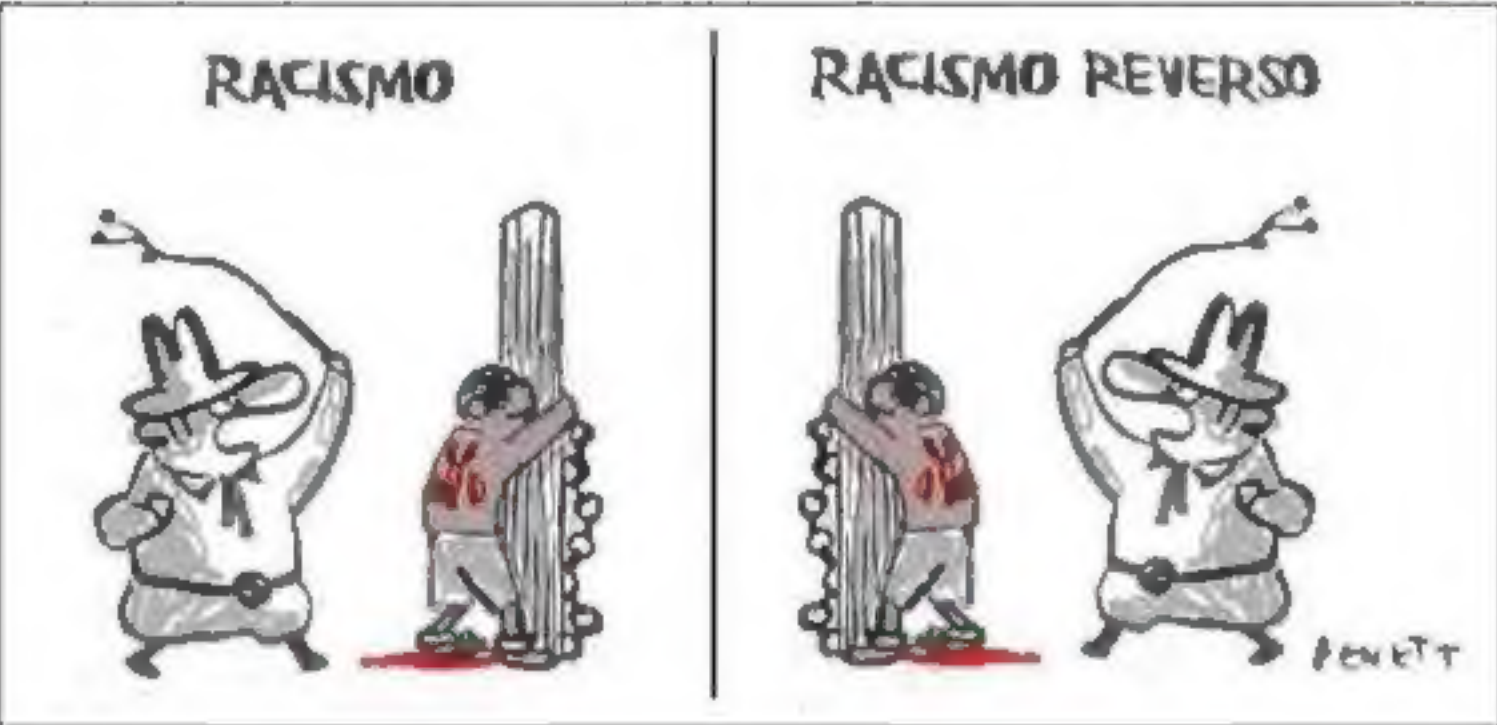
Homem das cavernas

Bolsonaro abre oportunidade para obras de infraestrutura dizimarem belezas do subsolo

A sanha desregulamentadora do governo Jair Bolsonaro (PL) no campo ambiental chegou ao subterrâneo. Decreto do presidente abriu a porteira para cavernas, grutas, lapas, tocas, abismos ou fendas de relevância máxima serem destruídos para dar lugar a projetos de infraestrutura. Cavidades naturais recebem proteção legal e são classificadas em quatro graus de importância —máxima, alta, média e baixa. Até o decreto, as primeiras não podiam sofrer impactos irreversíveis. Com a norma, órgãos ambientais ficam autorizados a declarar cavernas passíveis de dano definitivo quando o empreendimento planejado for de utilidade pública. Teme-se que autoridades federais, estaduais e municipais adotem critérios frouxos e permitam inutilizar esses patrimônios naturais para obter arrecadação. As exigências estipuladas no decreto são custear compensações para impactos (por exemplo, em benefício de outra cavidade similar) e não gerar extinção de espécies no local alterado. Arqueólogos, espeleologistas e ambientalistas em geral avaliam tais condições como insuficientes. Em primeiro lugar, não se explica que a compensação para dano

em caverna de relevância máxima ocorra em outra da mesma categoria. Quanto às espécies, a eventual extinção só poderá ser determinada a posteriori, pois nem o mais minucioso estudo logrará prever as consequências da alteração. Cavernas são ambientes frágeis que costumam abrigar espécies endêmicas, como populações diminutas de peixes e insetos só encontrados naquele espaço. Uma vez perturbado o equilíbrio, organismos desaparecerão para sempre. Haverá quem defenda que rodovias, mineradoras ou linhas de transmissão falam mais alto, mas o poder público não pode ignorar que essa não é a visão predominante na sociedade. Normas ambientais existem para proteger esses bens naturais, segundo limites ditados por consensos possíveis. Em cada empreendimento, há que compatibilizar valores e motivações em conflito no caso concreto. Para tomada de decisão, não convém alocar poder excessivo a atores interessados, como governantes e empresários. Cavernas de relevância máxima deveriam permanecer como são e estão, em modificação somente pela ação do tempo desde muito antes de existirem a espécie humana e governos predatórios.

Banca do Antifur
Telegram: <https://t.me/bancadoantifur>
Insulab: <https://insulab.com/user/book/1712>
Insulab: <https://insulab.com/user/book/41484>



Testes de Covid no buraco negro

Hélio Schwartzman

Pelo Datafolha, 42 milhões de brasileiros acima de 16 anos já tiveram Covid-19, com diagnóstico confirmado por um teste laboratorial. Pelos registros oficiais, foram, em todas as faixas etárias, 23 milhões. É uma diferença brutal, especialmente quando se considera que, no Brasil, apenas serviços credenciados puderam aplicar testes e eles têm a obrigação de informar as autoridades de todos os resultados. O número de casos “perdidos” deveria, portanto, ser muito baixo ou mesmo zero. O que se vê, porém, é que, para cada teste computado pelo sistema, quase um passou abaixo do radar. O principal suspeito para o nível vexatório de subnotificação é a falta de padronização. Embora a pandemia já tenha dois anos, ainda não existe uma regra única para o envio e a contabilização dos casos. Em determinados lugares, os laboratórios e farmácias enviam os dados para a autoridade municipal, em outros, para a estadual, em outros ainda, vão direto para o Ministério da Saúde. O que cada esfera faz dos números

que recebe é um mistério ainda maior. O governo federal gosta de desaparecer com eles, mas nem o sumiço é aplicado de forma consistente para oferecer um padrão confiável. E o problema vai muito além da pandemia de Covid-19. Gostamos de pensar o avanço da medicina como uma história de descobertas e invenções revolucionárias. Em parte é isso mesmo. Mas o que mais tem contribuído para a segurança e a eficácia de procedimentos médicos é a análise obsessiva dos dados que as próprias instituições produzem e sua tradução em melhores protocolos e padronizações. Se novas vacinas desenvolvidas em tempo recorde são fundamentais, coisas como a adoção de “checklists” e melhorias nas medidas de controle de infecção hospitalar também o são. A chave aqui é gerar dados, entendê-los e transformá-los em ganhos incrementais concretos. Nós estamos produzindo dados e os jogando num buraco negro.

heloio@uol.com.br

A campanha do ódio em ação

Cristina Serra

Reportagem de Jamil Chade e Lucas Valença, no UOL, mostra tratativas do “gabinete do ódio” para adquirir tecnologias de espionagem israelense. Uma das empresas procuradas, que atende pelo sugestivo nome de DarkMatter (em português significa “matéria escura”), desenvolveu dispositivos que podem invadir computadores e celulares, mesmo com os aparelhos desligados. Essas movimentações prenunciam que os mecanismos de disparo em massa de mentiras por aplicativo, largamente utilizados em 2018, serão brincadeira de criança perto do que estará, agora, ao alcance das quadrilhas que apoiam o chefe miliciano. Indicam também como a campanha de reeleição de Bolsonaro poderá atuar totalmente fora do radar do TSE, deixando os concorrentes a comer poeira e as instituições a enrugar gelo. Talvez seja a confiança de Bolsonaro em esquemas criminosos que explique seu comportamento, em alguns aspectos, pouco compatível com o de quem busca a recondução ao cargo. Ele nunca demonstra compaixão pelas vítimas de tragédias. Ao contrário, exibe frieza e desdém, como fez durante as enchentes na Bahia e em Minas Gerais e como tem feito ao longo da pandemia, chegando ao cúmulo de negar vacinas para crianças. Bolsonaro já deu o tom da violência que vai estimular nos próximos meses. Em recente pronunciamento, ameaçou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com o excludente de ilicitude, uma licença para matar, a ser dada para policiais que ajam “sob violenta emoção”. A proposta foi derrotada no Congresso, mas ainda é defendida pela bancada da bala. É tudo na mesma linha do “vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre” e “petralhada, vai tudo vocês (sic) para a ponta da praia [gíria para lugar de execução de presos políticos na ditadura]”. O golpista emite sinais eloquentes de que não aceitará a derrota e de que tudo fará para tumultuar as eleições. Nossas instituições estão preparadas para detê-lo?

Bolsonaro nos debates

Alvaro Costa e Silva

Como na fábula do menino pastor e o lobo, o dia chegou. Presionado pela guerra que está levando nas pesquisas, Bolsonaro disse que pretende comparecer a todos os debates da campanha presidencial. Nem a seita acreditou. Ainda mais agora que ele arranjou uma desculpa perfeita para se ausentar: comer camarões sem mastigar, engolindo-os com cabeça e tudo, baixar no hospital e, deitado na cama, tirar aquela foto já clássica, exibindo a sonda nasogástrica. Cada intervenção por dores na barriga ressuscita o atentado sofrido em 2018. Os bolsonaristas acreditam que o episódio, já virado pelo avesso do avesso pela Polícia Federal, ainda pode ter influência no eleitor de 2022. O chato da narrativa é a realidade: o candidato sobreviveu à facada e foi eleito, sendo obrigado a ocupar o cargo e a fingir que governa há mais de três anos. As facadas que Bolsonaro desfechou no país —destruição institucional, sanitária, ambiental, econômica,

educacional, cultural, moral, ética, estética— estão refletidas nele, são indissociáveis da sua imagem de hoje. Tirou a máscara o político que se vendia como outsider, revelando-se o pior presidente da história. Aquele que, com apoio de generais superalimentados, inventou um orçamento secreto para comprar o centrão. Se participasse dos debates, o capitão não poderia impor regras. Tampouco mandar o oponente calar a boca, como faz com jornalistas. O que diria sobre os filhos, todos envolvidos em tenebrosas transações? E sobre a primeira-dama, cuja conta bancária recebe pagamentos jamais esclarecidos? Revelaria ele, diante das câmeras, os gastos do seu cartão corporativo? A oposição nem precisaria se esforçar diante do adversário nas cordas. Bastaria apontar e dizer: o senhal é o presidente, portanto, o responsável. Longe do cercadinho, seria suficiente uma só questão —“Cite alguma coisa que deu certo no seu governo”— para o mito beijar a lona.

Lula, sim; Alckmin, não

Guilherme Boulos

Professor em licença do MST e da PSOL. Foi candidato à Presidência e à Prefeitura de São Paulo. Escreve às terças

Nesta semana completam-se dez anos do massacre do Pinheirinho. Em 2012, a polícia de São Paulo executou uma operação de guerra para despejar milhares de famílias de um terreno em São José dos Campos. Muita gente ferida, casas incendiadas, uma “barbárie”, nas palavras da então presidente Dilma. Eu estava lá e pude presenciar o desespero de quem perdeu tudo. Diante de um condito de competências entre as Justiças estadual e federal, que tinha suspendido a ordem, a palavra final para ordenar a ação veio de Geraldo Alckmin, o governador. Três anos mais tarde, o mesmo Alckmin tomou a decisão de fechar escolas estaduais enquanto seu governo inaugurava presídios e fazia crescer os índices de letalidade policial. Dessa vez, foi derrotado pelos estudantes que ocuparam centenas de escolas para manter as vagas. A propósito, sua política para educação nas três oportunidades em que governou São Paulo foi fiel à famosa frase de Darcy Ribeiro, de que a crise da educação no Brasil não é uma crise, mas um projeto político. Foi professor da rede estadual num de seus governos. Falta-va giz nas salas, papel higiênico nos banheiros e, acima de tudo, respeito aos educadores. O salário era um dos piores do país, sem plano de carreira e com precarização nas contratações, a chamada “categoria O”. Quando nos manifestávamos por melhores condições, a resposta era à base de bombas de gás. Aliás, a mesma régua usada com servidores de todas as áreas. Foi também em seu governo que a Sabesp, maior empresa de saneamento da América Latina, foi capitalizada na Bolsa de Nova York. E a Cesp, empresa de energia, foi privatizada. Quando Alckmin defendeu, nas eleições de 2018, “privatizar tudo”, falava com conhecimento de causa. Foi nesse mesmo período que ele declarou, após ataque a tiros contra a caravana de Lula, que Lula e o PT “colíam o que plantavam”. Política deve ser feita com grandeza e capacidade de diálogo, mas jamais com esquecimento. Os sem-teto do Pinheirinho, os professores e, as mães que perderam filhos pela letalidade policial guardam vivas na memória as cicatrizes do governo Alckmin, pelas quais não houve reparação, nem mudança de rota. Neste ano, temos o desafio de derrotar Bolsonaro, e não tenho dúvidas de que Lula é quem tem melhor condição de enfrentá-lo. Mas precisamos derrotar também a agenda política antipopular e de retirada de direitos, da qual Alckmin é sócio.

★

Meu foco agora será na batalha eleitoral, para ajudar o Brasil a vencer o pesadelo e voltar a sonhar. Por isso, como serei candidato, esta é minha última coluna aqui. Agradeço a todos os que me acompanharam.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O PT quer discutir tudo para não discutir o PT

Objetivo é emular Boric: radicalizar no primeiro turno e moderar no segundo

Ciro Nogueira
Ministro da Casa Civil

Muitos estão estranhando a “radicalização” do tom do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato à Presidência da República. Há quem imagine que isso é um “tiro no pé”. Não: é uma cortina de fumaça. O objetivo é uma das mais conhecidas táticas de guerra, a manobra diversionista. É concebida para atrair a atenção dos adversários para um flanco, enquanto o verdadeiro objetivo — camuflado, oculto — passa a ser perseguido como meta principal. E como seria isso na prática?

Na prática, o diversionismo que o PT já está praticando se dá em duas frentes. Primeiro, tenta cegar a estratégia do então candidato Gabriel Boric, hoje presidente eleito do Chile: radicalizar no primeiro turno para moderar no segundo.

É uma espécie de “Carta ao Povo Brasileiro” com a fúca no pescoço, em que primeiro se assusta os setores médios, apavorando o país e exacerbando as frustrações com o uso político da dor da maior pandemia da história da humanidade, para depois parecer “magnânimo” e tentar ser eleito como se fosse governar com “sensatez”.

O problema desse artifício é que Boric é um jovem político. Não tem passado. O PT tem. E é marcado por graves e inquestionáveis fatos. Ao fingir ser um novo Boric, o velho PT tenta ocultar do debate o que realmente pretende fazer. Tenta uma carta branca para governar sem compromissos com nada. Sem coerência com nada.

E isso nos leva ao segundo ponto: o PT radicaliza e quer discutir tudo para não discutir nada do PT. Para não discutir as suas cicatrizes, que não se resumem às condenações do ex-presidente Lula. A proliferação de escândalos na era PT não pode ser agora empacotada de forma simplista como obra do “Departament-

to de Estado americano”.

O desastre econômico de 2015 e 2016 não pode ser retirado da história do partido. E, ao tentar impor o discurso do medo, o PT tenta colocar uma venda nos olhos para que ninguém olhe o PT.

E o leitor irá perguntar: e os que apoiaram o PT? Apoiamos o que achávamos correto e, não fôssemos nós, muitas coisas que a legenda diz que fez sozinha na verdade não teriam acontecido. Aconteceram porque apoiamos, frise-se.

[...]

O problema desse artifício é que Boric é um jovem político. Não tem passado. O PT tem. E é marcado por graves e inquestionáveis fatos. Ao fingir ser um novo Boric, o velho PT tenta ocultar do debate o que realmente pretende fazer. Tenta uma carta branca para governar sem compromissos com nada. (...) O PT quer que o Brasil se esqueça do PT. Não vamos deixar

E o que aconteceu de errado? Bem, alguém imagina que o PT compartilha ou compartilha seu núcleo duro de decisões? Quantas vezes, de forma leal, foi alertado a mudar de curso pelos seus aliados? Quantas vezes ignorou? Deu no que deu.

E não venham falar de contradições em mudanças de posição. O ex-governador Geraldo Alckmin é vendido como um “salto” de maturidade do partido. É mesmo, é?

Agora, o PT não quer discutir o PT. Mas o Brasil não vai cair nessa armadilha. Temos de discutir Jair Bolsonaro, sim. Mas não vamos discutir o medo que o PT quer criar para não discutir o PT que o PT tenta esconder?

A estratégia catatrofista da legenda é a do engodo. O PT pode até imaginar que é o dono do debate, do auge de sua atual síndrome de superioridade. Mas não será o PT que irá pautar a campanha presidencial.

Não serão as suas palavras de ordem ou seus bordões, suas simplificações terraplanistas sobre o governo e o presidente (“genocida, negacionista” e que tais) a essência do debate.

O PT e seu histórico de aparelhamento, suas contradições, seus erros, suas máculas também estarão no centro da discussão. Queira ou não. O partido fala de um futuro imaginário assustador para distrair a plateia. Não nos engana.

O futuro com o PT pode ser assustador, sim. Mas o passado já é suficiente para causar espanto. E não é com prestidigitações retóricas que irá se esconder e esconder o que fez nos verões passados.

O bicho-papão que a legenda tenta criar não nos engana. Vamos discutir o PT que o PT tem medo de que o Brasil se lembre o que é. O PT quer que o Brasil se esqueça do PT. Não vamos deixar.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para el Barão de Limbra, 475, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens e informar seu nome completo e endereço



Charge de Jotti sobre a recusa de Novak Djokovic em se vacinar

Djokovic
O jacaré da Lacoste fugiu e foi tomar vacina para não virar Novak Djokovic.
Paulo Sérgio Arisi (Porto Alegre, RS)

★

“Djokovic se diz desapontado após deportação da Austrália” (Esporte, 16/1). Vacina não é proteção só para um indivíduo! É para toda a coletividade! Como negacionistas não enxergam isso?
Edson Shikara (Sorocaba, SP)

2022
Cautela, PT! Lula não precisa dos votos de Geraldo Alckmin. Não façam isso! Ele é PSDB raiz. Assim que houver uma oportunidade, Alckmin trará o PSDB para o poder, partido esse que finge ser de centro-esquerda, porém é de direita. Política é como jogo de xadrez. Tal movimentação das peças do jogo cheira a golpe.
Osvaldo Alves Avarha (São Paulo, SP)

★

Os argumentos do deputado Raul Falcão acerca de Alckmin ser vice de Lula são tão falaciosos e equivocados que agora espero que realmente essa aliança se concretize (“Lula não precisa de muleta, e Alckmin é contradição a tudo o que PT fez, diz Raul Falcão”, Poder, 16/1). Porque sabemos que quando um petista é contra alguma coisa, a coisa é boa dentro do próprio partido.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

★

Não será necessário beijar a mão dos barões da Faria Lima nem fazer uma carta ao povo brasileiro, como fez no passado, para que Lula seja aprovado por essa elite do agronegócio, da mineração e do mercado financeiro. Lula já governou por dois mandatos. Mudança de governo não é apenas troca de nomes, como foi com Temer e Bolsonaro. É mudança de plano econômico. É transformação para não seguirmos nessa calamidade moral, social e neoliberal.
Anete Araújo Guedes (Belo Horizonte, MG)

Racismo
Parabéns a Zara Tripodi pelo excelente texto “Promoção pessoal e audiência” (Opinião, 17/1). Nele, a autora desconstrói a narrativa fundamentada em uma realidade distópica produzida pelo autor em questão (cujo nome não vale citar) e traz luz e clareza, além de dados, para um debate com base na realidade.
Thiago da Silva Luz (São Paulo, SP)

★

Excelente texto o da professora Zara Figueiredo Tripodi. A pergunta básica que podemos fazer para quem defende essas teses racistas e absurdas é: brancos foram escravizados?
Geovana Barreto (Rio de Janeiro, RJ)

★

Antônio Risério (“Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo”, Ilustrada Ilustríssima, 16/1) focou em exemplos que revelam o ódio de alguns negros contra os brancos. Cabe debater se isso é racismo. Pelo visto, a professora Zara Tripodi não entendeu ou não quer entender a coluna de Risério.
Raphael Lopes Rios (Belo Horizonte, MG)

O artigo de Ana Cristina Rosa (“Banzo, depressão e morte”, Opinião, 17/1) aborda os efeitos do racismo na autoestima de jovens, inclusive depressão, suicídio e demência. Caberia acrescentar que o impacto é agravado devido à insuficiência alimentar. Carências nutricionais, segundo estudos da medicina, favorecem distúrbios mentais, que nem sempre são identificados como decorrentes disso, levando a estigmatizações e a diagnósticos errôneos, evitáveis se as condições de vida desses jovens fossem adequadas.
Patricia Porto da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Bonner e a vacina
Minha avó dizia que, numa situação esdrúxula, o carro se punha à frente dos bois. Quem pediu a prisão de Bonner é que deveria estar vendo o sol quadrado (“Justiça rejeita pedido de prisão contra Bonner por incentivo à vacinação”, Mônica Bergamo, 16/1).
Silvia Regina Silva Mota (Maceió, AL)

★

A sentença só estaria completa se a juíza pedisse a internação imediata em manicômio do louco que deu origem à questão.
Roberto Rangel (Juiz de Fora, MG)

Catarina Rochamonte
Sentirei saudades da columnista Catarina Rochamonte (“Valeu, Folha”, Opinião, 17/1). Acredito que ela saberá enfrentar como deputada federal e filósofa realista as patrulhas racionalistas da vida pública. Para mim, o filósofo Jacques Maritain, verdadeiro pai intelectual da Declaração Universal dos Direitos do Homem, é o paradigma por excelência de sua filosofia realista. Parabéns à Folha por garantir o pluralismo das ideias consagrado pelo artigo 1º, inciso V, da Constituição brasileira.
Renato Ruz de Almeida (São Paulo, SP)

★

Catarina Rochamonte já vai tarde. Seu discurso falso-moralista envenena as democracias mais avançadas do planeta.
Marcos Antônio da Silva (Londrina, PR)

★

Uma pena a saída da articulista Catarina Rochamonte. Eu aguardava ansiosamente a sua coluna semanal! Boa sorte! Mas fico esperando o seu retorno.
Albino Bonomi (Ribeirão Preto, SP)

★

A columnista Catarina Rochamonte vai se candidatar a deputada federal pelo Podemos, do ex-ministro Sérgio Moro, para a surpresa de um total de zero pessoas que vêm acompanhando, há meses, a sua propaganda explícita na página mais nobre da Folha de S.Paulo.
Fábio Spanghero (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ILUSTRADA (17.1AN., PÁG. C4) Diferentemente do publicado na reportagem “Entenda a intensa relação entre Martin Luther King e o jazz”, o disco “The Freedom Suite” foi gravado por Sonny Rollins em 1958, não em 1963.

Democratizar a psicanálise

Instrumento teórico de crítica ao neoliberalismo, sua prática é bem capitalista

Érico Andrade

Filósofo, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e psicanalista em formação

Poucas pessoas no Brasil podem usar o valor de um carro ou de um apartamento para enveredear na carreira de psicanalista. O alto custo da formação, que envolve o pagamento da mensalidade da sociedade ou associação de psicanálise, da análise pessoal e da supervisão, desenha um perfil de psicanalista que talvez esteja de fato mais próximo da Vienna de Freud do que das comunidades e favelas do Brasil.

Durante toda a presença da psicanálise no Brasil se fez muito pouco para alterar esse círculo vicioso: paga-se muito para a formação em psicanálise e compensa-se cobrando muito nas seções. Alguns psicanalistas midiáticos cobram um valor para cada seção muito maior do que um salário mínimo.

Isso torna a psicanálise muito cara e, por conseguinte, elitista. A sua democratização só ocorre aos credores das universidades onde a psicanálise é usada como teoria social em diferentes domínios das humanidades. E, não raramente, é usada como crítica ao neoliberalismo, mesmo sendo a sua prática clínica uma importante aliada do neoliberalismo — não apenas quando a clínica se centra apenas no indivíduo, como se as patologias humanas pudessem ser resolvidas apenas na esfera individual, mas também quando funciona de acordo com a lógica do mercado no que diz respeito aos valores cobrados. Quanto mai-

or a demanda por um analista, maior o preço de sua seção.

Assim, a psicanálise é usada como instrumento teórico de crítica ao neoliberalismo, mas a sua prática é bem capitalista. Aqui não se

trata de uma ambivalência, mas de uma contradição. Parece que Marco Antônio Coutinho Jorge, em artigo nesta Folha (“Bacharelado em psicanálise é aberração”, 12/1), não percebeu que a psicanálise não irá se tornar “empresarial” com uma eventual graduação pela simples razão que em algum sentido ela já é empresarial, visto que serve apenas à parte abastada da população. A questão é: como mudar este quadro?

Só percebo uma forma. As sociedades devem realizar, como instituição, projetos de difusão e formação em psicanálise dirigidos às pessoas que têm interesse, mas que não podem arcar com os custos da formação. É preciso converter esses valores exorbitantes da formação, pagos apenas por quem tem na sua carteira empresários, juizes, procuradores etc., num benefício público por meio do fomento a uma formação social — voltada para quem não é herdeiro nem tem um capital alto para investir numa formação de qualidade. Assim, se a ideia de uma graduação em psicanálise é questionável por várias razões, ela ao menos serve para que a comunidade psicanalítica atente que não basta ter uma clínica social (que, aliás, quase nunca existe): é preciso uma formação social. Sem isso, a psicanálise está condenada a repetir a desigualdade brasileira

[...]

Se a ideia de uma graduação em psicanálise é questionável por várias razões, ela ao menos serve para que a comunidade psicanalítica atente que não basta ter uma clínica social (que, aliás, quase nunca existe): é preciso uma formação social. Sem isso, a psicanálise está condenada a repetir a desigualdade brasileira

poder

PAINEL |

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Cicatriz

O marco dos dez anos da desocupação do Pinheirinho, no sábado (22), será mais um fator de desgaste para o PT em sua aproximação com Geraldo Alckmin. O partido já é cobrado por aliados para explicar o fôlego com o ex-tucano, que era governador de São Paulo quando aconteceu a reintegração de posse em São José dos Campos, marcada por denúncias de violações de direitos humanos por PMs contra as 1.600 famílias no terreno. O MTST promoverá uma série de eventos.

MEMÓRIA Alckmin será alvo de repúdio nos anos, afirma Guilherme Boulos (PSOL), líder do MTST. "O Pinheirinho foi um massacre, e ele foi o responsável por ordenar o ataque a aquelas famílias. A história não pode ser esquecida", afirma Boulos, que foi preso na ação. O PSOL deve apoiar Lula, mas é crítico à ideia de Alckmin como vice.

PROGRAMAÇÃO Na sexta (21), o MTST realizará um ato na ocupação Nova Canudos, na zona norte de São Paulo, para marcar a efeméride. No sábado (22), em São José dos Campos, haverá o lançamento de documentário sobre o Pinheirinho.

REFORÇO Um dos principais defensores da chapa com Lula e Alckmin, o ex-ministro José Dirceu (PT) tem dito a aliados que o ex-governador não agregaria apenas eleitoralmente, mas colaboraria no governo e ajudaria a proteger o petista de eventual impulso golpista de um Bolsonaro derrotado.

CAMINHO... Em reunião nesta segunda (17) sobre formar uma federação partidária, PSOL e Rede traçaram um mapa das disputas estaduais e chegaram à avaliação de que não há entraves significativos neste momento que possam atrapalhar a união das siglas.

...LIVRE As divergências entre as duas legendas foram avaliadas como pontuais e contornáveis, em estados como Minas Gerais e Pará.

MARCO Os 20 anos do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), são tema de documentário de Marcelo Felipe Sampaio, que deve ficar pronto neste semestre. O petista foi sequestrado em 18 de janeiro de 2002 e encontrado morto dois dias depois.

INSEPULTO O cineasta entrevistou pessoas próximas ao ex-prefeito, como o seu vice, João Avamileno, e o vereador Eduardo Suplicy. As várias teses e o uso político da morte inspiraram o nome do documentário: "Celso Daniel - Fragmentos de Verdades Sem Fim".

TIROTEIO Para tomar uma decisão assim, o governo está possuído. Vou propor à bancada evangélica um culto para exorcizá-lo

De deputada federal Paula Nunes (PDT-RJ), sobre a possibilidade de o Rio de Janeiro ser excluído do Regime de Recuperação Fiscal com Guilherme Seto e Fabio Serapião

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

A1, Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.
MG, PR, RJ, SP	R\$ 5	R\$ 7
DF, SC	R\$ 5,50	R\$ 8
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 6	R\$ 8,50
AL, BA, PE, SE	R\$ 9,25	R\$ 11
Outros estados	R\$ 10	R\$ 11,50

*A visita com entrega de molhar diário. Cargo tributário 3,45%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (1VC)

358.659 exemplares (novembro de 2021)

Moro tem 8 de 45 sentenças da Lava Jato já anuladas, e outros casos param no STF

Revisão de condenações deve ter mais capítulos neste ano eleitoral em que ex-juiz é pré-candidato do Podemos ao Palácio do Planalto

Felipe Bächtold

SÃO PAULO Trunfo eleitoral de Sérgio Moro na campanha para presidente da República, o trabalho dele como magistrado na Lava Jato vem sendo cada vez mais revisito nas instâncias superiores do Judiciário.

Das 45 sentenças expedidas de 2014 a 2018 por Moro no âmbito da operação, 8 já foram anuladas no STF (Superior Tribunal Federal) ou no STJ (Superior Tribunal de Justiça), a maioria no último ano.

A mais emblemática delas foi a decisão que invalidou condenação do ex-presidente Lula, seu provável adversário na eleição, no chamado caso do triplex de Guarujá (SP).

Além da condenação do petista, outras 5 sentenças assinadas por Moro foram revistas em 2021 nas instâncias superiores. Em 3 delas, o motivo para a reviravolta foi o entendimento fixado no STF, em 2019, de que casos de corrupção que envolvem cabos eleitoral devem tramitar na Justiça Eleitoral, e não na Justiça Federal, como acontecia nos primeiros anos da Lava Jato.

Esse precedente levou à anulação, por exemplo, de condenações do ex-ministro Antonio Palocci e do marqueteiro João Santana, expedidas por Moro em 2017, e do pecuarista José Carlos Bumlai, que tinha sido despedido em 2016.

Nenhuma das anulações de 2021 envolveu tecnicamente uma absolvição. Os tribunais entenderam que os casos tramitaram em jurisdição incorreta e decidiram que deveriam voltar a ser analisados no foro adequado. Em tese, o novo juiz pode ainda revalidar medidas expedidas anos atrás na Vara Federal de Curitiba.

Nação penal do triplex, no entanto, além da questão da jurisdição, o Supremo também considerou que Moro agiu de modo parcial na condução do processo e determinou a anulação de ordens despatchadas em medidas de investigação, como autorização para quebras de sigilo.

O Ministério Público Federal no DF, que recebeu o caso do apartamento de Guarujá, considera que as acusações contra Lula já prescreveram — portanto, não deve ter mais desdobramentos na Justiça.

Uma das anulações de 2021 reverteu condenação de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados. Assim como aconteceu no julgamento do recurso de Lula, a sessão no STF, em setembro, foi marcada por críticas aos métodos da Lava Jato. O ministro Gilmar Mendes afirmou que havia um "problema psicológico e psiquiátrico" e que o Supremo ficou "submetido à República de Curitiba".

Antes da atual sequência de anulações, Moro teve duas sentenças invalidadas em 2019, por causa de outro aspecto debatido no Supremo.

Naquele ano, a corte entendeu que réus delatores e réus delatados precisam de prazos distintos para apresentar suas manifestações nos processos, diferentemente do que vinha ocorrendo na Lava Jato.

Com isso, foram tornadas sem efeito sentenças expedidas pelo magistrado contra o ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine e contra dois ex-executivos da estatal. Nesses dois casos, os processos foram "rejuizados" na própria Vara Federal de Curitiba. O sucessor de Moro no pos-

As sentenças de Moro revistas em 2021

CASO TRIPLEX

• sentenciado em 2017
Alvo principal Lula
Motivo da anulação STF considerou que o caso deveria tramitar no DF e que o juiz foi parcial

CASO BENIN

• sentenciado em 2017
Alvo principal Eduardo Cunha
Motivo da anulação Turma do STF entendeu que houve manipulação de competência e que o caso deveria tramitar na Justiça Eleitoral

CASO CENPES

• sentenciado em 2018
Alvos principais Paulo Ferreira, ex-tesoureiro do PT, e empreiteiros
Motivo da anulação Ministros do STJ entenderam que o caso é de atribuição da Justiça Eleitoral, conforme precedente do Supremo

CASO SCHAHIN

• sentenciado em 2016
Alvos principais José Carlos Bumlai e executivos da empreiteira Schahin
Motivo da anulação Ministros do STJ entenderam que o caso é de atribuição da Justiça Eleitoral

CASO CAMPANHA PETISTA

• sentenciado em 2017
Alvos principais Antonio Palocci, João Santana e executivos da Odebrecht
Motivo da anulação Ministro do STJ entendeu que caso é de atribuição da Justiça Eleitoral

CASO TRANSPETRO

• sentenciado em 2018
Alvo principal José Antônio de Jesus, ex-executivo da Transpetro
Motivo da anulação Justiça seguiu entendimento do STF de que ações sobre essa estatal devem tramitar no DF

Sentenças revistas em 2019

CASO BENDINE

• sentenciado em 2018
Alvo principal Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras
Motivo da anulação Turma do STF entendeu que réus delatores e réus delatados deveriam ter sido ouvidos em prazos distintos

CASO EX-GERENTES

• sentenciado em 2018
Alvos principais Márcio Ferreira e Edison Krummenauê, ex-executivos da Petrobras
Motivo da anulação STF entendeu que réus delatores e réus delatados deveriam ter sido ouvidos em prazos distintos

Em nenhum dos casos, o STF inocentou os acusados dos crimes de corrupção, apenas anulou condenações por motivos formais. A Justiça precisa voltar a funcionar contra pessoas poderosas que cometem crimes

Sérgio Moro (Podemos) ex-juiz da Lava Jato e pré-candidato à Presidência

to de titular dos casos da operação no Paraná, Luiz Bonat, após ouvir as partes conforme as determinações do Supremo, também decidiu pela condenação, em 2020.

A sequência de revisão de antigas condenações deve ter mais capítulos neste ano, com a apreciação de novos pedidos das defesas. Em 2019, reportagem da Folha mostrou que quase 30% das sentenças expedidas no âmbito da Lava Jato no Paraná envolviam caixa eleitoral, fator que tem justificado as reviravoltas.

Ações penais ainda não sentenciadas e inquéritos em tramitação têm sido retirados da sua antiga jurisdição com base nesse argumento.

Também assinou sentenças na Lava Jato em Curitiba a juíza Gabriela Hardt, que condenou Lula em 2019 no caso do sítio de Atibaia (SP). Essa condenação também foi anulada no Supremo no ano passado.

Procurado pela Folha para comentar o assunto, Sérgio Moro respondeu: "Em nenhum dos casos, o STF inocentou os acusados dos crimes de corrupção, apenas anulou condenações por motivos formais. A Justiça precisa voltar a funcionar contra pessoas poderosas que cometem crimes".

O ex-juiz se filiou ao partido Podemos em novembro do ano passado de olho na eleição presidencial deste ano.

Além da anulação de antigas sentenças, o trabalho de Moro na Lava Jato é afetado pela falta de decisão definitiva sobre os processos nas instâncias superiores.

Levantamento da Folha identificou apenas cinco sentenças no STF que já transitaram em julgado (esgotaram todos os recursos) na corte. Das 45 expedidas pelo ex-magistrado, porém, cerca de 10 não foram nem serão enviadas à instância máxima do Judiciário porque envolviam réus delatores (que não têm mais interesse em recorrer) ou porque as partes acabaram não mais contestando os veredictos dados.

Um desses casos envolveu uma absolvição: o ex-deputa-

do pelo PT André Vargas, condenado por Moro a 4,5 anos de prisão, foi absolvido em segunda instância em uma das ações em que era réu.

Há ao menos outros oito recursos com análise pendente no Supremo atualmente, e nenhum deles teve andamento no ano passado. O relator responsável é o ministro Edson Fachin, que hoje tem sido votado vencido na Segunda Turma da corte, grupo de cinco ministros que despacha casos da Operação Lava Jato.

O trio formado por Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Kassio Nunes Marques costuma votar contra as teses de acusação. O cenário só deve mudar em 2023, com a aposentadoria de Lewandowski.

A falta de decisões definitivas faz com que os réus não comecem a cumprir as punições decretadas na primeira instância. Conforme entendimento fixado pelo Supremo em 2019, a prisão de condenados só deve ocorrer quando não houver mais recursos pendentes no Judiciário.

No Superior Tribunal de Justiça, há ao menos outros 13 recursos contra sentenças de Moro sendo apreciados.

No ano passado, o relator dos casos no tribunal, Felix Fischer, de histórico de votos favoráveis à Lava Jato, pediu licença por motivos de saúde. Assumiu o posto de maneira temporária o desembargador Jesuino Rissato, convocado do Tribunal de Justiça do DF. Ele foi o responsável pela anulação da sentença de Palocci, em dezembro.

O volume de questionamentos apresentados pelas defesas em casos da Operação Lava Jato despertou reprimendas em despachos na corte. O ministro Jorge Mussi afirmou que um dos advogados agia violando a lealdade processual, apenas para protelar a decisão final, "em desrespeito ao Poder Judiciário".

Ex-dirigentes de empreiteiras, como Engevix e Mendes Júnior, e políticos, como José Dirceu e Sérgio Cabral, estão com casos nessa fila de julgamentos do STJ.

Bolsonaro diz que aliados são alvo de ‘poderio ditatorial’

Sem citar o Supremo, presidente afirma que falará com Rodrigo Pacheco sobre MP que foi devolvida

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a criticar, nesta segunda-feira (17), decisões contra aliados tomadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas evitou citar diretamente essas instituições ou seus ministros.

Durante entrevista a uma rádio do Espírito Santo, Bolsonaro afirmou que “estão cerceando nossos direitos” e que a “liberdade de expressão é sagrada”.

“Como parlamentar, tem até o que seria uma garantia para você e não é mais. Lá [na Constituição] está escrito que você é civil e penalmente inimputável por quaisquer palavras, opiniões e votos”, declarou Bolsonaro. “Nós vimos a prisão de um deputado [Daniel Silveira, do PSL] por sete meses, que não valeu para ele essa imunidade — imagine para a população?”.

Silveira foi preso em 16 de fevereiro por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, por ter publicado na Internet um vídeo com ataques e ameaças a ministros da corte. Moraes, por exemplo, foi chamado por ele de “Xandão do PCC”.

Silveira é alvo de dois inquéritos na corte — um apura atos antidemocráticos e o outro, fake news. Moraes é relator de ambos os casos, e a ordem de prisão contra o deputado bolsonarista foi expedida na investigação sobre notícias falsas.

Ele chegou a ir para prisão domiciliar, mas voltou ao regime fechado após a PGR (Procuradoria-Geral da República) apontar mais de 30 violações na torçozeleira eletrônica que o parlamentar era obrigado a usar. Ele foi solto em 8 de novembro.

Na mesma entrevista, Bolsonaro queixou-se da derrubada de páginas de aliados nas redes sociais e da desmonetização de canais bolsonaristas. “Temos assistido à derrubada de páginas no Facebook, a desmonetização de outras. Mas só de gente do nosso lado. Gente que defende a família, os bons costumes, que quer briga por liberdade. O outro lado não, é um cerceamento muito forte contra a gente.”

Em agosto do ano passado, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luís Felipe Salomão, determinou às empresas que administram redes sociais que suspendessem os repasses de dinheiro a páginas bolsonaristas in-

vestigadas por disseminar fake news. A decisão atingiu algumas das páginas bolsonaristas mais populares na Internet, no Instagram, Facebook e YouTube.

Além disso, o Twitter agiu recentemente contra aliados de Bolsonaro que fizeram publicações com notícias falsas sobre vacinação infantil. O pastor Silas Malafaia foi obrigado a excluir publicações e o empresário Luciano Hang teve sua conta temporariamente suspensa.

Bolsonaro citou ainda a devolução no ano passado, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de uma medida provisória que visava limitar a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais; e afirmou que pretende conversar novamente com ele sobre o tema.

“Eu mandei uma medida provisória para o Congresso ano passado, o presidente do Senado achou que não tinha urgência e devolveu a MP”, disse. “Vou voltar a conversar com ele agora, porque essa sanha, esse poderio ditatorial de controlar as pessoas têm crescido, e a esquerda tem ganhado muito com isso daí. Em detrimento das opiniões da direita. Queremos simplesmente cumprir o que determina a nossa Constituição. Liberdade total, e se alguém falar demais ele responde por calúnia, difamação ou injúria. Nunca com prisão”, concluiu o presidente.

Na semana passada, Bolsonaro retomou os ataques a Moraes e a Luís Roberto Barroso, que também é ministro do STF. O mandatário acusou os dois magistrados de ameaçar e cassar “liberdade democráticas” com o objetivo, segundo Bolsonaro, de beneficiar a candidatura do ex-presidente Lula.

“Quem esses dois pensam que são? Que vão tomar medidas drásticas dessa forma, ameaçando, cassando liberdades democráticas nossas, a liberdade de expressão porque eles não querem assim, porque eles têm um candidato. Os dois, sabemos, são defensores do Lula”, declarou Bolsonaro na ocasião, durante uma entrevista ao site Gazeta Brasil.

O presidente fez repetidos ataques a ministros do STF antes do ato de raiz golpista do 7 de Setembro, mas chegou a abair seu tom nos meses seguintes, após se desculpar e escrever uma carta com auxílio do ex-presidente Michel Temer (MDB). No final de 2021, porém, voltou a atacar integrantes da corte.



O presidente Jair Bolsonaro em cerimônia do Circuito de Negócios Agro, nesta segunda, em Brasília. Foto: André L. / Ministério da Economia

Presidente faz propaganda de seu partido em evento do agro e enaltece combate ao MST

Mateus Vargas

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) fez propaganda do próprio partido nesta segunda (17), em evento do agri-negócio, e defendeu como méritos de sua gestão o combate ao MST, ampliar a permissão de uso de armas e o fim das demarcações de terras.

“Todos devem se lembrar que tínhamos algumas dificuldades no passado. Por exemplo, a atuação do MST. Nós praticamente anulamos as ações do MST”, disse.

As declarações foram feitas no lançamento da terceira etapa do Circuito de Negócios Agro, do Banco do Brasil, em Brasília. A instituição prevê gerar R\$ 1,5 bilhão em negó-

cios com o programa, que vai levar a todos os estados uma espécie de agência móvel, promover eventos e prestar assessoria a produtores rurais.

Segundo colocado nas pesquisas para eleição à Presidência neste ano, Bolsonaro tem intensificado a agenda com setores tidos como essenciais para manutenção de seu governo. Também escalou para o núcleo de campanha eleitoral ministros, dirigentes do centrão e parentes.

Durante a cerimônia, realizada em Brasília, o presidente fez alusão ao número 22, do PL, sigla do centrão a qual está filiado desde novembro.

Ao mencionar que a carteira de crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortaleci-

mento da Agricultura Familiar) atingiu R\$ 50 bilhões, Bolsonaro disse: “Já que o número 50 [número do PSOL] é marcante. Se puder liberar mais R\$ 52 [número do PL] bilhões, eu ficaria muito feliz.”

Em outro momento, Bolsonaro enalteceu que a sua gestão acelerou a entrega de títulos de propriedade e “deu mais tranquilidade” ao trabalhador rural ao sancionar lei que amplia a permissão de posse de arma a toda extensão da propriedade rural.

Ele também disse que barrou planos de demarcação de novas terras indígenas. “Mudamos completamente isso. Não tivemos uma só demarcação”, declarou o presidente. Bolsonaro também elogiou

o trabalho da ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que pediu demissão do governo em junho e teve gestão marcada por ações contrárias ao objetivo da pasta, que é a preservação ambiental.

“Paramos de ter grandes problemas com a questão ambiental. Em especial no tocante à multa”, afirmou.

O presidente também voltou a afirmar que deu boa resposta à pandemia, tema de CPI no Senado no ano passado. “O governo distribuiu 400 milhões de doses de vacina. Quem quis se vacinar, vacinou. O governo federal fez a sua parte”, declarou.

CASTELO SAINT ANDREWS

UNICO RELAIS & CHATEAUX DE MONTANHA DO BRASIL

O Castelo Saint Andrews, localizado em Gramado-RS, é referência em hotelaria de alto padrão na América Latina.

Em Fevereiro é época do colheita da uva, ao Castelo teremos palestras e a tradição de provar os vinhos para fabricação do vinho no "Espetáculo Vinícola no Castelo".

Próximo final do mês você terá o maravilhoso "Carnaval Venezolano", inaugurando no carnaval de Venezuela - o mais antigo e famoso do mundo, "uma exclusividade do Castelo".

Mountain House

Um novo conceito de hospedagem premium

A Mountain House possui 3 suítes, garagem privativa, sala de jantar e de estar, lavabo, cozinha completa, varanda gourmet, bar, adega climatizada, smart tv, elevador, som wireless e internet.

DISPONÍVEL PARA O CARNAVAL 25 FEVEREIRO A 04 MARÇO

O Saint Andrews possui 3 tipos de acomodações nas programações de 2 a 7 noites. No Castelo são 11 suítes, mountain são 8 suítes e mountain house, uma casa completa "um novo conceito de hospedagem premium" acomodada até 7 pessoas, incluindo as diárias. Tratado privativo (aeroporto/hotel/transporte) - Porto Alegre ao Castelo - nos regulares e premium, welcome drink na chegada, serviços de montanha, café da manhã completo e com horário livre, chá da tarde inglês (brunch afternoon tea), 01 jantar no menu Surprise do Chef e 01 jantar harmonizado com os melhores vinhos do mundo, noite de pizza gourmet em nossa "pizzaria", espaço kids com recreação, Massas: Vinícolas Italianas com degustação, Crisões de Gramado, Boer Abacaxi e Noite dos Vinhos (passagem opcional). 1ª semana: 3, 4, 5 e 6 noites / 2ª semana: 6, 7 e 8 noites / 3ª semana: 9 e 10 noites

Experiências gastronômicas com os melhores vinhos do mundo inclusas nas programações de 2 a 7 noites:

FEVEREIRO

- Vindima Experience (05/fev) Com presentes: vinhos nacionais (Malbec, Valdega, São Lourenço e Jurema)
- Festival Trufas Negras (12/fev) Orquestra com sabor especial que vai te conquistar
- Festival Churrasco Culinária com Whiskies, Cachaças e Rums (19/fev)

MARÇO

- Deston Experience (05/mar)
- Festival Vinhos Gaúchos Mito (12/mar)
- Catena Zapata Experience (19/mar)

Acesse nosso site e confira nossa programação até junho. Faça sua reserva!

Nossa localização e facilidade de acesso com todas as comodidades para sua estadia e segurança.

RESERVE E CONFIRME: info@saintandrews.com.br 51 3395-7700 • 99957-4320 OU NO SEU AGENTE DE VIAGENS

poder

Bolsonaro buscou minar participação social por decretos e teve freio no STF

Presidente extinguiu ou restringiu atuação de conselhos, e medidas foram levadas ao Judiciário

LEGALISMO
AUTORITÁRIO

Renata Galf

SÃO PAULO “Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil.” A frase de Jair Bolsonaro (PL) em outubro de 2018 já sinalizava a postura que adotaria em relação à participação social e a organizações da sociedade civil como presidente.

Já no primeiro dia de governo, Bolsonaro excluiu três órgãos colegiados da estrutura da Presidência da República por meio de uma medida provisória. A tentativa do Congresso de recriar dois deles foi alvo de veto presidencial.

Três meses mais tarde, o presidente editou um decreto que extinguiu colegiados ligados à administração federal de modo indiscriminado, sob a justificativa de racionalização da administração pública e corte de gastos.

Se os efeitos da participação social podem soar como algo distante para boa parte da população, no nível federal, os possíveis impactos de quando ela deixa de existir no nível local podem ser sentidos de maneira bastante concreta.

Como mostrou a Folha, em regiões que convivem com a seca, a perda de controle social por conselhos municipais e ONGs favoreceu o uso político da distribuição de cisternas. Em vez de tomar como critério as reais necessidades das famílias do semiárido, a entrega tem sido condicionada a apoios políticos.

Ainda que mais distantes do cotidiano, contudo, colegiados em que representantes da sociedade civil e o governo sentam juntos para definir e debater políticas públicas podem ter impactos relevantes a longo ou curto prazo.

Durante o governo Bolsonaro, decretos alterando a composição de conselhos abriram caminho, por exemplo, para que o governo conseguisse revogar, no Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), normas de proteção a restingas e mangues, importantes para a preservação ambiental.

O emprego do direito por Bolsonaro com medidas que impactaram a sociedade civil e sua participação no governo é tema de parte dos artigos de livro que será publicado em 2022 pelo Projeto sobre Estado de Direito e Legalismo Autocrático (em inglês, PAL), que envolve acadêmicos de diferentes países.

De acordo com Carla de Paiva Bezerra, que é pesquisadora do Cebap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), as medidas contra a participação social são um exemplo de como Bolsonaro testa



Ministros do Supremo Tribunal Federal durante sessão no plenário da corte. Foto: R. Coutinho - 17 dez 21/0 - divulgação STF

“

A forma de regulamentação e como isso é feito de forma sistemática sempre no intuito de reduzir a participação, de retirar os espaços de debate, quando você olha o conjunto, isso começa a se caracterizar de modo autoritário

Carla de Paiva Bezerra
pesquisadora do Cebap

os limites legais e as próprias instituições. “Eu vou até o limite do que a lei permite, aí vem o STF e barra.”

“O governo pode editar um decreto para regulamentar o funcionamento do conselho? Ele pode. Só que a forma de regulamentação e como isso é feito de forma sistemática sempre no intuito de reduzir a participação, de retirar os espaços de debate, quando você olha o conjunto, isso começa a se caracterizar de modo autoritário.”

Bezerra, Paulo Henrique Cassimiro, que é professor de ciência política da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e o doutorando em direito na USP (Universidade de São Paulo) Henrique de Almeida Castro buscaram mapear o que consideram ser as frentes de ação do governo que se inserem no debate de “fechamento do espaço cívico”.

Tal fenômeno vem sendo identificado, ao redor do mundo, em governos marcados pela adoção de estratégias legais e extralegis para afetar ativistas e ONGs que se contrapõem às lideranças no poder.

Na avaliação dos pesquisa-

dores, o sucesso das investidas de Bolsonaro dependeu da existência ou não de outros atores que pudessem vetá-las, como o STF e o Congresso.

No caso dos decretos contra os espaços de participação, a arena principal foi o Supremo.

Ao analisar o mais amplo decreto sobre o tema, que extinguiu colegiados federais que tivessem sido criados por decretos ou outras normas infralegais, a maioria dos ministros entendeu que colegiados que estivessem previstos em lei não poderiam ser encerrados pelo presidente.

Cinco ministros queriam revogar o decreto integralmente, mas foram vencidos.

“A extinção indiscriminada de todos os conselhos, sem a identificação nominal de qualquer um deles — quando têm naturezas e funções diversas — tem um nível de opacidade e obscuridade; e impede o Congresso Nacional e a sociedade de saberem exatamente o que está sendo feito”, declarou em seu voto o ministro Luís Roberto Barroso, que tem sido um dos principais alvos de ataques do presidente.

Bolsonaro buscou, entre-

tanto, outros meios — também sem passar pelo crivo do Legislativo — para fragilizar mesmo os colegiados que tinham sido criados por lei.

Sem ter sido extintos, há conselhos que seguem inativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Já outros foram alvo de alterações que dificultaram ou inviabilizaram sua atuação, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda).

Ao avaliar o caso do Conanda, no início de 2021, o STF invalidou trechos do decreto e decidiu que é inconstitucional norma que, a pretexto de regulamentar, dificulta a participação da sociedade civil em conselhos deliberativos.

As mudanças no Conama foram suspensas por liminar em dezembro de 2021 e ainda devem ser alvo de análise do grupo de ministros.

Antes composto por 96 integrantes, o conselho tinha passado a ter 23 integrantes. Entre outras mudanças, a sociedade civil viu seu peso diminuir, passando de 22 para 4

assentos e órgãos como ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e a Ana (Agência Nacional de Águas) foram excluídos.

Ao questionar a medida, a então procuradora-geral da República Raquel Dodge sustentava que o decreto configurava ato discricionário do presidente em “ofensa aos princípios constitucionais e aos relativos ao meio ambiente”.

Um levantamento divulgado no ano passado por Bezerra com outros colegas do Cebap apontou que 75% dos cerca de cem conselhos e comitês nacionais relevantes tinham sido esvaziados.

Henrique Castro explica que a Constituição de 1988 estabeleceu um projeto de expansão da participação social e que Bolsonaro é o primeiro a explicitamente tomar medidas contrárias a tal projeto.

“O Brasil tem muitos conselhos, você poderia ter uma conversa séria sobre quais deveriam ficar, quais deveriam sair, mas o governo não fez nada disso”, diz. “Eles passaram um decreto que extinguiu todos os conselhos que eles podiam extinguir, porque eles

são contrários à ideia de participação em princípio”, diz.

“Isso é um problema porque temos muitos conselhos que desempenharam papel histórico importantíssimo nas políticas públicas brasileiras.”

Para o professor da FGV Direito-SP e colunista da Folha, Oscar Vilhena, o coordenador do Supremo em Pauta, Rubens Glezer, e a mestre em direito e pesquisadora Ana Laura Barbosa, que também integram o PAL, a forma como Bolsonaro atua para fragilizar a participação social se insere no que chamaram de “infralegalismo autoritário”.

A hipótese dos pesquisadores é que, ao mesmo tempo em que abriu mão de construir uma coalizão no Congresso, Bolsonaro não deixou de lado a implementação de sua agenda e pautas autoritárias, mas se utiliza dos poderes e das atribuições exclusivas que tem como presidente para implementá-las.

Como mostrou a Folha, levantamento identificou que Bolsonaro é o presidente que mais editou decretos em comparação com seus antecessores e, para os pesquisadores, adota o uso da medida para atingir colegiados da administração pública.

Já na frente de ações que buscaram intimidar organizações por meio de canais oficiais, um dos casos elencados por Bezerra, Castro e Cassimiro ocorreu logo no primeiro dia do governo e sofreu forte oposição da sociedade civil.

A partir de uma medida provisória, a Secretaria-Geral da Presidência ganhava a atribuição de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar” as atividades e as ações de ONGs e organismos internacionais no Brasil. Tal mudança acabou sendo retirada do texto antes de ser convertida em lei.

Os autores apontam ainda ações que tiveram como efeito esvaziar fontes de financiamento de organizações da sociedade civil, onde incluem a revogação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

Com a alteração, o dinheiro, que financiava tanto ações do próprio governo como de ONGs, ficou paralisado. Países que doavam para o fundo, como Alemanha e Noruega, suspenderam os repasses.

Com forte agenda ambientalista e contra o “globalismo”, Bolsonaro já disse que ONGs eram suspeitas de promover os incêndios que tomaram a Amazônia em 2019. “Pode, pode ser fazendeiro, pode. Todo mundo é suspeito, mas a maior suspeita vem de ONGs”, afirmou à época.

Para Carla Bezerra, o desmonte promovido por Bolsonaro nas políticas ambientais ocorre de modo articulado com medidas para diminuir o alcance da sociedade civil.

“O governo implementa sua agenda, que é antipreservação do meio ambiente, tentando reduzir as vozes que são opostas a isso”, diz. “Tentando retirá-las, reduzir seu financiamento, reduzir espaços de participação, atuando contra os princípios democráticos e constitucionais.”

Presidente soube antes de inquérito contra Flávio, indica Weintraub

RIO DE JANEIRO | UOL O presidente Jair Bolsonaro (PL) soube que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu filho mais velho, e o ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz eram alvo de investigação antes que os fatos viessem a público, segundo indicou o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub.

A informação corrobora relato do empresário Paulo Marinho (PSDB) à Folha em 2020.

Weintraub relatou, durante entrevista ao podcast Inteligência Ltda. no domingo (16), ter participado de uma reunião em novembro de 2018 em que Bolsonaro tratou das denúncias. O relatório do Coaf (Conselho de Controle de Ati-

vidades Financeiras) com movimentações financeiras atípicas de Queiroz, origem do escândalo da rachadinha, só veio a público no mês seguinte. Em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

“Eu vou contar então uma coisa aqui que eu acho que nunca contei em público. Estava no governo de transição, estamos falando em novembro, fui chamado para uma sala com pouca gente. Estavam eu, o Onyx [Lorenzoni], o Santos Cruz, Santos Cruz, que brigou com o presidente, pode confirmar isso que estou falando para ti. O Jorge [Oliveira], o [Gustavo] Bebbiano, tinha mais gente”, descreve.

Weintraub disse que, na ocasião, Bolsonaro não tentou blindar o filho. Contudo, a declaração indica que Bolsonaro soube da investigação por meio de um vazamento, já que o assunto só viria a público em 6 de dezembro daquele ano. O atual presidente ainda não tinha assumido o cargo à época.

“Tinham alguns futuros ministros. [Jair Bolsonaro] falou: ‘Chamei pelo seguinte: apareceu uma acusação. Está pegando esse cara aqui e apontou para o Flávio. O governo não tem nada a ver com ele. Se ele cometeu alguma coisa errada, ele que vai pagar por isso. Eu pensei: ‘Putz, eu vim para o lugar certo. Era isso que eu queria

escutar’”, disse o ex-ministro.

A revelação de Weintraub ocorre em um momento de rusgas em sua relação com o clã presidencial. Autodeclarado pré-candidato ao governo de São Paulo, o ex-ministro da Educação foi criticado por Eduardo Bolsonaro no último sábado (15). Apoiadores de Weintraub cobraram o filho 03 do presidente sobre sua promessa de apoio à candidatura — feita por ele em 2020.

O vazamento do relatório sobre Fabrício Queiroz já tinha sido denunciado pelo empresário Paulo Marinho (PSDB-RJ), um dos principais apoiadores de Bolsonaro durante a campanha eleitoral e

suplente de Flávio no Senado.

Em entrevista à colunista Mônica Bergamo, em 2020, Marinho disse ter sido informado do vazamento pelo próprio filho do presidente.

No encontro, Flávio disse ter ficado sabendo antecipadamente da investigação por meio de um delegado da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Apoiador de Bolsonaro, o servidor procurou o gabinete de Flávio em outubro, entre o primeiro e o segundo turno da eleição, para relatar a investigação, segundo afirmou Marinho a partir do relato do senador.

Até então a investigação era parte da Operação Fúria da Onça, deflagrada pelo MPF

(Ministério Público Federal) e pela PF contra uma série de deputados estaduais do Rio — Flávio não foi alvo dessa ação.

No relatório do Coaf, constavam movimentações atípicas de R\$ 1,2 milhão relacionadas a Queiroz entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

Em novembro passado, STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou todos os atos de investigação oriundos das quebras de sigilo contra mais de uma centena de pessoas e empresas investigadas. Flávio e Queiroz já tinham sido denunciados por organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro, mas agora o caso se encontra em um limbo jurídico.

O ex-presidente Lula (de máscara branca) participa de evento da Força Sindical 6 de dez. 21 / @idney_gaulhino no Twitter

PT busca alavancar Lula com programa para evangélicos

Lançamento em fevereiro é parte de estratégia de comunicação do partido

Julia Chait

BRASÍLIA De olho em um segundo considerado prioritário, o PT planeja lançar em fevereiro um programa voltado só para evangélicos no canal da legenda no YouTube. A iniciativa será replicada em redes sociais.

A criação do programa faz parte da estratégia da sigla de aprimorar a comunicação do partido e alavancar a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Folha a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores têm presença superior à da sigla nas redes sociais e por isso disse que melhorar a performance é fundamental.

"A gente ainda tem de andar bastante, por mais que tenhamos melhorado. Investido, o pessoal da extrema-direita tem uma rede mais capilarizada do que nós", afirmou.

Como mostrou a Folha, Bolsonaro liderou o IDP (Índice de Popularidade Digital), medido pela consultoria Quæst, durante a maior parte de 2021. Isso mostra a capacidade do presidente de gerar engajamento na internet.

Lula, porém, conseguiu ultrapassar o mandatário em alguns curtos períodos de tempo e terminou 2021 à frente dele em termos de popularidade digital. O petista liderou o IDP a partir de uma série de viagens

que fez pela Europa em novembro.

O índice monitora seis indicadores nas redes: fama (número de seguidores), engajamento (comentários e curtidas por postagem), mobilização (compartilhamento das postagens), valência (reações positivas e negativas às postagens), presença (número de redes sociais em que a pessoa está ativa) e interesse (volume de buscas no Google, YouTube e Wikipedia).

Pela estrutura montada hoje no PT, o ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins é o responsável por coordenar a comunicação de Lula. Martins já está fazendo um levantamento a respeito de produtoras para definir qual será contratada pelo partido para elaborar as peças publicitárias do petista.

A direção do partido refuta a ideia de contratar uma figura de marqueteiro, tampouco se refere ao ex-ministro desta forma. Já o ex-deputado Jilmar Tatto (SP), secretário de Comunicação

da sigla, fica responsável pelas redes do PT.

Ele explica que cabe ao partido, por exemplo, cobrir os bastidores dos encontros que Lula faz e transmitir eventos e coletivas por meio da TV PT, canal da legenda no YouTube.

Segundo Tatto, a ideia de criar um programa para evangélicos tem a intenção de aproximar o partido desse segmento religioso.

De acordo com o Datafolha, 39% dos evangélicos votariam em Lula contra 33% em Bolsonaro.

No segundo turno, há empate técnico: 46% dos religiosos declaram intenção de eleger o petista, enquanto 44% escolheriam Bolsonaro.

"Estamos dando uma atenção especial para os evangélicos por ser um setor que estava conosco e foi embora. Agora estão voltando, então temos uma preocupação grande em relação a esse segmento", disse Tatto.

"Existe uma forte onda de fake news dizendo que o PT é contra os evangélicos. Às vezes, nós perdemos o debate

em relação a isso e não queremos perder o debate mais", afirmou o petista.

A ideia é fazer um programa de entrevistas e levar nomes do segmento religioso, pastores, autoridades políticas e professores para discutir temas ligados à área, como diversidade religiosa, costumes e economia.

A atração terá meia hora e deve ser lançada em fevereiro, com a inauguração de um andar no prédio que o PT ocupa em Brasília que será dedicado só à comunicação.

"Queremos começar devagarinho para ver se tem fôlego. A ideia vai ser fazer de 15 em 15 dias", contou Tatto.

Se o programa for bem, o objetivo é aumentar para uma frequência semanal. A ideia é explorar as peças, pegar trechos e frases interessantes e compartilhar pelas redes.

A TV PT já tem outros programas temáticos, como um voltado às mulheres e outro, para o combate ao racismo.

No último Datafolha, Lula apareceu liderando nas intenções de voto. Em uma simulação de segundo turno com o atual mandatário, o petista pontua 59% contra 30% de Bolsonaro.

Como mostrou a Folha, a estratégia do petista será atrair os evangélicos pela base, com o discurso voltado para o dia a dia das pessoas e menos pelos costumes. Já Bolsonaro buscará fidelizar as igrejas pelo relacionamento com seus líderes, algo que já tem hoje.

Justiça arquiva inquérito que liga Lulinha a supostos repasses ilegais da Oi

Rianka Vieira

SÃO PAULO A Justiça Federal da 3ª Região arquivou nesta segunda-feira (17) o inquérito que investigava o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, por supostos repasses ilegais da Oi às empresas do grupo Gamacorp.

A decisão ocorre após o MPF (Ministério Público Federal) em São Paulo pedir o arquivamento do caso, ainda em dezembro do ano passado.

Na ocasião, o órgão afirmou que as apurações careciam "de elementos indiciários de prática criminosa" e citou o reconhecimento, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), da suspeição do ex-juiz Sérgio Moro.

Na decisão desta segunda, a juíza Fabiana Alves Rodrigues, da 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo, endossa o parecer do MPF. Ela cita quebras de sigilo fiscal, bancário, de dados e telemático encabeçadas pela força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, além de medidas de busca e apreensão, para em seguida dizer que as provas não são válidas. A decisão também considera a anulação, pelo Supremo, de atos do ex-juiz Sérgio Moro.

"Vê-se que os elementos obtidos através das duas medidas de quebra relacionadas na portaria de instauração não podem ser utilizados como prova, pelo reconhecimento da nulidade dos procedimentos que forneceram evidências para a decretação das medidas, impondo-se o reconhecimento de sua ilicitude e desentranhamento dos autos", afirma Rodrigues.

A decisão pelo arquivamento é comemorada pelo criminalista Fábio Tufic Simantob, que representa Lulinha na ação junto a Mariana Ortiz e Marco Aurélio de Carvalho.

"As ilegalidades no proces-

so já haviam sido fulminadas pelo pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público Federal e foram agora sepultadas por decisão muito bem fundamentada da juíza", diz.

Deflagrada em dezembro de 2019, a Operação Mapa da Mina teve como alvo o suposto pagamento de despesas da família de Lula com recursos das empresas Oi e Vivo. A PF suspeita que o dinheiro tenha sido repassado por meio das empresas de Jonas Suassuna, que foi sócio de Fábio Luís.

As investigações foram conduzidas pela Lava Jato em Curitiba. Pelas apurações, foram transferidos R\$ 132 milhões pela Oi e R\$ 40 milhões pela Vivo a empresas de Fábio Luís e Suassuna, de 2004 a 2016.

Em outubro, o TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) acatou recurso da defesa e determinou que Justiça Federal de São Paulo julgasse o caso. A investigação estava parada havia mais de um ano esperando a definição.

A época da operação, a defesa de Lulinha disse que havia perseguição por parte dos investigadores. Os advogados afirmaram que a vida do filho do presidente fora devassada por "anos a fio e nenhuma irregularidade foi encontrada".

A defesa de Jonas Suassuna disse que o nome dele é vinculado a suspeitas devido apenas ao depoimento de um ex-funcionário que tenta represália.

Lula negou qualquer envolvimento no caso. Ele afirmou na ocasião que a operação era uma "demonstração pirotécnica de procuradores viciados em holocaustos". Ele disse também que o MPF recorreu a "malabarismos" para atingir a família.

A Oi disse, em nota, que "colabora de forma transparente com as investigações de autoridades competentes".

O empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do ex-presidente Lula Greg S. Williams - 31. mai. 19 / Folha Press

Queiroz se lança para deputado federal e contraria bolsonaristas

RIO DE JANEIRO Acusado de operar esquema de "rachadinha" no gabinete do hoje senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), o policial aposentado Fabrício Queiroz contraria estratégia bolsonarista ao manifestar intenção de se lançar candidato a deputado federal.

Na manhã de domingo (16), Queiroz revelou nas redes sociais a disposição de concorrer à Câmara de Deputados. Procurado pela Folha, confirmou essa intenção.

Segundo aliados, a família Bolsonaro já tem, porém, um pré-candidato a deputado federal com trânsito en-

tre PMs: o ex-sargento do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) Max Guilherme Machado de Moura.

Segurança do presidente Jair Bolsonaro, Max é hoje assessor especial da Presidência. Ele foi apresentado por Queiroz a Bolsonaro, e sua candidatura tem a simpatia dos bolsonaristas.

O lançamento de Queiroz poderia prejudicar Max. Segundo aliados do presidente, Queiroz poderá contar com o apoio informal dos Bolsonaros. A Folha, o ex-assessor disse desconhecer a estratégia do presidente e estar disposto a afastar eventual mal-estar com Max. Cátia Seabra

Câmara dos Deputados voltará a adotar trabalho remoto, diz Lira

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou nesta segunda (17) que a Casa vai voltar a adotar o trabalho remoto até o Carnaval por causa do avanço da variante ômicron do coronavírus.

A Câmara está em recesso parlamentar até 2 de fevereiro. Lira usou as redes sociais para anunciar a medida. "Trabalho remoto até o Carnaval. Medida necessária até vencermos esta nova onda. Também vai nos ajudar na melhor aplicação dos recursos públicos", escreveu ele, afirmando que a economia virá do alto preço das passagens aéreas.

"Tarifas aéreas estão altíssimas e a flexibilidade nas remarcações só acontece quando é do interesse das companhias", completou.

O ato determinando trabalho remoto foi publicado nesta segunda-feira (17). Com o sistema remoto, os deputados participam das sessões fora do plenário, discursando por meio de uma conexão de vídeo. Os parlamentares também votam através do sistema remoto.

A presidência do Senado diz que, inicialmente, manterá o sistema semipresencial, mas que vai monitorar a evolução da nova onda da pandemia. Renato Machado

ifood

Não esqueça da segurança dos entregadores. É a única empresa a apoiar gratuitamente o entregador em caso de lesão temporária, além de oferecer seguros de vida e invalidez e cobertura de despesas médicas, hospitalares, odontológicas e outros custos, em caso de acidente durante a entrega.

Quer saber mais? Acesse Institucional.ifood.com.br

EstúdioFOLHA

poder

Existe ‘racismo reverso’?

Nada impede que, ocasionalmente, um branco ou um asiático sofra violências

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Há muitas críticas possíveis ao artigo de Antonio Risério deste domingo (“Racismo de negros contra brancos ganha força com o identitarismo”). Ele diz que o racismo de negros contra brancos está em alta e atribui isso aos movimentos negros. Mas não mostra um caso sequer de preconceito contra brancos no Brasil. Cita exemplos americanos ao longo de várias décadas: intelectual extremista dos anos 60, violência antissemita nos anos 90, ataques no metrô de Washington. E nós? Risério é o primeiro a pro-

testar — com razão — quando alguém tenta encobrir nosso país nas divisões raciais americanas. A mesma ressalva é válida, contudo, quando falamos de movimentos negros; o que vale para os americanos não necessariamente vale para o Brasil. Grupos como Nação do Islã e Panteras Negras não são expressivos por aqui. A reação ao artigo foi previsivelmente barulhenta. O que predominou foi a indignação feroz; acusações a Risério e à própria Folha. Alguns chegaram a afirmar que o artigo é

criminoso. Seu crime é questionar o dogma “não existe racismo reverso”. Ser? Vamos ao caso concreto, contado por Risério: um grupo de jovens negros agrediu transeuntes brancos pelas ruas enquanto grita “morte aos brancos”. Se isso não é racismo, é o quê? Em seu livro “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida define o racismo como algo distinto do mero preconceito racial. O racismo englobaria o nosso sistema social como um todo, constituído de uma história escravocrata e erigido numa es-

trutura hierárquica que coloca um grupo racial acima de outro e tem meios para perpetuar essa sujeição. Apenas atos em que essa ordem se reafirma seriam propriamente racistas. Imagine que alguns estudiosos da violência propusessem restringir o termo “assassinato” apenas aos casos em que o que matador fosse hierarquicamente superior à vítima. Se um patrão matasse seu empregado, aí sim teríamos um assassinato. Mas se um vizinho matasse o outro, aí não, teríamos outra coisa, uma “morte violenta pre-

meditada”. Páginas e páginas de discussão acadêmica seriam gastas para discutir quais casos seriam ou não seriam “assassinato”. Mas a realidade dos crimes continuaria a mesma. Da mesma forma, quando se fala de racismo na sociedade, o que se costuma ter em mente são justamente discriminação e preconceito. Devido à nossa história escravocrata, à desigualdade racial dela resultante e ao preconceito difundido, esses atos todos serão predominantemente contra negros e indígenas. E, devido justamente a essa carga, uma mesma injúria ou agressão racial dirigida a um negro é pior do que se dirigida a um branco. Mas nada impede que, ocasionalmente, um branco, um asiático ou outros também sofram essas violências. E não é que sofram “racismo reverso”, como se o racismo, em essência, fosse o do bran-

co para o negro. Qualquer ato de preconceito ou ódio contra raças ou etnias, seja do branco para o negro, do negro para o branco, do chinês para o malaio, do hutu para o tutsi, é simplesmente racismo. Se fosse só uma questão de termos, não faria muita diferença. O problema é que o uso das palavras facilmente altera o entendimento das coisas, resultando na crença de que, quando alguém discrimina ou demonstra preconceito contra um branco, essa conduta não é racista, e, portanto, não é condenável. Definir o “pecado” como se ele só fosse possível no outro lado é o caminho mais seguro para cometê-lo de consciência limpa. O assassinato cometido pelo revolucionário seria um belo ato de resistência e justiça. Sabemos onde leva esse discurso. O Brasil, felizmente, até hoje não o seguiu.

DOM. Elío Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elío Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Morte de Celso Daniel volta à disputa eleitoral após 20 anos

Assassinato de ex-prefeito de Santo André foi mencionado por Bolsonaro

Pábio Zanini

SÃO PAULO Em 20 de janeiro de 2002, o corpo de Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP), foi encontrado numa estrada rural no município de Jujutiba, na Grande São Paulo, com tiros e sinais de tortura. Dois dias antes, ele havia sido sequestrado após jantar em uma churrascaria em São Paulo com seu amigo Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra. Nas últimas duas décadas, poucos crimes no Brasil tiveram tantos efeitos políticos e eleitorais, diretos e indiretos, como o sequestro e morte de Celso. Na época ele era coordenador do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que seria eleito presidente pela primeira vez no final daquele ano. A Polícia Civil de São Paulo concluiu que se tratou de crime comum, e seis homens foram presos e um adolescente, apreendido. Os adultos foram julgados e condenados em júri popular. Mas a revelação meses depois de que havia um esquema de corrupção na administração comandada pelo prefeito alimentou a versão de que o assassinato dele teria sido queima de arquivo. A acusação era de cobrança de propina de empresas de ônibus do município, para alimentar campanhas do PT. A tese é de que, bicomodado, o prefeito teria tentado interromper a corrupção, e por isso teria sido eliminado. Estariam envolvidos na arrecadação irregular de recursos nomes importantes do partido, como seu então presidente nacional, José Dirceu, e o futuro chefe de gabinete de Lula na Presidência, Gilberto Carvalho. Ambos sempre negaram a existência do esquema. Duas décadas depois, o caso Celso Daniel ainda é mencionado por adversários contra o PT, e nada indica que será diferente neste ano eleitoral. No último dia 5 de janeiro, ao deixar um hospital onde havia sido internado para tratar de efeitos colaterais da facada que levou em 2018, o presidente Jair Bolsonaro comparou as “dúvidas” sobre o atentado que sofreu ao crime contra o prefeito petista. Ao citar pontos da investigação a respeito de Adélio Bispo de Oliveira, o autor da facada, Bolsonaro afirmou que o ca-



Sérgio Sombra, que chegou a ser apontado como mandante do crime | Edson Rupp - 17/Jan. 04 / FoliaPress

Relembre o caso Celso Daniel

Sequestro e morte

Em 18 jan. 02, Celso Daniel é sequestrado após sair de uma churrascaria em SP; dois dias depois, seu corpo é encontrado numa estrada em Jujutiba (SP)

Conclusão do inquérito

Em abr. 02, a Polícia Civil conclui inquérito e diz ter sido crime comum, praticado por uma quadrilha da favela Pantanal

Suspeita de corrupção

Em depoimento ao Ministério Público, João Francisco, irmão de Celso, aponta em jun. 02 esquema de cobrança de propina na Prefeitura de Santo André

Reabertura da investigação

Em ago. 02, a pedido da família, Ministério Público reabre investigação

Denúncia

Ministério Público denuncia em dez. 03 o empresário Sérgio Sombra como mandante do crime; ele chega a ficar oito meses preso até ser solto pelo STF

Primeira condenação

Primeiro réu da favela Pantanal é condenado pelo crime, em nov. 10, por ter dirigido um dos carros usados para sequestrar o prefeito

Sombra condenado

Sérgio Sombra, que estava com Celso no carro, é condenado em primeira instância por corrupção na Prefeitura de Santo André em nov. 15, mas recorre em liberdade

Carbono 14

Em abr. 16, a Lava Jato deflagra a Operação Carbono 14, para apurar suspeitas de que dinheiro da Petrobras foi usado para subornar pessoas envolvidas no assassinato de Celso Daniel

Morte de Sombra

Sérgio Sombra morre em set. 16 de câncer

liza são sórdidos, baseados na mentira, no ódio. Então, não tenho muito esperança”, afirma. As consequências da morte de Celso se manifestam de diversas formas. Uma delas foi dar projeção nacional a um então obscuro prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antônio Palocci. Palocci foi chamado por Lula para substituir o colega morto na função de coordenador do programa de governo, por dividir com ele características semelhantes: jovem, bem avaliado e disposto a modernizar o modo de gestão petista, aceitando, por exemplo, a participação da iniciativa privada. Com Lula eleito, Palocci se tornou ministro da Fazenda e homem forte durante grande parte do primeiro mandato do petista, até cair em desgraça no chamado “escândalo do caseiro”. Depois, foi ostracizado pelo próprio PT por ter acusado o ex-presidente de atos de corrupção. “Com Celso vivo, talvez não tivéssemos tido alguns problemas”, diz o secretário-geral do partido, Paulo Teixeira, em referência à ascensão de Palocci, hoje considerado um traidor no partido. Segundo Teixeira, o uso do tema na eleição “faz parte da disputa política rasteira, baixa”. “Sofremos duplamente, pela morte e pela calúnia. Foram feitas acusações que nunca foram confirmadas, acusações levianas”, afirma. Em novembro de 2015, no entanto, a Justiça condenou Sombra e outras duas pessoas pelo esquema de corrupção em Santo André. Na época do crime, o PT indicou o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (SP) para acompanhar as investigações em nome do partido. Aquela era o segundo assassinato de um prefeito importante da legenda em apenas quatro meses, após Toninho, de Campinas, morto em setembro de 2001. “Quando comecei a acompanhar o caso, minha impressão inicial era de que se tratava de crime político. Mas, à medida em que a investigação avançava, os elementos todos deixaram claro que se tratou de crime comum, apesar da pressão que foi feita pela família e pelo Ministério Público”, afirma Greenhalgh. A polícia, lembram os petistas, era subordinada a um governo do PSDB, na época o maior adversário do partido. Um dos principais acusados na época, Gilberto Carvalho afirma que “estes 20 anos que marcam sua ausência fazem reavivar a dor e a consciência de sua perda”. “Sempre penso como Celso teria contribuído com nossos governos. Fez falta sua elaboração, sua capacidade de gerir, sua coragem em inovar”, diz,

Pressionado, Twitter inclui Brasil em teste para denúncia de fake news

William Barros

FORTALEZA Após intensa campanha de usuários, o Twitter anunciou, nesta segunda-feira (17), que a versão brasileira da plataforma receberá o recurso para denúncia de desinformação, ainda em fase de testes. Além do Brasil, o experimento, que já é realizado em outros países desde 2021, será expandido para Espanha e Filipinas. O anúncio acontece em meio à crise entre Twitter e usuários sobre a política da plataforma para lidar com conteúdo falso sobre Covid-19 e vacinação. Nas últimas semanas, a rede aplicou sanções a perfis apontados como disseminadores de fake news e foi palco de manifestações que pediam a inclusão do Brasil nos testes com o botão de denúncia. “Esperamos que a ferramenta de denúncias ajude nossas equipes a entender melhor novas narrativas e tendências em desinformação, em escala, e contribua para que avancemos na capacidade de detectar conteúdo enganoso no Twitter em tempo real”, afirma a rede em nota. O site diz que as eleições de 2022 no Brasil e nas Filipinas pesaram para que esses países fossem integrados ao experimento. “Contribuirá para a avaliação de como esta ferramenta de denúncias seria usada em períodos de grandes eventos cívicos”. Testado nos Estados Unidos, Austrália e Coreia do Sul, o recurso já recebeu 3,73 milhões de denúncias referentes a 1,95 milhão de diferentes tweets publicados por 64 mil contas distintas, segundo dados da plataforma. Menos de 10% da amostra de postagens analisada correspondia a violações das políticas, de acordo com o Twitter. “A baixa proporção de violação entre as denúncias de desinformação é motivada principalmente pelo grande volume de denúncias recebidas sobre Tweets cujos assuntos não são relacionados àqueles em que agimos de acordo com nossas políticas”. Com a expansão dos testes, a rede quer otimizar o filtro de prioridade das denúncias e ajudar no desenvolvimento de um modelo de aprendizado de máquina capaz de estimar a probabilidade de violações às regras.



O presidente Sergio Mattarella conversa com o primeiro-ministro Mario Draghi, no Palácio do Quirinal, sede do governo, em Roma. Paulo Giordano - 28. nov. 21 / Reuters

Itália vai eleger presidente de olho em risco para governo do premiê

Primeiro-ministro Draghi é cotado para chefia de Estado, o que pode voltar a bagunçar cenário político

Michele Oliveira

MILÃO Depois de um ano de relativa calma, a política italiana se prepara para dias agitados. Na próxima segunda-feira (14), começará a eleição do 13º presidente da República, em substituição a Sergio Mattarella, 80, cujo mandato de sete anos chegará ao fim no dia 3 de fevereiro.

O resultado é imprevisível, seja porque a escolha —realizada pelo Parlamento e por representantes estaduais— passa pela fragmentação do sistema partidário italiano, seja porque as regras da votação propiciam situações inesperadas. Para começar, não há pré-candidaturas. Os 1.009 "grandes eleitores", como são chamados os deputados, senadores e delegados regionais, podem escolher qualquer cidadão italiano com 50 anos completos e que goze dos seus direitos políticos e civis.

Para o voto secreto, cada um recebe uma cédula em branco, na qual pode escrever o que quiser —inclusive piadinhas. Todas elas depois serão lidas em voz alta no plenário pelo presidente da Câmara, responsável pela apuração.

Sai vencedor o nome que obtiver dois terços dos votos (673). Se ninguém conseguir a marca até o terceiro escrutínio, a partir do quarto passa a valer a maioria absoluta (505). Não há limite para o

Como é a eleição

Plata indireta
Parlamentares e representantes dos estados se reúnem para eleger o 13º presidente, que tem mandato de sete anos

Quantos e quando
Chamados de "grandes eleitores", deputados (630), senadores (321) e representantes regionais (58) somam 1.009 votos

Quem concorre
Os eleitores recebem uma cédula em branco e podem indicar, escrevendo à mão, qualquer cidadão com 50 anos completos e direitos civis e políticos

Quem ganha
Quem obtiver dois terços dos votos. A partir da quarta votação, a maioria necessária passa a ser absoluta. A votação é repetida até que um nome atinja a quantidade exigida de votos

O cargo
O presidente é o chefe de Estado e representa a unidade nacional. Entre suas atribuições mais importantes estão a de dissolver o Parlamento e a de indicar o premiê, que é o chefe de governo

número de votações; em 1971, por exemplo, foram necessárias 23 delas para a eleição do presidente Giovanni Leone, o recorde até hoje. Em geral, acontece uma sessão por dia.

"O voto para o presidente da República é tipo um conclave para a escolha do papa, porque não tem uma lista de candidatos e é possível escolher qualquer um, com requisitos muito abertos", diz Alfonso Celotto, professor de direito constitucional da Universidade de Roma Tre. "Os partidos até indicam nomes, mas, com o voto secreto, frequentemente esses nomes não são eleitos."

Ele lembra que, em 2013, Mattarella venceu na quarta votação, sem que o seu nome sequer tivesse feito parte das especulações anteriores.

Se o clima de surpresa permanece, não se pode dizer o mesmo dos partidos. "É uma eleição muito mais complicada do que a anterior. Há sete anos, havia uma sigla dominante, o Partido Democrático, que tinha, com seus aliados, a maioria dos votos e podia decidir independentemente", afirma o cientista político Piero Ignazi, professor da Universidade de Bolonha.

"Hoje, existem dois lados quase equivalentes, esquerda e direita, e nenhum deles tem votos para eleger autonomamente o seu candidato. E são muitos os deputados que estão no centro e podem de-

terminar a escolha em uma direção ou em outra." Segundo projeções do jornal Corriere della Sera, o bloco de centro-direita somaria 450 votos, e o de centro-esquerda, 420.

Foi justamente essa fragmentação que levou o economista Mario Draghi, 74, ao cargo de primeiro-ministro, em fevereiro de 2021. Sem partido, ele foi indicado por Mattarella depois que Giuseppe Conte viu seu segundo governo ruir, devido à saída de um partido nanico da maioria que o sustentava no Parlamento.

Com a missão de conduzir a campanha de vacinação contra a Covid-19, que até então patinava, e o plano de recuperação econômica da pandemia, com recursos da União Europeia, o ex-presidente do Banco Central Europeu formou —e conseguiu manter— uma ampla coalizão, da direita à esquerda, com exceção apenas do partido irmãos da Itália, de ultradireita.

Um ano depois, o país conta com 80% da população total vacinada (45% também já tomaram a dose de reforço), e a estimativa é que o PIB tenha crescido 6,3% em 2021. Em dezembro, a Itália foi escolhida pela revista The Economist como o país do ano.

Por tudo isso, o nome de Draghi circula como um dos mais adequados para ocupar o Palácio do Quirinal, como é chamada a residência do pre-

sidente da República. O principal compromisso será continuar propiciando as condições que levem à saída da crise sanitária e econômica. Ao trocar o posto de primeiro-ministro pelo de presidente —de chefe de governo pelo de chefe de Estado—, os seus poderes passariam a incidir sobre o Legislativo e o Judiciário, além do Executivo.

"A Presidência italiana é um poder de garantia que faz a in-

Raio-X da Itália



Área: 301.340 km²

População: 59.554.023

PIB: US\$ 1,8 tri (do Brasil é US\$ 1,4 tri)

PIB per capita*: US\$ 41.890 (no Brasil é US\$ 14.836)

IDH: 29ª posição (Brasil é a 84ª)

*Considerando paridade no poder de compra. Fontes: CIA World Factbook, Banco Mundial e PHD

terlocução, colabora e controla os três Poderes tradicionais. Acima de tudo, tem duas funções importantíssimas: a nomeação do premiê e de seus ministros e uma eventual dissolução antecipada do Parlamento", explica Celotto. Por isso, diferentemente de outras democracias parlamentaristas, em que o cargo é mais institucional, no país seu ocupante não pode ser considerado uma "raizinha da Inglaterra".

Draghi, que, apesar do perfil discreto e de ter vetado perguntas sobre o Quirinal em sua última entrevista a jornalistas, convocada há uma semana para falar da pandemia, sinalizou disponibilidade para o cargo, ao dizer, em dezembro, que é "um homem, um avô, a serviço das instituições".

Caso isso aconteça, será a primeira vez na história da República italiana, nascida em 1946, que um primeiro-ministro se tornará presidente. "Se for eleito, ele tem que se demitir do cargo, porque o posto de presidente é incompatível com qualquer outro. Em seguida, inacreditavelmente, ele mesmo deve indicar um novo primeiro-ministro para formar o novo governo."

Esse nome conduziria o Executivo até o fim desta legislatura, em 2023. Se o eventual futuro premiê não conseguir obter o apoio da maioria no Parlamento, é possível que haja a necessidade da convocação de eleições antecipadas. Mas esse cenário parece pouco provável, porque, a partir da próxima eleição legislativa, graças a uma reforma aprovada em referendo de 2020, as vagas no Parlamento terão um corte de 345 cadeiras —e nenhum partido parece interessado em correr esse risco.

Por essas e outras, há quem defenda a continuidade de Mattarella no cargo, e, consequentemente, a de Draghi como premiê. A Constituição não veta a reeleição do presidente, mas o desfecho é considerado excepcional e só aconteceu uma vez, em 2013. Na ocasião, Giorgio Napolitano aceitou a recondução para estabilizar a política após a eleição de Matteo Renzi como premiê, mas se demitiu dois anos depois, aos 89 anos, alegando sua idade e a vontade de ficar com sua família.

"Confirmar Mattarella no cargo significaria não mexer em nada, seria o mais simples. Mas não seria oportuno nem elegante, numa democracia, um presidente ficar por 14 anos no cargo sem alternância", afirma Celotto.

Mattarella termina o seu mandato com incomum aprovação entre os partidos e a opinião pública, mas já disse explicitamente que não está disponível para um segundo mandato, o que, no entanto, não impediria que ele fosse escolhido pelo Parlamento —nunca um eleito recusou assumir a Presidência italiana.

Por outro lado, quem já anunciou sua candidatura é Silvio Berlusconi, do partido Força Itália, de centro-direita. Aos 85 anos, e alvo de mais de 30 processos na Justiça, sua movimentação tem sido vista como uma espécie de homenagem aos últimos momentos de sua carreira política.

Enfermeira é presa por aplicar doses falsas a ativistas antivacinas

SÃO PAULO A polícia de Palermo, na Itália, anunciou no sábado (15) a prisão de uma enfermeira devido à aplicação de doses falsas de imunizantes contra a Covid em ativistas contrários à vacinação —eles buscavam a obtenção do comprovante sem de fato terem recebido o fármaco.

A força de segurança informou no Twitter que a autora de "vacinações fictícias" será investigada por falsidade ideológica e peculato, ou seja, subtração ou desvio de dinheiro ou bem público. Em um vídeo que acompanha a mensagem, a enfermeira é

flagrada por uma câmera de segurança despejando a dose de imunizantes num tectido antes de realizar a aplicação em uma pessoa.

Segundo o jornal britânico The Guardian, trata-se de uma mulher de 58 anos que trabalhava em um centro de imunização na capital da Sicília. A polícia diz que a enfermeira também falseou a própria dose de reforço que teria recebido. Esta não é a primeira vez que um episódio do tipo ocorre na Itália. Em dezembro, também na Sicília, três pessoas, incluindo uma enfermeira e o líder de um movimento lo-

cal contrário a imunizantes, foram presas e acusadas de corrupção e falsificação.

A época, dezenas de comprovantes de vacinação foram obtidos dessa maneira, até mesmo por um policial. A mídia italiana reportou naquele momento que os interessados chegavam a pagar 400 euros (cerca de R\$ 2.500, na cotação desta segunda-feira) pelo serviço.

Também em dezembro, um italiano foi denunciado após usar um braço de silicone para tentar enganar uma enfermeira ao se vacinar contra a Covid. Ele, que tentava ob-

ter um certificado de imunização, trabalhava na área da saúde e havia sido suspenso do trabalho por se recusar a ser vacinado. A vacinação é obrigatória para todos os profissionais de saúde na Itália.

Para tentar conter a disseminação da Covid e diminuir a pressão sobre o sistema de saúde do país, o governo italiano determinou a vacinação obrigatória de todas as pessoas com mais de 50 anos e para a utilização do transporte público. A medida, válida até 15 de junho, faz com que a apresentação de um teste com resultado negativo e o uso de má-

scaras não sejam suficientes para andar em ônibus e metrô.

Até agora, segundo o jornal The New York Times, 82% da população italiana já recebeu uma dose da vacina contra a Covid, e 75% estão com o ciclo completo —44% receberam a dose de reforço. A média móvel de casos no país, segundo a plataforma Our World in Data, ligada à Universidade de Oxford, está em tendência de alta, com cerca de 3.000 infecções a cada 1 milhão de habitantes.

Os Estados Unidos apresentaram 2.426 contaminações no mesmo índice, e o Brasil, 322 —mas especialistas afir-

mam que os números brasileiros apresentam subnotificação devido à dificuldade para acessar testes de detecção da Covid e o apagão de dados que ocorre no país desde que os sistemas do Ministério da Saúde foram derrubados por hackers, em dezembro.

Pesquisa Datafolha publicada no sábado (15) mostrou que um em cada quatro brasileiros com 16 ou mais anos de idade diz ter recebido o diagnóstico de Covid desde o início da pandemia. São 41 milhões de pessoas, quase o dobro do total de casos registrados oficialmente no país.

mundo

Confrontos entre potências podem virar catástrofe, diz Xi

Líder chinês dá alfinetadas no Ocidente em fala virtual no Fórum de Davos

BAURUS (SP) O dirigente da China, Xi Jinping, debateu um alerta nesta segunda-feira (17) sobre "consequências catastróficas" de possíveis confrontos entre grandes potências. Seu discurso foi transmitido por vídeo durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Um dos mais importantes encontros globais de líderes políticos, empresariais e da sociedade civil, o evento foi adiado com o agravamento da pandemia de coronavírus. Uma versão presencial está prevista para o próximo semestre, mas nesta semana foram mantidas algumas conferências virtuais. "A história mostrou repetidamente que o confronto não resolve problemas, apenas provoca consequências catastróficas", disse ele, de acordo com a tradução oficial de seu pronunciamento. O líder chinês também se posicionou como um defensor do multilateralismo e re-

forçou a percepção de aumento das tensões globais. "Precisamos descartar a mentalidade de Guerra Fria e buscar coexistência pacífica e resultados em que todos ganham", afirmou, descrevendo este como o quarto item de uma lista de prioridades que inclui ainda a cooperação internacional para enfrentar a pandemia, recuperação econômica pós-Covid e revitalização do desenvolvimento global. "Nosso mundo atual está longe de ser pacífico. A retórica que desperta ódio e preconceito é abundante", acrescentou. Segundo o dirigente, "atos de contenção, de repressão ou de confronto", bem como o protecionismo, o unilateralismo e a política de hegemonia são as causas de danos à paz e à segurança mundiais. "Atos obstinados de construir 'muros altos' ou 'sistemas paralelos', de entusiasticamente montar pequenos círculos

ou blocos exclusivos que polarizam o mundo, de esticar o conceito de segurança nacional para conter avanços econômicos e tecnológicos de outros países, de fomentar o antagonismo ideológico e de politizar ou de usar questões econômicas, científicas e tecnológicas como armas reduzem gravemente os esforços internacionais para enfrentar desafios comuns", acusou Xi, sem mencionar nenhum país ou liderança especificamente. A fala do dirigente chinês mantém a linha de discursos que fez em outras conferências, como na Assembleia Geral da ONU. Ecoa ainda a declaração dura que deu em 2017, durante sua primeira participação em Davos. Há cinco anos, Xi atacou vários pontos da política internacional defendidos por Donald Trump — à época, a três dias de assumir a Casa Branca. Naquela ocasião, Xi alfinetou os EUA sem, porém, mencionar o país ou

o republicano. Ele tampouco abordou temas geopolíticos que opõem Washington e Pequim, buscando apresentar a China como o bom parceiro de um mundo turbulento. O discurso deste ano não foi muito diferente. Assim como não houve menções a nenhum país em especial, ficaram de fora quaisquer referências às tensões no Mar do Sul da China e a assuntos sensíveis como a situação de Hong Kong e de Taiwan e as denúncias de violações de direitos humanos em Xinjiang. Para falar do combate à Covid, usou uma metáfora de navegação para defender a cooperação internacional. Segundo ele, em meio à crise global, os países não estão viajando separadamente "em cerca de 190 pequenos barcos, mas num navio gigante do qual depende o destino de todos". "Barcos pequenos podem não sobreviver a uma tormenta, mas um navio gigan-

Pequim afirma que ômicron veio em carta

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Pequim recomendou que os moradores da capital chinesa deixem de receber correspondências e produtos comprados no exterior, alegando que amostras da variante ômicron foram detectadas em uma carta vinda do Canadá. Autoridades de saúde chinesas têm reiterado a possibilidade de que é possível ser infectado pelo coronavírus por meio do contato com objetos contaminados. Essa teoria, porém, é considerada altamente improvável pela maioria dos cientistas. Embora amostras colhidas de superfícies possam gerar resultado positivo em testes, isso significa que o exame detectou vestígios do coronavírus, mas não necessariamente com carga viral suficiente para infectar uma pessoa. A carta na qual amostras de ômicron foram encontradas foi postada em Toronto, no Canadá, no dia 7 de janeiro e chegou a Pequim no dia 11, depois de passar pelos Estados Unidos e por Hong Kong.

te é forte o suficiente para enfrentar uma tempestade", afirmou, acrescentando que procurar culpados pela pandemia de coronavírus "só causaria atrasos desnecessários e distrairia do objetivo geral". A fala foi uma nova alfinetada em países do Ocidente, em especial os EUA, que lançaram dúvidas sobre a conduta e a falta de transparência da China em relação à Covid-19. O presidente Joe Biden, por exemplo, chegou a dizer que o regime de Xi esconde deliberadamente informações sobre a origem da pandemia. Para defender a globalização da economia, uma nova metáfora. "Embora as contracorrentes certamente existam em um rio, nada pode impedi-lo de fluir para o mar", declarou ele, defendendo a globalização como uma solução "mais aberta, inclusiva, equilibrada e benéfica para todos". Sobre a China, especificamente, não faltaram autoelogios. Além de Xi ressaltar os índices econômicos positivos do país, ele voltou a comemorar o centenário do Partido Comunista Chinês, citando a vitória na batalha contra a pobreza e a construção de um país socialista moderno em todos os seus aspectos. "Primeiro aumentamos o bolo e depois o dividiremos adequadamente, por meio de arranjos institucionais razoáveis. A medida que a maré alta levanta todos os barcos, todos receberão uma parte justa do desenvolvimento, e os ganhos beneficiarão todo o nosso povo de maneira mais substancial e equitativa", afirmou. O líder chinês encerrou o seu discurso defendendo a realização dos Jogos de Inverno de Pequim, previstos para começar em menos de duas semanas, apesar do aumento de casos de Covid e do boicote diplomático de países como EUA, Reino Unido e Austrália. "Estamos confiantes de que a China apresentará ao mundo Jogos eficientes, seguros e esplêndidos. O lema de Pequim 2022 é 'juntos por um futuro compartilhado'. De fato, vamos dar as mãos com total confiança e trabalhar juntos por um futuro compartilhado". Também em Davos, o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu que empresários ajudem países mais pobres a comprar vacinas contra a Covid-19, a combater as mudanças climáticas e a reformar o sistema financeiro global. Já o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, reivindicou um esforço coletivo global para lidar com os problemas provocados pelas criptomoedas, como o bitcoin.



Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico de Davos, assiste ao discurso transmitido remotamente de Pequim por Xi Jinping

Fabrizio Caffini/Reuters

Investigação teria revelado nome de delator do esconderijo de Anne Frank

HAIA (HOLANDA) | AFP e REUTERS Uma investigação de seis anos liderada por um ex-agente do FBI sobre quem teria traído Anne Frank e permitido que os nazistas a encontrassem apontou um notório judeu como o principal suspeito. O livro "The Betrayal of Anne Frank", da canadense Rosemary Sullivan, a ser lançado nesta terça (18), afirma que Arnold van den Bergh pode ter revelado o endereço secreto em que a jovem e a família dela se esconderam em Amsterdã. As acusações contra o homem, que morreu em 1950, são baseadas em evidências como uma carta anônima enviada ao pai de Anne, Otto Frank, após a Segunda Guerra. Segundo Pieter van Twisk, membro da equipe de investigação, o documento é uma peça crucial porque nomeia especificamente Van den Bergh e diz que ele foi o responsável por informar aos nazistas onde judeus estavam se refugiando. A carta afirma ainda que ele, membro do Conselho Judaico de Guerra de Amsterdã, teria passado os endereços tendo em vista a

salvação da própria família. Ainda de acordo com o pesquisador, apenas 4 dos 32 nomes inicialmente investigados se mantiveram relevantes para a apuração, com Van den Bergh como o principal suspeito. Van Twisk especula diversas razões para o pai de Anne Frank permanecer em silêncio quanto à carta: ele talvez não tivesse certeza de que a denúncia era verdadeira, a informação poderia alimentar antissemitismo e as três filhas do suposto delator poderiam ser culpadas por algo que o pai, não elas, teria feito. Otto "esteve no campo de concentração em Auschwitz", afirmou o pesquisador. "Ele estava ciente que pessoas em situações difíceis às vezes fazem coisas que não podem ser justificadas moralmente." O Museu Anne Frank, em Amsterdã, informou à agência de notícias AFP que a investigação, comandada pelo agente aposentado do FBI Vincent Pankake e cerca de 20 historiadores, criminologistas e especialistas em dados, é uma "hipótese fascinante", mas que são necessárias mais



Amenina judia Anne Frank, morta em campo de concentração na 2ª Guerra

Willy Gommers

pesquisas para confirmá-la. O historiador Erik Somers, do Instituto NIOD de Estudos de Guerra, Holocausto e Genocídio, por exemplo, mostrou ceticismo com a conclusão. Ele questiona a centralidade da carta anônima nos argumentos para atribuir responsabilidade a Van den

Bergh e afirma que os pesquisadores fizeram suposições sobre as instituições judaicas de Amsterdã no período da guerra que não têm base em outras apurações históricas. Para Somers, havia muitos outros motivos para que Van den Bergh nunca tivesse sido deportado, já que era "um homem muito influente". Os investigadores, por sua vez, descobriram que ele conseguiu revogar uma ordem de deportação perto da traição que permitiu aos nazistas encontrar a família Frank. As teorias sobre como os nazistas chegaram ao esconderijo que os Franks ocuparam por quase dois anos, até serem descobertos em 4 de agosto de 1944, são abundantes, mas o nome de Van den Bergh não havia recebido muita atenção. A nova pesquisa foi feita a partir de técnicas modernas, incluindo o uso de inteligência artificial para analisar grandes quantidades de dados. Após o ataque, a família foi deportada, e Anne e sua irmã morreram no campo de Bergen-Belsen, na Alemanha, no ano seguinte. O pai dela publicou em 1947 seu diário, que já vendeu mais de 30 milhões de cópias, foi traduzido para 60 idiomas e capturou a imaginação de milhões de leitores em todo o mundo.

Rebeldes do Iêmen atacam Abu Dhabi com drone e matam três

DUBAI | REUTERS Um ataque realizado com drone na manhã desta segunda-feira (17) pelo grupo rebelde houthis, contra Abu Dhabi provocou um incêndio próximo ao aeroporto da capital dos Emirados Árabes Unidos e também a explosão de três caminhões-tanque, deixando três mortos. Analistas avaliam que o atentado pode levar a guerra do Iêmen, entre o grupo rebelde e a coalizão liderada pela Arábia Saudita, a novo nível, dificultando os esforços para conter as tensões regionais, justamente num momento em que Estados Unidos e Irã tentam resgatar o acordo nuclear — os houthis são aliados de Teerã. "Os Emirados Árabes Unidos condenam esse ataque terrorista das milícias houthis em regiões e edifícios civis", afirmou em comunicado o Ministério das Relações Exteriores, acrescentando que o atentado "não ficará sem punição" e que o país "se reserva o direito de responder" militarmente. Na coalizão que atua no Iêmen, os emiratenses armam e treinaram forças loque

se juntaram à luta contra os houthis nas áreas produtoras de energia Shabwa e Marib. Os rebeldes já haviam lançado mísseis e drones na fronteira com a Arábia Saudita, mas reivindicaram poucos ataques nos Emirados Árabes. "Com o tempo acabando nas negociações [nucleares do Irã], o risco de deterioração na sensação de segurança da região está aumentando", afirmou à agência Reuters Torbjorn Soltevedt, principal analista de Oriente Médio e Norte da África na empresa de análise de risco Verisk Maplecroft. A explosão de caminhões-tanque na área industrial de Musaffah, perto das instalações de armazenamento da petrolífera Adnoc (Empresa Nacional de Petróleo de Abu Dhabi), acabou deixando três mortos e seis feridos. Entre as vítimas confirmadas havia dois indianos e um paquistanês, que eram trabalhadores da companhia. Um porta-voz militar dos houthis afirmou, no final do dia, que a contraofensiva da aliança liderada pelos sauditas sobre Sanaa, capital iemenita, matou 11 pessoas.

mercado

Sindicatos de servidores vão pedir aumento de até 28% em dia de atos

Dirigentes ainda divergem de índice e esperam adesão limitada em Brasília por causa da ômicron

Fábio Papa,
Idiana Tomazelli
e Douglas Gavras

BRASÍLIA E CURITIBA Entidades de servidores que vão protestar nesta terça-feira (18) por aumento salarial irão pedir reajuste de até 28,15% ao governo Jair Bolsonaro (PL). O movimento ganhou força após o presidente prometer verba apenas para policiais. O percentual é buscado por representantes da elite do funcionalismo, e não é consenso entre as demais categorias.

A cada ponto percentual, de acordo com estimativa da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), o custo aos cofres públicos de um aumento é de R\$ 3 bilhões. O montante reivindicado, se hipoteticamente fosse obtido, seria de R\$ 84,45 bilhões. O Orçamento de 2022 prevê apenas R\$ 1,7 bilhão.

Após a mobilização desta terça, que tem caráter de alerta e é considerada determinante para avaliar a resposta do governo e os próximos passos que podem incluir uma greve, as entidades vão esperar uma sinalização do Executivo. Caso nada mude até o começo de fevereiro, o movimento deve se intensificar.

Nesta terça-feira, as entidades dizem esperar boa adesão aos atos, mas afirmam que o movimento pode ser limitado por fatores como o crescimento dos casos de Covid-19, em razão da ômicron, e o período de férias.

Os grupos, já falando até em novas mobilizações para o dia 2 de fevereiro — quando recomeçam os trabalhos no Congresso Nacional e no STF Supremo Tribunal Federal). Por ora, dirigentes disseram que o impacto para a população deve ser mínimo e que, apesar de a adesão poder ser modesta, esse será apenas um primeiro movimento de pressão. Segundo eles, a mobilização vai continuar independentemente da força de manifestação nas ruas — inclusive com possibilidade de greve.

Alison Souza, presidente do Sindlegis (Sindicato Nacional dos Servidores Federais), afirmou que o movimento vai ser limitado por fatores como o crescimento dos casos de Covid-19, em razão da ômicron, e o período de férias.

Alison Souza, presidente do Sindlegis

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirmou que a previsão inicial era que mil pessoas comparecessem aos atos em Brasília. Porém, alta da taxa de transmissão de Covid-19 no Distrito Federal pode inspirar maior cautela, reduzindo a adesão.

As manifestações estão marcadas para as 10h na frente da sede do Banco Central e às 14h na frente do Ministério da Economia. O Fonacate espera participação de ao menos 29 categorias, segundo levantamento atualizado na noite desta segunda-feira (17).

“Em termos de prejuízo de atendimento ao público, [o impacto] deve ser mínimo por ora”, afirmou Marques. “Essas coisas levam mais tempo para impactar a população. A mobilização tem de ganhar corpo, tem de haver adesão e afetar áreas-chave”, disse.

Marques afirmou que o Fonacate irá buscar os 28,15%, percentual que representa o IPLA acumulado de janeiro de 2017 até dezembro. A maioria das carreiras está sem aumentos nesse período, segundo a entidade. Outros dirigentes, no entanto, defendem percentuais menores.

David Lobão, coordenador geral do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), busca a reposição desde o início do governo Bolsonaro (2019). Segundo ele, o Sinasefe (Fó-

rum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, do qual o Sinasefe faz parte), vai protocolar um pedido de reajuste de 19,99% para todos os servidores — o que, nas contas dele, corresponde a uma inflação inflacionária durante o governo Bolsonaro.

Apesar do alto índice, Lobão afirmou que muitas categorias — como os professores — estão em férias e que isso fará o movimento ser em grande parte formado pelas próprias categorias. “Pode não ser sentida como uma paralisação de fato. Temos clareza que não é uma manifestação de massa ainda”, disse Lobão.

Outros percentuais são citados entre dirigentes. O presidente do Sindlegis (que representa os servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União), Allison Souza, afirmou que os servidores não querem “bagunça fiscal”.

“Quando o presidente disse que iria dar um aumento para os policiais, acabou tirando o pino da granada”, disse. Segundo ele, é necessário um reajuste de 3% e 5%.

Souza criticou o argumento do governo de que não tem dinheiro, ao mesmo tempo que destina R\$ 16,5 bilhões para emendas de relator — instrumento usado por congressistas aliados para arrigar reduções eleitorais.

“É uma primeira etapa de paralisação”, afirmou Fábio Faad, presidente do Sinaf (Sindicato Nacional dos Fun-

Em 2015, greve paralisou aulas e atrasou benefícios

A última grande mobilização dos servidores públicos federais no Brasil foi em 2015, ainda no início da segunda gestão Dilma Rousseff (PT) na Presidência. Naquela época, como agora, a mobilização buscava a inclusão de reajuste salarial no Orçamento federal para o ano seguinte. Iniciado em maio e junho, o movimento foi ganhando adesão de servidores e resultava, no fim de agosto, a dificuldade no agendamento de benefícios previdenciários, paralisações em universidades e escolas técnicas e a suspensão das atividades de fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras. Ao todo, os servidores federais somaram, naquele ano, 12,7 mil horas paradas segundo monitoramento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Foi o maior tempo de paralisação em desde o início da série histórica da entidade iniciada em 1983. As categorias que pararam naquele ano voltaram ao trabalho depois de aceitar a proposta de reajuste de 5,5% em 2016 e de 5% em 2017.

cionários do Banco Central). “A expectativa nossa é muito boa, a gente acredita que esse pessoal vai aderir com força. Os servidores estão vendo que essa discussão está muito ruim por parte do governo, intransigente arrogante”, afirmou.

No BC, a expectativa é que ao menos 50% dos servidores participem dos atos. O protesto é considerado pelo sindicato uma espécie de advertência ao governo. Segundo Faad, o atendimento ao público deve sofrer restrições, e sistemas podem ficar instáveis ao longo desta terça.

De acordo com a entidade, a adesão dos servidores do Banco Central pode levar à interrupção do atendimento e da distribuição de cédulas de papel-moeda. Também pode haver impacto na prestação de informações ao sistema financeiro e nas atividades de manutenção de acesso a bancos e sistemas de informação. Atividades consideradas essenciais, por sua vez, serão mantidas.

O sindicato de servidores do BC é um dos mais ativos na mobilização e afirmou que a adesão às listas de entrega de cargos de comissão e compromisso de não assunção dos novos vagas à está próxima de 2.000 servidores.

Há também os outros 2.500 servidores, sem comissão, que estão sendo convidados a aderir à lista.

Além de reajustes, os sindicatos têm aproveitado para apresentar outras demandas. No caso dos servidores do BC, pedem também a reestruturação de carreira de analistas e técnicos (sem impacto financeiro).

Na Receita Federal, primeiro sindicato a se mobilizar após a sinalização de reajuste apenas para policiais, os auditores protestam contra a falta de regulamentação do bônus de eficiência para a categoria e contra o corte de recursos para o funcionamento da Receita em 2022.

Atividades administrativas e programas de fiscalização em postos aduaneiros também foram reduzidos pelos protestos dos servidores, que instauraram a chamada operação-padrão. Em cidades como Foz do Iguaçu (PR) estão sendo registradas filas de caminhões.

A mobilização foi inicialmente convocada pelo Fonacate, que reúne grupos com forte poder de pressão — como auditores fiscais da Receita, servidores do Banco Central, diplomatas, entre outros. O movimento recebeu o reforço do Sinasefe, que representa um leque mais amplo de carreiras, inclusive aquelas com menores salários.

Guedes é contra a concessão de reajustes generalizados. No entanto, ele cedeu a Bolsonaro ao pedir ao Congresso uma reserva de recursos no Orçamento de 2022 para atender aos policiais federais.

Servidores preparam mobilização geral por reajustes

Número de servidores no Executivo federal

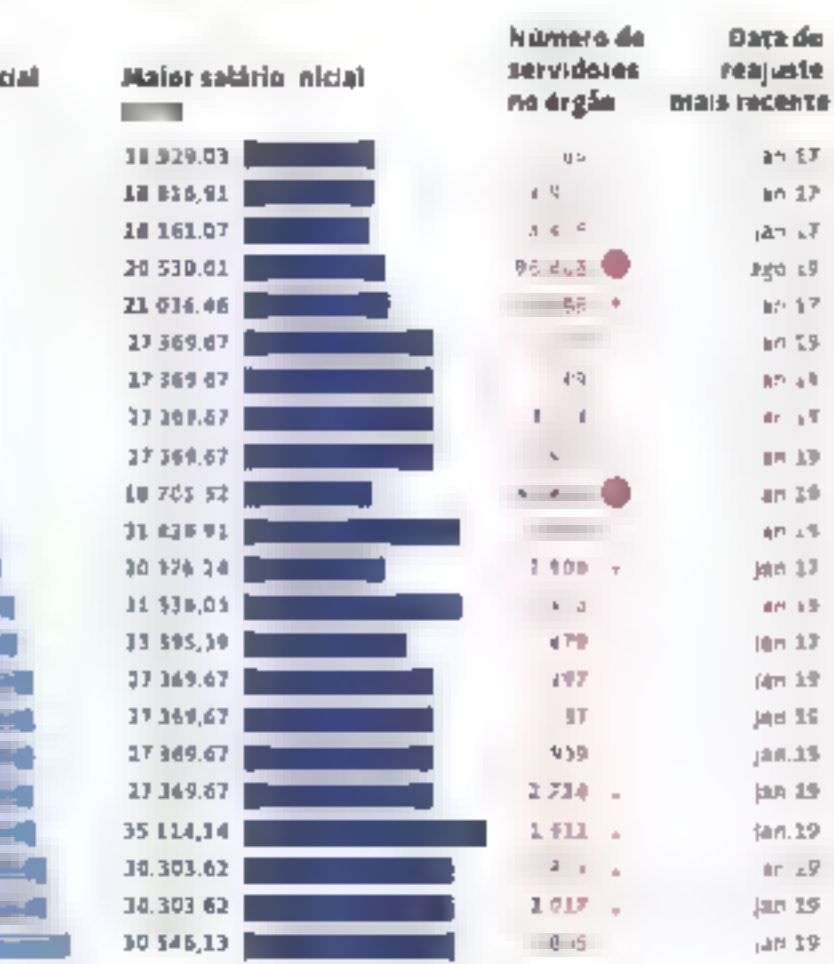
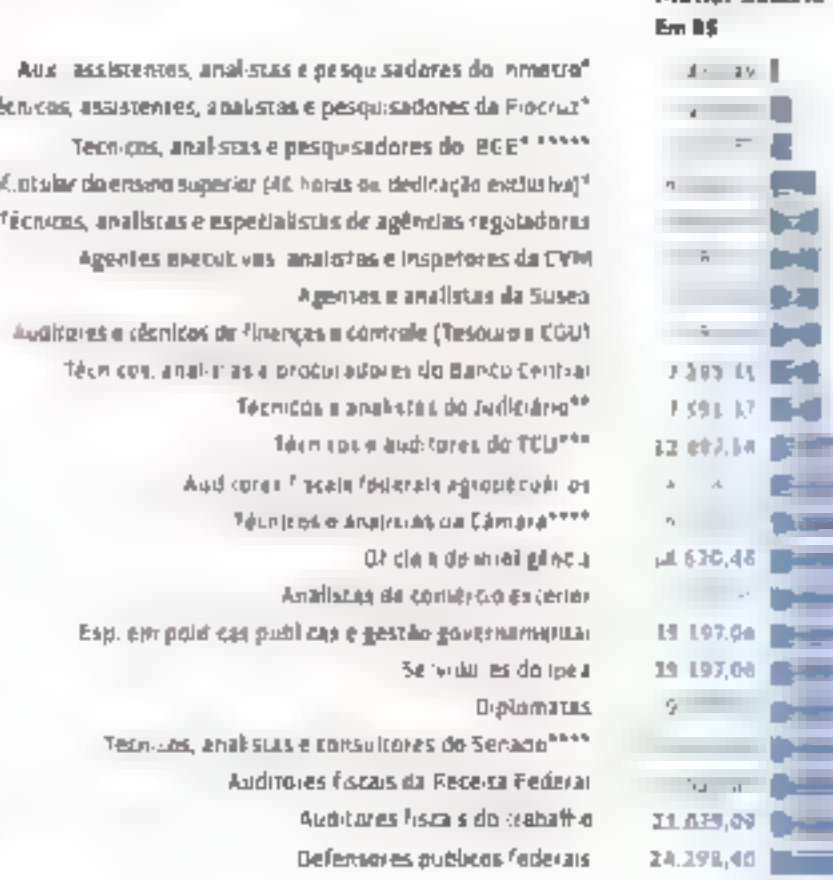


1.240.177 Total

R\$ 3 bi
É o impacto aproximado do reajuste para cada 3% de reajuste para todos os servidores, segundo cálculo do governo

*Em algumas regiões, remuneração varia conforme o tipo de atuação funcional.
**Ao longo do ano, a taxa de inflação de 40% sobre verbas nas categorias.
Relatório de Inflação. *Não inclui o aumento de salários de algumas categorias.
*****Cálculo baseado em dados do Banco Central, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Cultura, do Ministério do Turismo, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Planejamento, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério do Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Esporte, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Algumas das categorias que aderiram à mobilização



Bolsonaro ignora cálculo político básico em novela de reajuste

ANÁLISE
Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro se mobilizou por ignorar cálculos políticos básicos na hora de tomar decisões. Ao se opor à vacinação ou organizar investidas contra as instituições, o presidente se agarrou a princípios de fidelidade e instintos de sobrevivência, desprezando os prejuízos que poderia colher com o fracasso dessas manobras.

A mesma lógica desenha o enredo em que Bolsonaro se meteu ao prometer reajuste salarial apenas para policiais em 2022. Com pouco dinheiro em caixa, o presidente resolveu fazer um agrado a um pilar importante (ainda que limitado) de sua base política, ao custo de uma insatisfação que se espalha por fatias maio-

[...] Ao prometer reajuste salarial apenas para policiais em 2022, [...] Bolsonaro prefere investir seus poucos recursos financeiros e políticos na fidelização de uma fatia de sua base. O objetivo é preservar alguma chance na campanha deste ano

res do funcionalismo federal. Diversas categorias de servidores aproveitaram o movimento acalorado do governo para manifestar desconforto e cobrar aumentos semelhantes. Com previsão de paralisação nesta terça-feira (18), esses grupos pretendem empurrar Bolsonaro e ameaçam produzir embaraços em serviços de grande visibilidade, como as atividades da Receita em portos e aeroportos. É cedo para medir os possíveis danos que a mobilização pode causar ao governo — o que dependerá da adesão dos funcionários e das dores de cabeça que a interrupção pode causar à população. Os atos, no entanto, já mostram que os impulsos políticos de Bolsonaro criam mais dificuldades do que benefícios diretos no ano eleitoral. O presidente opera com

uma balança desregulada nesta reta final de mandato. Com portifólio cheio de realizações e um Orçamento limitado, Bolsonaro prefere investir seus poucos recursos financeiros e políticos na fidelização de uma fatia de sua base. O objetivo é preservar alguma chance na campanha deste ano, mesmo que esses movimentos sejam insuficientes para construir uma maioria a prazo curto. Há um denso simbolismo na promessa feita aos policiais. Ao priorizar essas categorias, Bolsonaro pretende repisar a ideia de que valoriza a lei e a ordem — uma imagem que explorou na campanha de 2018. Além disso, tenta amenizar o peso de seus evidentes esforços para fragilizar o trabalho da Polícia Federal. Outras possíveis motivações são mais nebulosas, embora

verossímeis. Se Bolsonaro levar adiante as insinuações de que vai contestar o resultado da eleição em caso de derrota, a boa vontade das forças de segurança será determinante. A generosidade do governo federal também pode provocar uma pressão de policiais militares sobre governadores, a favor de reajustes semelhantes. Um cenário assim tem potencial de criar atritos nos estados, o que reforçaria os laços desses agentes com o bolsonarismo. A opção política do presidente foi clara. Há apenas dois meses, Bolsonaro disse que daria um reajuste salarial em 2022 para “todos os servidores federais, sem exceção”. Em dezembro, as coisas mudaram de figura. Com o Orçamento apertado, o governo percebeu que só poderia dar um aumento residual

para toda o funcionalismo ou um percentual mais expressivo para uma fatia específica. A escolha partiu do presidente, mas houve uma perseguição completa para viabilizar o negócio. O ministro Paulo Guedes (Economia) avaliou a reserva de R\$ 1,7 bilhão para o aumento das categorias apontadas por Bolsonaro, e a base governista no Congresso aprovou a proposta. Agora, Bolsonaro pode ceder à pressão e estender o benefício a outras categorias, mas faturaria dinheiro para isso. Também pode seguir adiante com o aumento aos policiais, contratando a oposição dos demais servidores. O botão vermelho seria o cancelamento do reajuste, mas nem assim o presidente se livraria do mal-estar que ele mesmo criou. Será difícil sair ileso desse episódio.

mercado

PAINEL S.A.

Chegou a hora

Mais de 20 anos após a falência do Mappin, o Sindicato dos Comerciantes contabiliza nesta semana cerca R\$ 2,3 milhões em indenizações a 58 credores trabalhistas. Aproximadamente R\$ 1,2 milhão do montante corresponde a apenas uma ex-funcionária da varejista, segundo o sindicato. Marcelo D’Aguiar, advogado do sindicato, afirma que ainda faltam alguns trabalhadores. “Ainda tem pessoas que mudaram de endereço e continuamos procurando”, afirma.

GRITO Trabalhadores da Cetesb (companhia ambiental de São Paulo) em greve desde 12 de janeiro, se reuniram nesta segunda (17) em frente à Secretaria Estadual da Fazenda para pressionar o governo Doria por reajuste salarial. Segundo o Sintaema (sindicato dos trabalhadores do setor), sentença do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) impõe correção de 2,6%, referente a 2020, e de 7,31%, por 2021.

PRAIA A direção da Cetesb afirma que “está empregando todos os esforços necessários para resolver essa questão” e que os serviços essenciais mantidos pela companhia como monitoramento da qualidade do ar, das praias, e atendimento aos acidentes ambientais seguem funcionando e não sofrerão interrupção. Na manhã desta terça (18), os trabalhadores farão nova assembleia virtual.

ARRANHA-CÉU O município de Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, assiste a uma novela que vem levantando interesses no mercado imobiliário, enquanto o Ministério Público de Minas Gerais aponta irregularidades. O umbrólio acontece no bairro Vila da Serra, onde o órgão indica falhas na aprovação do Hospital de Olhos, na rua da Passagem.

PLANTA O MP cita entre os problemas a falta de vagas de estacionamento e extrapolação do limite de construção, o que poderia prejudicar a mobilidade urbana. Em outubro, o órgão recomendou ao prefeito, João Marcelo Diegues Pereira, e ao secretário Municipal de Planejamento, André Rocha, que não aprovelem qualquer novo empreendimento na região até que sejam corrigidas as irregularidades.

TERREO Valorizado no setor de saúde, o quartelão já abriu o Hospital Boccos, comprado pela Rede D’Or no ano passado, faculdade e um hotel Mercure. Procurada pelo PAINEL S.A., a Prefeitura de Nova Lima diz que acatou a recomendação e suspendeu a análise e a aprovação de novos empreendimentos no local até que o Ministério Público apure as irregularidades e libere os terrenos.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Em %, em 12 meses

2,73

0,00

4,05

8,33

Cheque especial

Emprestimo pessoal

Fonte: PreconSP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência dezembro

Até 15 de maio, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00

Valor máx. R\$ 8.433,57 20% R\$ 1.686,71

O autônomo que presta serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. O caso de não ter renda declarada no mês, o valor é de 5% do valor do prazo para recolhimento e o autônomo que recebe por conta própria vence em 13 per

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado

Até R\$ 1.100 7,5%

De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%

De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 11%

De R\$ 3.305,23 a R\$ 8.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições de empregado vence em 07/01. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial, que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$

Até 1.901,98

De 1.901,99 até 3.826,69

De 3.826,70 até 4.664,68

Acima de 4.664,68

Até 7,5

Até 15

Até 22,5

Até 27,5

342,40

354,80

636,13

869,36

Joana Cunha

joanac@grupofolha.com.br

Pilares da retomada são transparência, sustentabilidade, abertura e privatização

Brasil precisa do mundo para voltar a crescer, e mundo precisa do Brasil para assegurar o crescimento sustentável do planeta

PENSAMENTO ECONÔMICO DE FELIPE D’AVILA

Felipe d’Avila
Cientista político, fundador do CLP (Centro de Liderança Pública) e pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Novo

O Brasil está cansado de presidente que precisa de Posto Ipiranga. O eleitor quer conhecer as propostas do candidato, não a opinião do seu suposto sabido-tudo. Por isso, como pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Novo, faço questão de não terceirizar o anúncio da nossa agenda para o Brasil.

O populismo petista e bolsonarista destruiu a economia. Deixou-nos um trágico legado de inflação alta, desemprego recorde, 10 milhões de brasileiros de volta à miséria e mais de uma década de estagnação. A retomada do crescimento, do investimento e do emprego demandará um governo capaz de restaurar a confiança dos mercados.

O Brasil precisa do mundo para voltar a crescer, e o mundo precisa do Brasil para assegurar o crescimento sustentável do planeta.

Temos terra e clima para fixar metade do carbono do planeta. A retomada do crescimento depende de uma importante mudança de atitude: é preciso tratar a política ambiental como política de Estado. Ela dará o tom da política econômica, social e internacional. O mercado mundial terminou que dois terços do investimento global (em torno de US\$ 50 trilhões) estão canalizados para empreendimentos sustentáveis. Para atrair esses recursos, teremos de criar um mercado doméstico de carbono, combater o desmatamento ilegal, plantar árvores em terras degradadas e apoiar o crescimento do agronegócio ambiental.

Temos a agricultura mais competitiva e sustentável do mundo e não podemos deixar que o Brasil seja retalhado por causa de um punhado de grileiros que arruinaram a imagem do país. Ao buscarmos com abnegação o primeiro grande negócio carbono neutro, transformaremos o Brasil num dos lugares mais atraentes para investir. A segunda medida inadiável

Luciano Veronesi

ARTIGOS PUBLICADOS

Ciro Gomes (PDT)
Por Nelson Maculan

João Doria (PSDB)
Por Henrique Memelis

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
Por Guido Mantega

Sergio Moro (Podemos)
Por Alfonso Cano Pastore

Felipe d’Avila (Novo)

é a abertura unilateral da economia. Nenhum país prosperou se fechando para o comércio mundial. Continuamos a ser uma das economias mais fechadas do mundo, sustentamos um nefasto corporativismo público e privado com barreiras protecionistas, tarifárias e burocráticas que aniquilaram a produtividade e a competitividade do Brasil. Vamos promover uma abertura gradual, e em quatro anos seremos uma economia aberta e competitiva.

A abertura unilateral estimulará o setor privado a pressionar o Congresso a votar as reformas de Estado, como a tributária e a administrativa. A primeira é vital para cortar o custo Brasil. A segunda, imprescindível para reduzir o gasto público.

O terceiro pilar é a privatização. Vamos vender as estatais intocáveis, como Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Eletrobras. Elas representam 80% do valor das estatais — um universo em torno de 200 empresas. Não dá para fazer privatização acanhada — como a venda de subsidiárias. Dessa maneira, o dinheiro vai para o caixa da estatal, não para o Tesouro, como ocorre quando se vende a holding

Criaremos um fundo soberano com os recursos obtidos para investir em outras prioridades, como educação, pesquisa e desenvolvimento.

Quarto pilar: a criação de um Orçamento transparente e verdadeiro. Num país de orçamento secreto e orçamento paralelo de estatais — que concedem centenas de bilhões de reais de subsídios fora do orçamento —, é vital a transparência para com o dinheiro do contribuinte.

Acreditamos em um governo em que todo gasto público constará do Orçamento, em que não haja nada “por fora”. Em que tenha, também, critério para a avaliação de cada gasto, o que permitirá avaliar anualmente subsídios, isenções tarifárias, tributárias e seus impactos.

Assim, teremos critérios para acabar com programas ineficientes e estruturas ociosas e mais dinheiro para os programas que dão resultado. Por fim, o Orçamento terá como premissa a estabilização da relação dívida/PIB. O estouro do teto do gasto no governo Bolsonaro revela uma tragédia: aumento da inflação e dos juros, o que deve elevar o custo do financiamento da dívida — que pode chegar a R\$ 450 bilhões em 2022 (mais de dez vezes a Bolsa Família).

Sem a construção desses pilares, o Brasil está condenado a continuar refém do baixo crescimento, da pobreza e do PCC: patronalismo, corporativismo e clientelismo. Para executar esse programa, o Brasil tem vários economistas renomados que estão sintomizados com essa pauta. Nomes não faltam. O que falta é liderança política para apoiá-los.

Série traz pensamento econômico de pré-candidatos à Presidência

O caderno Mercado publica artigos sobre questões econômicas consideradas sensíveis por pré-candidatos à Presidência da República. A proposta é dar início ao debate de temas que devem nortear boa parte da campanha. Os artigos são assinados em sua maioria por economistas que participam do grupo de apoio aos pré-candidatos. De acordo com suas respectivas assessorias, os senadores Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Simone Tebet (MDB-MS) estão iniciando conversas com consultores econômicos e ainda não têm porta-vozes na área. Convidado a representar o presidente Jair Bolsonaro, que disputará a reeleição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prefere não se manifestar no momento.

Mente quem diz que a reforma trabalhista de Temer retirou direitos, afirma Bolsonaro

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu, nesta segunda-feira (17), a reforma trabalhista feita no governo Michel Temer (MDB) e afirmou que ela não retirou direitos dos trabalhadores.

A fala de Bolsonaro ocorre em meio às sinalizações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aliados de que, em caso de retorno ao Planalto, pretende rever pontos da legislação aprovada em 2017.

“O governo Temer fez uma pequena reforma trabalhista, não tirou direito de nenhum trabalhador. Mente quem fala que a reforma trabalhista do Temer retirou direitos do

O governo Temer fez uma pequena reforma trabalhista, não tirou direito de nenhum trabalhador. Mente quem fala que a reforma trabalhista do Temer retirou direitos do trabalhador

Jair Bolsonaro presidente

trabalhador” declarou Bolsonaro durante entrevista a uma rádio do Espírito Santo.

“Até porque os direitos estão lá no artigo 7º da nossa Constituição, não podem ser alterados, porque estão no capítulo das cláusulas pétreas. Foi uma flexibilização, deu um impulso no governo Temer essa reforma. Tanto que tivemos um saldo positivo [de empregos] no governo Temer”, disse.

A possível anulação ou ao menos alteração da reforma trabalhista ganhou centralidade no discurso de aliados de Lula, que é pré-candidato petista à Presidência. Eles usam como inspiração o governo espanhol, atualmente liderado pelos socialistas

do PSOE, que têm ligações históricas com o PT.

Na Espanha, a nova reforma revisa uma que foi feita em 2012 e que teria impulsionado a precarização das condições de trabalho no país. Entre outras medidas, a reforma atual limita os contratos temporários e estabelece regras mais rigorosas nas terceirizações.

Em 4 de janeiro, Lula pediu que a população acompanhasse os debates no país. “É importante que os brasileiros acompanhem de perto o que está acontecendo na reforma trabalhista da Espanha, onde o presidente Pedro Sánchez está trabalhando para recuperar direitos dos trabalhadores” escreveu no Twitter.



BOLSONARO E GUEDES PARTICIPAM DE EVENTO NO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL
Autoridades compareceram ao lançamento do Circuito de Negócios Agro Banco do Brasil Etapa 2022 *Boa tarde / Ministério da Economia*

Tesouro afirma que plano de recuperação do Rio era precário

Governo federal rejeita pedido de socorro financeiro do estado, que agora pode levar tema ao Supremo

Ídiana Tomazelli

BRASÍLIA O Tesouro Nacional classificou o plano de recuperação fiscal apresentado pelo Rio de Janeiro como precário e baseado em "premissas técnicas frágeis" para promover o reequilíbrio das contas do estado.

Como revelou a Folha, o Tesouro e o PGE (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) se manifestaram pela rejeição do plano do governo fluminense, o que inviabiliza sua adesão ao socorro federal.

A decisão deve gerar reação do Rio de Janeiro, que pode recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para se manter no programa e assegurar a continuidade da suspensão na cobrança de dívidas bilionárias.

"Esta secretaria crê ter encontrado elementos que indicam a precariedade do plano apresentado para o reequilíbrio das finanças do estado, uma vez que o mesmo encontra-se lastreado em premissas técnicas frágeis para promover o equilíbrio financeiro sustentado que se objetiva alcançar com o Regime de Recuperação Fiscal", diz o parecer do Tesouro.

O RRF é um programa de socorro desenhado para estados endividados. O Rio de Janeiro foi o primeiro a entrar, em 2017, e agora pleiteia nova adesão após mudanças

das regras do programa.

Ao ingressar no regime, o estado tem alívio imediato no pagamento de dívidas com a União e outros credores, em troca da implementação de medidas de ajuste fiscal.

O governo estadual se compromete com a realização de concessões, privatizações e outras ações para reduzir despesas. Ao mesmo tempo, precisa respeitar as vedações à criação de novos cargos, concessão de aumentos e elevação de despesas.

O Tesouro criticou o plano do Rio de Janeiro por prever

Tirar recuperação fiscal é 'maldade' diz governador

Barrar a entrada do estado do Rio de Janeiro no RRF (Regime de Recuperação Fiscal) é uma "maldade", afirmou nesta segunda-feira (17) o governador Cláudio Castro (PL) em pronunciamento à imprensa. Castro negou incongruências no plano de recuperação fluminense.

"Tirar o Rio de Janeiro neste momento do regime, além de ser uma maldade, não condiz com o que está sendo feito aqui", afirmou o governador no Palácio Guanabara.

a concessão de reajustes salariais em todos os anos do regime de recuperação. Só neste ano, a despesa com pessoal subiria 17,1%, com a aplicação de aumentos retroativos.

Em 2023, a alta seria de 8,9% no gasto com a folha. A partir daí, o governo estadual planeja conceder reajustes para recompor a inflação de 1,25% em 2024 e de 3% ao ano entre 2025 e 2030.

Além disso, na semana em que o governo federal incluiu a análise do plano de recuperação do Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL), anunciou no Twitter um aumento das gratificações pagas a policiais militares e bombeiros do estado.

Castro, que assumiu o governo após o afastamento de Wilson Witzel (PSC), pretende concorrer à reeleição em 2022.

O Rio de Janeiro incluiu estimativas de aumento de investimentos públicos e redução do estoque de dívidas com fornecedores (inscritas nos chamados restos a pagar) até 2029, com reversão brusca no ano seguinte. Na análise do Tesouro, esse é um indicativo da precariedade do plano.

Em 2020, os investimentos sofreriam um corte de 83%, enquanto os restos a pagar saltariam a R\$ 9,8 bilhões, valor pouco abaixo do que o Rio de Janeiro acumulava hoje nessa rubrica (R\$ 12,8 bi-

lhões). A acumulação desse passivo é vista como indicio de desajuste nas contas.

Para o Tesouro, o conjunto de dados apresentado pelo estado "evidencia um desequilíbrio estrutural e, em se tratando, possivelmente, um novo pedido de ingresso no RRF" a partir de 2031. Na prática, o governo do Rio de Janeiro seguiria dependente do socorro da União.

Desde 2017, quando ingressou pela primeira vez no RRF, o Rio de Janeiro já deixou de pagar R\$ 92 bilhões em débitos com o governo federal.

A nova adesão significaria alívio de outros R\$ 52,5 bilhões nos próximos anos, segundo o Tesouro.

Sem a proteção do regime de recuperação, o estado teria de pagar o que ficou suspenso até hoje. Do valor total, R\$ 30 bilhões precisariam ser quitados em 24 prestações mensais. Os outros R\$ 22 bilhões seriam incorporados à dívida com a União, que poderia ser paga em até 30 anos.

Em 2020, o STF concedeu uma liminar ao Rio de Janeiro para que o estado permanecesse no programa de socorro — mesmo após aumentos indolentes de violações — até que o RRF fosse reformulado.

O desenho do programa passou por modificações para dar mais tempo aos estados desajustados na implementação do ajuste fiscal. A duração máxima do regime passou de seis para dez anos.

A liminar do ministro Dias Toffoli garantia blindagem ao governo fluminense até a conclusão da regulamentação do programa, o que foi feito em abril de 2021. Em seguida, o Rio de Janeiro apresentou seu novo plano, cuja análise foi agora concluída.

Eventual manutenção do Rio de Janeiro no regime é considerada afronta a outros estados, como Goiás e Rio Grande do Sul, que têm adotado medidas de ajuste para manter benefícios do plano.

mercado

Interesse de empresas em fazer negócios com o Brasil recua, diz PwC

Eduardo Cúculo

SÃO PAULO O interesse dos presidentes de empresas globais em fazer negócios com o Brasil recuou no ano passado, de acordo com a 25ª edição da pesquisa CEO Survey, realizada pela empresa de consultoria e auditoria PwC em 50 países, com 446 executivos, em outubro e novembro de 2021.

Desde 2013, o Brasil caiu sete posições no ranking que avalia a importância de um país como mercado estratégico para os CEOs globais, segundo a PwC.

O país apareceu como terceiro colocado de 2011 a 2013, já havia recuado para oitavo em 2021 e aparece na divulgação deste ano na décima posição. O Brasil é citado por apenas 4% dos entrevistados, ante 5% no levantamento anterior.

Austrália e Canadá passaram à frente do país neste ano, se juntando a EUA, China, Alemanha, Reino Unido, Índia, Japão e França como países mais atrativos.

Segundo a PwC, Argentina, Uruguai, Venezuela e Colômbia são agora os países com mais interesse no mercado brasileiro. Por outro lado, o país perdeu importância para Peru, EUA e México em relação ao ano anterior. O Brasil foi citado por 6% dos executivos de empresas nos EUA, ante 9% um ano antes.

A pesquisa também mostra que a instabilidade econômica e a desigualdade social estão entre as maiores preocupações dos presidentes de companhias que atuam no Brasil, enquanto os executivos em todo o mundo estão mais preocupados com riscos cibernéticos e relacionados à saúde.

Em relação às ameaças

aos seus negócios, os brasileiros destacaram como maior preocupação a instabilidade macroeconômica (citada por 69% dos entrevistados), com seus potenciais impactos em vendas e na capacidade de levantar capital.

Em seguida, aparecem os riscos cibernéticos (50%), a desigualdade social (38%) e as mudanças climáticas (36%). Apenas 12% citaram riscos à saúde.

Globalmente, os executivos estão mais preocupados com riscos cibernéticos e à saúde, apontados por 49% e 48% dos participantes, respectivamente.

Marco Castro, sócio-presidente da PwC Brasil, afirma que houve uma mudança em relação à pesquisa anterior, quando as principais preocupações para os brasileiros estavam relacionadas a questões tributárias, políticas e a crise sanitária.

"Isso mostra uma mudança interessante na agenda. Quando a gente fala da instabilidade econômica, era natural que isso aparecesse como uma preocupação dos CEOs brasileiros", afirma.

Castro destaca também a preocupação com proteção cibernética, citando um levantamento feito no Brasil que mostra que esses gastos serão significativamente elevados em 2022. "Provavelmente é o mesmo dado que teríamos se tivéssemos feito a pesquisa globalmente, pois também é uma grande preocupação lá fora."

A pesquisa com executivos mostra ainda que o otimismo dos presidentes de empresas que atuam no Brasil em relação à economia diminuiu, mas permanece elevado: 77% dos líderes brasileiros e globais ouvindo acreditam que o crescimento econômico global vai se acelerar nos próximos 12 meses.

Globalmente, houve estabilidade em relação à pesquisa anterior. Em relação ao Brasil, houve queda, ante 85% da pesquisa anterior.

Atividade econômica acelera em novembro, aponta BC

A atividade econômica brasileira voltou a crescer em novembro depois de quatro quedas seguidas, apontando para alguma retomada no fim de 2021, segundo o Banco Central. O BC-8r (Índice de Atividade Econômica) teve alta de 0,69% em novembro na comparação com outubro, de acordo com dado dessazonalizado informado pelo BC na segunda-feira (17). O resultado foi o mais forte desde a alta de 1,67% vista em fevereiro de 2021.

PIB da China tem maior alta desde 2011, mas freia no 4º trimestre

GUANBAO A economia da China cresceu 8,1% em 2021 e 4% no quarto trimestre, em ritmo mais lento em razão de uma demanda mais fraca, novas restrições na pandemia e problemas no setor imobiliário.

Foi o maior crescimento anual desde 2011 (9,6%) da segunda maior economia do mundo e maior parceiro comercial do Brasil, mas parte desse desempenho se deu no primeiro semestre do ano passado.

O resultado trimestral, por outro lado, desacelerou ante os 4,9% do terceiro trimestre e foi o mais fraco desde o segundo trimestre de 2020.

A economia chinesa, que esfriou ao longo do ano passado, agora enfrenta ventos contrários em 2022, incluindo a fraqueza do mercado imobiliário e os efeitos da disseminação local da variante ômicron.

As exportações, que foram uma das poucas áreas de força em 2021, também devem de-

sacelerar, enquanto o governo deve continuar sua repressão às emissões industriais.

Surtos recentes de coronavírus no período resultaram em bloqueios rigorosos que prejudicam o consumo.

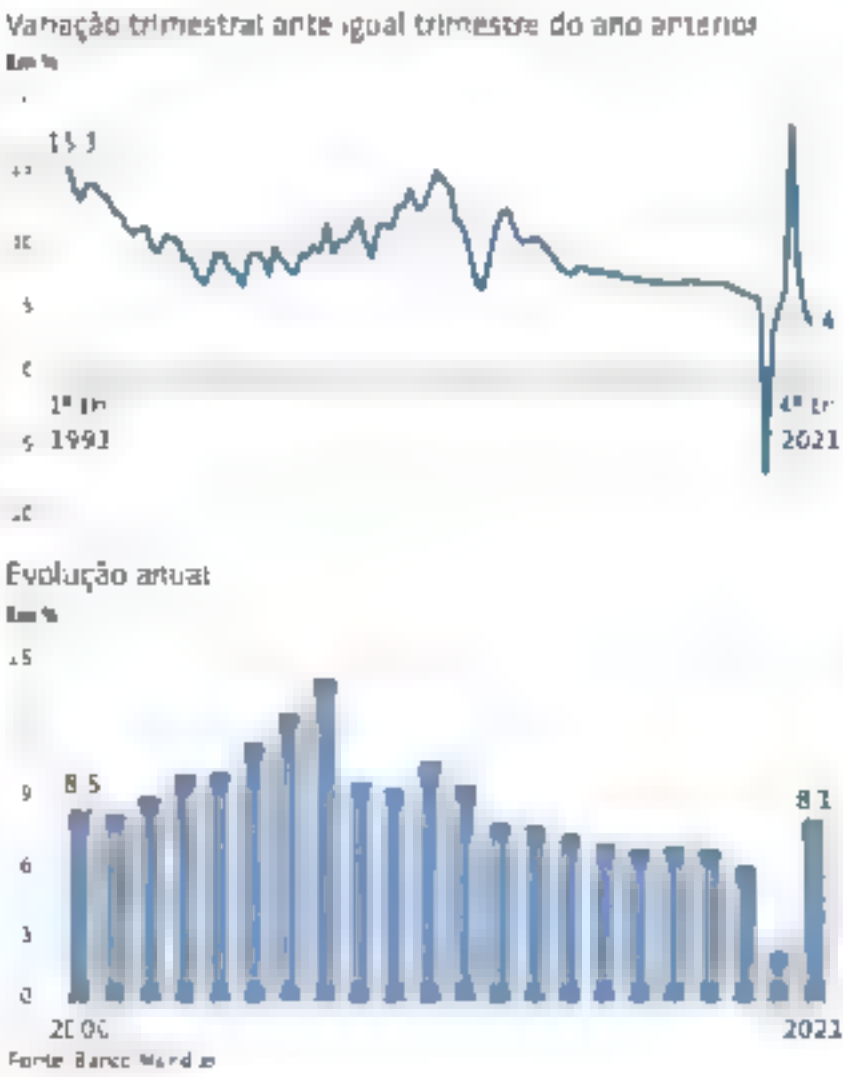
Ao mesmo tempo, a inadimplência de crédito de alto perfil por desenvolvedores de imóveis, notadamente o Evergrande Group, minava a confiança entre compradores e investidores.

O crescimento lento levará à flexibilização monetária e ao apoio fiscal neste ano, preveem economistas, depois que o governo no mês passado prometeu manter a estabilidade.

O banco central também pode injetar mais dinheiro na economia em vez de cortar as taxas de juros de forma muito agressiva, disseram especialistas em políticas e economistas.

John Reiter

PIB da China



Nubank perde o posto de banco mais valioso da América Latina

SÃO PAULO Ao fechar o pregão de sexta (14), em queda de 6,37%, a US\$ 8,11 (R\$ 44,91), o Nubank perdeu o posto de instituição financeira mais valiosa da América Latina para o Itaú Unibanco.

Com uma desvalorização dos papéis de cerca de 9,8% desde o IPO (abertura de capital, na sigla em inglês) na Bolsa de Nova York (Nyse), a fintech chegou a um valor de mercado de aproximadamente US\$ 37,422 bilhões (R\$ 20,71 bilhões), ante algo como US\$ 41,478 bilhões (R\$ 229,5 bilhões) na estreia, no início de dezembro.

Os papéis não são negociados nesta segunda (17) em razão do feriado nos EUA em homenagem ao ativista negro Martin Luther King.

Quem se deu bem com o desempenho recente do Nubank acabou sendo o Itaú. Desde que a fintech fez sua abertura de capital nos

EUA, as ações do Itaú acumulam uma alta de aproximadamente 9,5%.

E, com os ganhos de 0,5% dos papéis do conglomerado negociados no exterior na sexta passada, o maior banco privado do país retomou sua posição também como o mais valioso da América Latina, posto que havia sido perdido para o Nubank.

O Itaú, que na semana passada comprou a corretora digital Ideal, soma hoje valor de mercado de US\$ 39,059 bilhões (R\$ 215,02 bilhões), ante US\$ 36,54 bilhões (R\$ 202,02 bilhões) quando ocorreu o IPO da fintech.

Papéis de tecnologia como do Nubank têm estado sob intensa pressão por parte dos investidores em escala global. Um dos fatores para o menor entusiasmo dos agentes de mercado é o início do ciclo de alta dos juros nos EUA. Lucas Bombana

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zuffalon

reduces the likelihood of injury. In

Quebra de safra com chuva e seca vai prolongar inflação dos alimentos

A esperada pressão menor dos alimentos no bolso do consumidor não deverá ocorrer nos próximos meses, diz a Associação Aficaf, que afirma que a inflação afeta exatamente os produtos que são os mais importantes no dia a dia dos consumidores.

Seca no Sul e excesso de chuva em partes do Sudeste e do Centro-Oeste vão reduzir as ofertas de feijão, lentilha, arroz, milho e soja. Os produtores que não vão diretamente para a mesa dos consumidores, como soja e milho, pesam na formação dos custos de proteínas e de óleos vegetais.

A inflação do campo começou de forma mais acentuada a partir de 2019. Daquele ano até o fim de 2021, os preços dos alimentos ficaram 43% mais altos para os consumidores, uma taxa superior aos 24,6% da inflação geral do período.

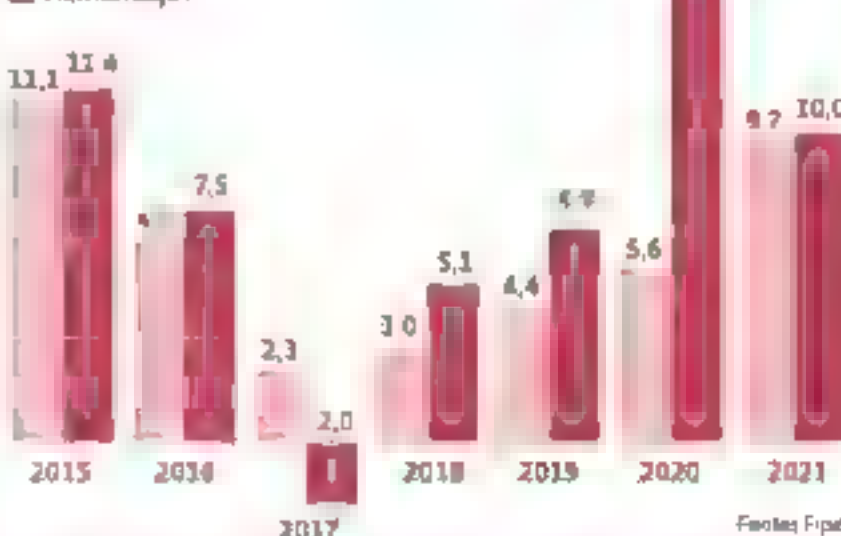
Os dados são da Fipec (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que indica uma aceleração também neste início de ano.

Na primeira quadrissemanal deste mês (dados que incluem preços das últimas três semanas de dezembro e da pri-

O peso dos alimentos na inflação

Waterfowl 76

Alimentação



meira de janeiro), os alimentos subiram 1,2% na cidade de São Paulo, acima do 0,57% da inflação total do período.

A Fipe considera que, de cada R\$ 100 gastos pelos paulistanos com renda de um a dez salários mínimos, R\$ 25 são com alimentos. As altas no varejo estão refletindo os aumentos de preços no campo, acelerados após os estru-

gos provocados pelas condições climáticas no país.

O consumidor vai demandar para ter seu poder de compra recuperado. Os produtos agrícolas, a exceção de arroz e de carne suína, estão com patamares recordes de preço no campo. Já as perspectivas de recuperação econômica, e a consequente volta de emprego, estão distantes.

Com a quebra de safra, os estoques finais de alimentos já projetados com redução para este ano, devem ficar ainda menores. Feijão e milho são os que mais preocupam.

A área de plantio da leguminosa vem perdendo espaço para soja e milho, devido à melhor rentabilidade desses dois. Neste ano, o Paraná, principal produtor de feijão na primeira safra, reduziu a área em 9%, e o estado de um dos que terão queda de produção devido à área

Números do Conab, que ainda não apertam o tamanho total do estrago provocado pela seca, indicam um potencial de produção de 988 mil toneladas de feijão nesta primeira safra. Na avaliação do potencial da região Sul e dos estados de Minas Gerais e de Goiás, áreas afetadas por seca ou por excesso de chuva, era de 650 mil toneladas.

Os estoques finais, projetados em 239 mil para a safra 2011/12, são 9% inferiores aos

O arroz está entre os poucos produtos que iniciam o ano com preços em queda, em relação a 2011. O excesso

de color no Rio Grande do Sul, principal produtor nacional, no entanto, diminui a oferta de água nos reservatórios e a produtividade esperada não está garantida.

Já os estoques finais de milho estão projetados em 9,6 milhões de toneladas nesta safra, 28% a menos do que se esperava antes do agravamento da seca.

Esses números da Conab ainda não contemplam a redução de produção prevista por assessorias independententes. A quebra nesta safra de verão reduzirá a oferta do cereal no primeiro semestre, uma vez que a safra de inverno — a safrinha, que é de maior volume — ainda não está semeada.

O Brasil apostou as fichas na safra de inverno, estimada em 86 milhões de toneladas. No ano passado, o volume colhido ficou em apenas 63 milhões, devido a seca e geadas.

Uma nova quebra na safra desta ano faria o país ficar, mais uma vez, dependente de importações, além de reduzir a capacidade de exportações. O consumo interno é de 77 milhões de toneladas.

O milho poderá ter outros fatores de alta. As estimativas são de reajuste nos preços do petróleo, o que dá sustentação

ao cereal. Pelo menos um terço da produção de milho dos Estados Unidos vai para a produção de etanol. No Brasil, o milho já representa 10% da produção desse combustível.

Além do efeito de alta de preços, devido à quebra de safra, o consumidor interno vai pagar mais pelos produtos devido à concorrên-

A demanda mundial continua acelerada, e a China ainda mantém expectativas de uma boa evolução do PIB (Produto Interno Bruto).

Com isso, os chineses vão continuar levando soja, açúcar e carnes, produtos que já estão em patamares elevados de preços no Brasil em 2022, em relação ao início de 2021.

Além da demanda externa que provoca alta também nos preços internos, há uma pressão sobre os custos de produção para os agricultores.

Transporte, energia, dólar, juros e dificuldades na obtenção de insumos forçam uma alta dos custos de produção das commodities. Se tiver demanda, esses custos são repassados para os preços.

Os alimentos atingiram um patamar bastante elevado nos últimos anos, o que afasta parte dos consumidores das compras, devido à perda de renda.

1ª Lote: 06/03/2002 de 7h00 2ª Lote: 10/03/2002 de 7h00

bradesco **IMOBILIAR**

**CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL, PARA A VENDA DE IMÓVELS, COM
DE AMPLIAÇÃO PROJEÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E
RECONSTRUÇÃO A TERCEIROS, EM REFORMA, LOCALIZADO NA RUA DE SÃO PAULO,
2.114, 2.115, 2.116, 2.117, 2.118, 2.119, 2.120, 2.121, 2.122, 2.123, 2.124, 2.125, 2.126,
2.127, 2.128, 2.129, 2.130, 2.131, 2.132, 2.133, 2.134, 2.135, 2.136, 2.137, 2.138, 2.139,
2.140, 2.141, 2.142, 2.143, 2.144, 2.145, 2.146, 2.147, 2.148, 2.149, 2.150, 2.151, 2.152,
2.153, 2.154, 2.155, 2.156, 2.157, 2.158, 2.159, 2.160, 2.161, 2.162, 2.163, 2.164, 2.165,
2.166, 2.167, 2.168, 2.169, 2.170, 2.171, 2.172, 2.173, 2.174, 2.175, 2.176, 2.177, 2.178,
2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.188, 2.189, 2.190, 2.191,
2.192, 2.193, 2.194, 2.195, 2.196, 2.197, 2.198, 2.199, 2.200, 2.201, 2.202, 2.203, 2.204,
2.205, 2.206, 2.207, 2.208, 2.209, 2.210, 2.211, 2.212, 2.213, 2.214, 2.215, 2.216, 2.217,
2.218, 2.219, 2.220, 2.221, 2.222, 2.223, 2.224, 2.225, 2.226, 2.227, 2.228, 2.229, 2.230,
2.231, 2.232, 2.233, 2.234, 2.235, 2.236, 2.237, 2.238, 2.239, 2.240, 2.241, 2.242, 2.243,
2.244, 2.245, 2.246, 2.247, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254, 2.255, 2.256,
2.257, 2.258, 2.259, 2.260, 2.261, 2.262, 2.263, 2.264, 2.265, 2.266, 2.267, 2.268, 2.269,
2.270, 2.271, 2.272, 2.273, 2.274, 2.275, 2.276, 2.277, 2.278, 2.279, 2.280, 2.281, 2.282,
2.283, 2.284, 2.285, 2.286, 2.287, 2.288, 2.289, 2.290, 2.291, 2.292, 2.293, 2.294, 2.295,
2.296, 2.297, 2.298, 2.299, 2.300, 2.301, 2.302, 2.303, 2.304, 2.305, 2.306, 2.307, 2.308,
2.309, 2.310, 2.311, 2.312, 2.313, 2.314, 2.315, 2.316, 2.317, 2.318, 2.319, 2.320, 2.321,
2.322, 2.323, 2.324, 2.325, 2.326, 2.327, 2.328, 2.329, 2.330, 2.331, 2.332, 2.333, 2.334,
2.335, 2.336, 2.337, 2.338, 2.339, 2.340, 2.341, 2.342, 2.343, 2.344, 2.345, 2.346, 2.347,
2.348, 2.349, 2.350, 2.351, 2.352, 2.353, 2.354, 2.355, 2.356, 2.357, 2.358, 2.359, 2.360,
2.361, 2.362, 2.363, 2.364, 2.365, 2.366, 2.367, 2.368, 2.369, 2.370, 2.371, 2.372, 2.373,
2.374, 2.375, 2.376, 2.377, 2.378, 2.379, 2.380, 2.381, 2.382, 2.383, 2.384, 2.385, 2.386,
2.387, 2.388, 2.389, 2.390, 2.391, 2.392, 2.393, 2.394, 2.395, 2.396, 2.397, 2.398, 2.399,
2.400, 2.401, 2.402, 2.403, 2.404, 2.405, 2.406, 2.407, 2.408, 2.409, 2.410, 2.411, 2.412,
2.413, 2.414, 2.415, 2.416, 2.417, 2.418, 2.419, 2.420, 2.421, 2.422, 2.423, 2.424, 2.425,
2.426, 2.427, 2.428, 2.429, 2.430, 2.431, 2.432, 2.433, 2.434, 2.435, 2.436, 2.437, 2.438,
2.439, 2.440, 2.441, 2.442, 2.443, 2.444, 2.445, 2.446, 2.447, 2.448, 2.449, 2.450, 2.451,
2.452, 2.453, 2.454, 2.455, 2.456, 2.457, 2.458, 2.459, 2.460, 2.461, 2.462, 2.463, 2.464,
2.465, 2.466, 2.467, 2.468, 2.469, 2.470, 2.471, 2.472, 2.473, 2.474, 2.475, 2.476, 2.477,
2.478, 2.479, 2.480, 2.481, 2.482, 2.483, 2.484, 2.485, 2.486, 2.487, 2.488, 2.489, 2.490,
2.491, 2.492, 2.493, 2.494, 2.495, 2.496, 2.497, 2.498, 2.499, 2.500, 2.501, 2.502, 2.503,
2.504, 2.505, 2.506, 2.507, 2.508, 2.509, 2.510, 2.511, 2.512, 2.513, 2.514, 2.515, 2.516,
2.517, 2.518, 2.519, 2.520, 2.521, 2.522, 2.523, 2.524, 2.525, 2.526, 2.527, 2.528, 2.529,
2.530, 2.531, 2.532, 2.533, 2.534, 2.535, 2.536, 2.537, 2.538, 2.539, 2.540, 2.541, 2.542,
2.543, 2.544, 2.545, 2.546, 2.547, 2.548, 2.549, 2.550, 2.551, 2.552, 2.553, 2.554, 2.555,
2.556, 2.557, 2.558, 2.559, 2.560, 2.561, 2.562, 2.563, 2.564, 2.565, 2.566, 2.567, 2.568,
2.569, 2.570, 2.571, 2.572, 2.573, 2.574, 2.575, 2.576, 2.577, 2.578, 2.579, 2.580, 2.581,
2.582, 2.583, 2.584, 2.585, 2.586, 2.587, 2.588, 2.589, 2.590, 2.591, 2.592, 2.593, 2.594,
2.595, 2.596, 2.597, 2.598, 2.599, 2.600, 2.601, 2.602, 2.603, 2.604, 2.605, 2.606, 2.607,
2.608, 2.609, 2.610, 2.611, 2.612, 2.613, 2.614, 2.615, 2.616, 2.617, 2.618, 2.619, 2.620,
2.621, 2.622, 2.623, 2.624, 2.625, 2.626, 2.627, 2.628, 2.629, 2.630, 2.631, 2.632, 2.633,
2.634, 2.635, 2.636, 2.637, 2.638, 2.639, 2.640, 2.641, 2.642, 2.643, 2.644, 2.645, 2.646,
2.647, 2.648, 2.649, 2.650, 2.651, 2.652, 2.653, 2.654, 2.655, 2.656, 2.657, 2.658, 2.659,
2.660, 2.661, 2.662, 2.663, 2.664, 2.665, 2.666, 2.667, 2.668, 2.669, 2.670, 2**

PROPOSTA Nº 001/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Para o ano de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Psicólogos do Estado de São Paulo (APESP) será realizada em 2022, com o objetivo de discutir e aprovar o Plano de Trabalho para o ano de 2023.

PROPOSTA Nº 002/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 003/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 004/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 005/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 006/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 007/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 008/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 009/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 010/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 011/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 012/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 013/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 014/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 015/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 016/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 017/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 018/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 019/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 020/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 021/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 022/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 023/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 024/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 025/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 026/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 027/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 028/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA Nº 029/2022

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 001/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 002/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 003/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 004/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 005/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 006/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 007/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 008/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 009/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 010/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 011/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 012/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 013/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 014/2022 - Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL Bady Bassitt

Edital de Pregão Presencial nº 015/2022 - Registro de Preço

mercado

A cultura da inadimplência

No Brasil do Refis, quem quita seus impostos em dia é um péssimo empresário

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora de EGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Aprovado na Câmara ao fim de 2021, porém vetado pelo presidente no início de 2022, o refinanciamento das dívidas dos pequenos empresários — batizado de Reip (Programa de Rescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional), mais conhecido como o novo Refis do Simples — deve ganhar protagonismo assim que o recesso parlamentar terminar. Para justificativa oficial, o veto é decorrente de o benefício fiscal implicar renúncia de receita, o que fere as regras fiscais. O programa, entretanto, tem apoio unânime dos congressistas, e a própria Presidência já trabalha com publicação de um decreto

uma espécie de solução provisória que prorroga a prazos de regularização das dívidas, enquanto o veto não for derrubado pelo Congresso. Por ele, as pequenas empresas do Simples, os micro empreendedores individuais e empresas em recuperação judicial poderão renegociar suas dívidas tributárias, com descontos sobre juros, multas e encargos proporcionais à queda de faturamento durante a pandemia. Pode-se debater se a Covid-19 é condição extraordinária para justificar a renúncia do fisco, mas esse é apenas mais um entre inúmeros outros programas ditos “excepcionais” de parcelamento

de débitos tributários. Ao longo das últimas duas décadas, foram criados cerca de 40 programas semelhantes com expressivas reduções nas multas e encurtos e prazos de pagamento extremamente longos. Entre eles, o Parcelamento Especial (2003), o Parcelamento Excepcional (2006), o Programa Refis da Crise (2008), a Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Reabertura do Refis da Crise (2013-2014), o Programa de Regularização Tributária (2017), o Programa Especial de Regularização Tributária (2017), o Parcelamento Especial para Débitos do Simples Nacional (2018) e o Programa de Regularização Tributária Rural (2018).

Sem contar as renegociações setoriais, como com as instituições de ensino superior e as entidades desportivas e beneficentes, e as renegociações com os entes federados, como o Parcelamento Especial para Débitos Previdenciários de Estados e Municípios (2018). A enorme lista mostra que existe um padrão recorrente na forma como os débitos tributários com a União são tratados pela classe política, que insiste na renegociação como a melhor forma de reaver uma dívida. Argumenta-se que o custo da renegociação não é elevado e que ela aumenta a arrecadação de dívidas que jamais seriam pagas. O argumento é falso.

Cerca de metade dos optantes pelos parcelamentos especiais torna-se inadimplente, de acordo com estudo da Receita Federal de 2017. Outra parte acaba por incluir a dívida parcelada em outro programa superveniente, o que faz com que muitos contribuintes incorporem a cultura de não pagamento na expectativa de um novo programa de parcelamento com condições especiais. Poucos são capazes de liquidar o montante devido. No caso específico dos contribuintes do Simples Nacional — que já contam com um regime de tributação diferenciado de R\$ 82 bilhões de isenção em impostos —, o mesmo relatório indica que apenas 0,54% dos parcelamentos foram liquidados, enquanto 49% foram encerrados por inadimplência. A renegociação recorrente das dívidas tributárias perpetua um padrão: quem deve sempre é perdoado, e, por isso, eventuais punições de inadimplência não são levadas a sério. Não surpreende que

ano após ano toda a classe empresarial peça e aguarde por um novo Refis. O culpado sempre é a crise econômica. Mas, na verdade, o não pagamento é resposta automática do empresário, que leva em consideração que as renegociações são, em geral, muito mais favoráveis do que o pagamento em dia. Falta um entendimento básico à classe política de que planos de renegociação de dívidas geram incentivos ao não pagamento, e, por conseguinte, a uma interminável pressão por novas renegociações. A constante edição de programas dessa natureza estimula a cultura da inadimplência, esva os cofres públicos e desvia recursos para políticas pouco eficazes. No Brasil, quem honra os seus compromissos e quita seus impostos em dia é um péssimo empresário, pois atua contra o interesse do próprio negócio ao ignorar os futuros programas de parcelamento especial. Bom mesmo é ser mau pagador.

DOM. Samuel Passão 1 SFG. Maria Dessen, Ronaldo Lemos | TRF. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Halia Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeldin



Elaine Dias, 41, que pesquisa em vários locais para adquirir material escolar de sua filha. Gabriel Cabral/Folha Açores

Preço do material escolar sobe até 30% para lojista

Produtos são impactados pela alta do dólar e pelo caos logístico global

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Antes de ir às compras do material escolar de sua filha, a nutricionista Elaine Dias fez uma varredura no que tinha em sua casa. Lápis de cor, canetinhas, cadernos: muitos dos itens estavam quase intactos, uma consequência das aulas remotas pela pandemia do coronavírus. Yasmin, que acaba de ir para o 2º ano do ensino fundamental, começou a ter aulas de casa no início de 2021 e só voltou ao presencial no meio do ano passado. O que foi substituído por esse período foi para a mochila deste ano. “Mesmo assim foi quase 30% a mais do valor que eu gostei no ano passado” calcula a mãe. A impressão da nutricionista bate com o levantamento da ABIFAE (Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares). Segundo a entidade, o preço repassado da indústria para o varejo foi 15% a 30% maior em 2022, segundo Sidney Bergamaschi, presidente da Tili

bra e da associação. Para os fabricantes, o aumento está atrelado aos preços das matérias-primas. Papel, papelão, cola, tinta, plásticos e metal estão bem mais caros —em alguns casos o aumento chega a 100%. “Embalagem, com a pandemia, aumentou uma enormidade” afirma Bergamaschi. Na conta entra também a energia: a seca fez os reservatórios de hidrelétricas minguarem e os usinas termelétricas, mais custosas, entrarem em operação. Já os importadores sentem a alta do dólar, que fechou 2021 cotado a R\$ 5,57, e o caos logístico global provocado pela crise sanitária. “Antes da pandemia, a importação de container custava R\$ 2.000. Agora está na faixa dos R\$ 11 mil”, diz Bergamaschi. O empresário diz que não é possível comparar 2021 com o ano passado, quando a volta às aulas foi praticamente inexistente para a indústria. Mas mesmo em relação a outros anos, o aumento é significativo: o reajuste costumava ficar entre 7% e 12%. Para este ano, a indústria está otimista, mas não alimenta esperanças de chegar ao nível pré-pandemia. “Provavelmente isso vai acontecer somente em 2023, se tudo correr bem”, afirma Bergamaschi. Uma pesquisa do Procon-SP

O consumidor tem que ficar muito atento, porque as diferenças [de preços entre lojas] existem, sim. É importante que ele verifique sempre o preço médio, para ter uma noção

Cristina Martins
supervisora de pesquisas do Procon-SP

- Lucas para economizar na volta às aulas**
 - Reaproveitar os materiais que não foram utilizados no ano anterior
 - Entrar em grupos de pais e mães para trocar ou revender uniformes e livros e materiais em bom estado
 - Artes de sair de casa para as compras, cotar em diferentes estabelecimentos o preço de alguns itens
 - Ir à loja consciente do valor médio dos produtos para poder negociar
 - Verificar se algum método de pagamento permite descontos
 - Fazer compras em grupo com outros pais se a loja der desconto em vendas de grandes volumes

realizada no início de dezembro mostra que cotar preços em diferentes estabelecimentos faz diferença. A Fundação comparou os valores de 79 itens comuns em listas de materiais em oito sites diferentes. A maior diferença de preço passou de 380%. Foi uma caixa de massa de modelar que estava R\$ 2,70 em uma loja, enquanto outra a ofertava por R\$ 12,99. “O consumidor tem que ficar muito atento, porque as diferenças existem, sim”, diz a supervisora de pesquisas da entidade, Cristina Martins. É importante que ele verifique sempre o preço médio para ter uma noção. Antes de sair às compras, ela sugere ligar em alguns locais para cotar os preços. Uma vez na loja, com uma noção dos valores médios do mercado, é possível negociar e pedir descontos. Alguns métodos de pagamento também permitem preços mais baixos em alguns estabelecimentos. A supervisora lembra que a lista de materiais deve ser alterada que o aluno vai usar durante o ano. Materiais de uso coletivo, como itens de limpeza, não devem ser solicitados aos pais. “A resma de sulfite, por exemplo, deve ser para o próprio aluno. Se for para usar na secretaria, não pode”, afirma. Em outros anos, Elaine Dias fez uso da compra coletiva. Muitas lojas dão desconto em vendas de grande volume, por isso ela se juntava com outros pais para ter descontos. Este ano, aproveitou as férias e forrozinha: pesquisou em alguns lugares e, já está com os materiais em casa. O preço do uniforme, que segundo o IBGE teve aumento de 9,57% em 2021, também foi abatido pela nutricionista. Ela aproveitou roupas de um sobrinho, que estudou na mesma escola em que a filha está, e participou de um grupo de desapego com outros pais e mães. “Eu tenho que fazer as minhas corridas para economizar”, diz ela. Em 2021, o IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o principal para medir a inflação, estourou com folga a meta perseguida pelo Banco Central e terminou o ano em 12,06% no acumulado dos 12 meses. O aumento — o maior para o período de janeiro a dezembro desde 2015 (10,67%) — foi puxado especialmente pelos transportes, grupo que sofreu com a disparada do preço dos combustíveis. O indicador mostra que itens de papelaria, comuns entre os solicitados nas listas de materiais escolares, acumularam alta de 8,74% no período.

Folha lança calculadora de inflação para IPCA, IGP-M, INPC e INCC

Raphael Hernandez

SÃO PAULO A Folha lançou nesta segunda (17) a “calculadora de inflação”, que permite corrigir valores com base em quatro índices. A ferramenta aparecerá em reportagens sobre o tema. A calculadora usa dados do Banco Central, o que possibilita a conversão de valores a partir de 1944. O leitor pode, por exemplo, checar quanto R\$ 1.000 atuais equivaliam na década de 50 (em cruzeiros) ou então ver o quanto R\$ 300 de 2010 passaram a valer em 2015. Para isso, basta inserir o valor que se deseja alterar, bem como as datas inicial e final. O sistema então informa os valores corrigidos e a variação percentual. Os índices usados pela calculadora são: IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). Na última terça-feira (11), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou os dados do IPCA relativos ao ano de 2021, apontando uma variação de 10,06% no índice — a maior alta para o período de janeiro a dezembro desde 2015. Os números atualizados já constam na calculadora da Folha. A ferramenta é lançada em um momento em que o Brasil enfrenta um avanço generalizado nos preços, que afeta sobretudo os mais pobres. Uma sucessão de choques vista ao longo do ano passado está por trás da escalada dos preços. Depois de desalinhar cadeias produtivas globais, a pandemia de Covid-19 seguiu provocando escassez de insumos no mercado internacional em 2021. No Brasil, a pressão foi intensificada pela desvalorização do real ante o dólar. A moeda americana subiu em meio a turbulências na área política protagonizadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL). **ACESSE A CALCULADORA** folha.com/pnb/3m8g



Bar na Vila Madalena, na zona oeste de São Paulo. Eduardo Itaggy - 9/10/21/Folhapress

81% apoiam ‘passaporte da vacina’ para local fechado

Datafolha mostra que mais pessoas acreditam que pandemia está descontrolada

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Uma parcela de 81% da população brasileira é a favor da apresentação de comprovante de vacinação contra Covid para a entrada em locais fechados, como escritórios, bares, restaurantes e casas de shows, segundo pesquisa da Datafolha.

Outros 18% são contrários à cobrança do “passaporte” vacinal, e 1% não soube responder.

O levantamento também mostra aumento da percepção da população de descontrolada a pandemia, em meio ao avanço dos casos provocado pela variante ômicron.

A pesquisa foi feita por telefone nos dias 12 e 13 de janeiro, com 2.023 pessoas de 16 anos ou mais em todos os estados do Brasil. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A medida já adotada isoladamente por diversos estados, municípios e setores econômicos. No entanto, a oposição ao passaporte vacinal é uma bandeira da gestão Jair Bolsonaro (PL).

No final de dezembro, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, publicou um parecer que dizia não ser possível a exigência do comprovante de vacinação em universidades e institutos federais. O ato, no entanto, foi suspenso pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski.

Segundo a Datafolha, o maior percentual de favoráveis à medida ocorre entre mulheres (87%), pessoas com mais de 60 anos (87%) com ensino

fundamental (86%) e que ganham até dois salários mínimos (85%).

Os grupos com maior rejeição à obrigatoriedade da vacina para entrar em lugares fechados são homens (24%), pessoas de 25 a 34 anos (22%) e que ganham mais de dez salários mínimos (28%).

O apoio à exigência da vacinação é maior no Sudeste (84%) e menor na região Sul (75%). Também há maior apoio entre espíritas (87%), e católicos (85%) do que entre evangélicos (76%).

Entre as ocupações, as donas de casa são as mais favoráveis (90%), e os empresários (60%) a categoria em que o apoio é menor.

A pesquisa também abordou o medo de pegar Covid, em momento de explosão de casos da doença no Brasil, com o avanço da ômicron. A variante já corresponde a quase todos os testes positivos para detecção da Covid no país, segundo levantamento feito por laboratórios.

Uma parcela de 39% afirma ter muito medo de ser infectada —percepção que já foi de 55% em março de 2021.

Outros 37% têm um pouco de medo de serem infectados e 18% não tem nenhum medo —6% deram outras respostas.

As donas de casa (50%) e os aposentados (47%) são os grupos com mais pessoas dizendo que têm muito medo, enquanto empresários são os que têm o maior percentual de profissionais que afirmam não ter medo de se infectar (28%).

Quanto aos hábitos de proteção, 60% afirmam estar

Os grupos com maior rejeição à obrigatoriedade são

24% homens

22% pessoas de 25 a 34 anos

28% pessoas que ganham mais de dez salários mínimos

ENTRE AS OCUPAÇÕES

Quem mais apoia 90% donas de casa

Quem menos apoia 60% empresários

tomando cuidado, mas saindo de casa para trabalhar e fazer outras atividades; 24% estão saindo de casa apenas quando é inevitável; 12% estão vivendo normalmente sem mudar nada na rotina; e 4% seguem totalmente isolados sem sair de casa.

Apenas 4% das pessoas dizem acreditar que a pandemia está totalmente controlada.

Segundo a pesquisa, cresceu a percepção de que a doença está fora de controle. Para 48%, ela está controlada em parte —mas esse percentual era de 68% há um mês.

O percentual de pessoas que acham que a pandemia não está controlada passou de 30%, em dezembro, para 45% no novo levantamento.

Pesquisa Datafolha publicada no sábado (15) mostrou que um em cada quatro brasileiros com 16 ou mais anos de idade diz ter sido diagnosticado com Covid desde o início da pandemia. São 42 milhões de pessoas infectadas, quase o dobro do total de casos registrados oficialmente no país.

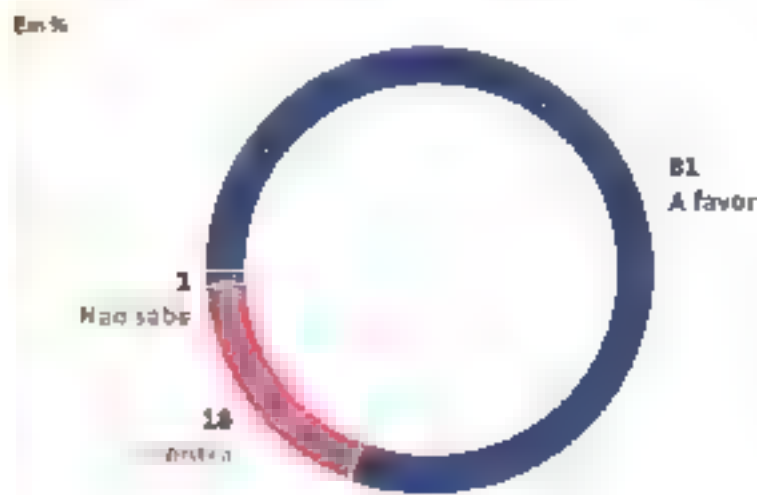
Nessa cenário, 81% dos brasileiros sempre usam máscara fora de casa; 13% de vez em quando; 1% raramente; e 2% não usam.

Apesar da alta adesão ao uso de máscara, ela está em queda. Em março de 2021, 92% usavam sempre o acessório de proteção.

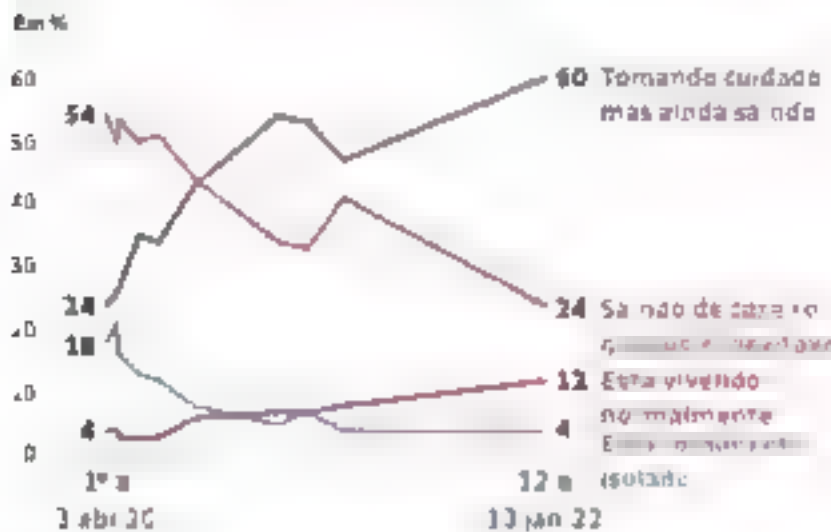
No Sudeste, é maior o público que sempre usa máscara (85%). No Centro-Oeste e Norte (o levantamento agrupou essas duas regiões do Brasil), o percentual é menor, de 75%.

Majoria é a favor da passaporte da vacina

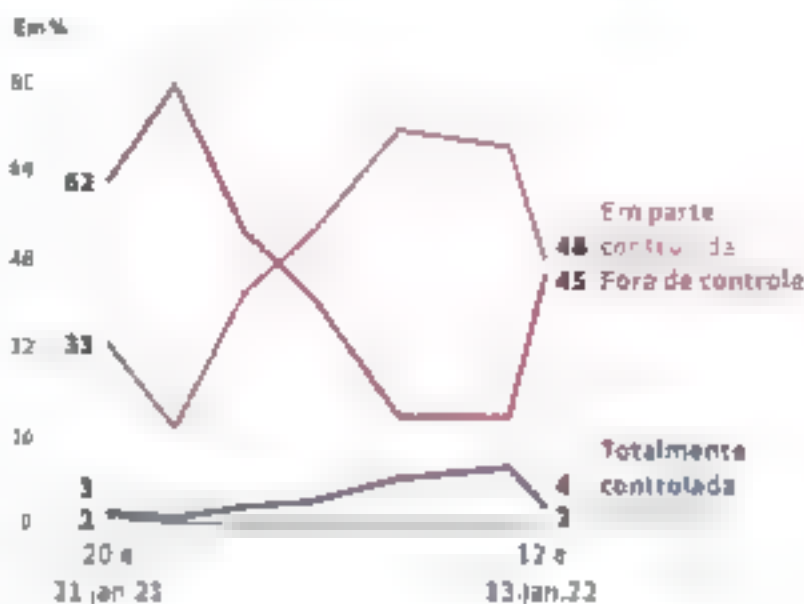
Você é a favor ou contra que seja obrigatória a apresentação de vacinação contra a Covid para entrar em locais fechados como escritórios, bares, restaurantes e shows?



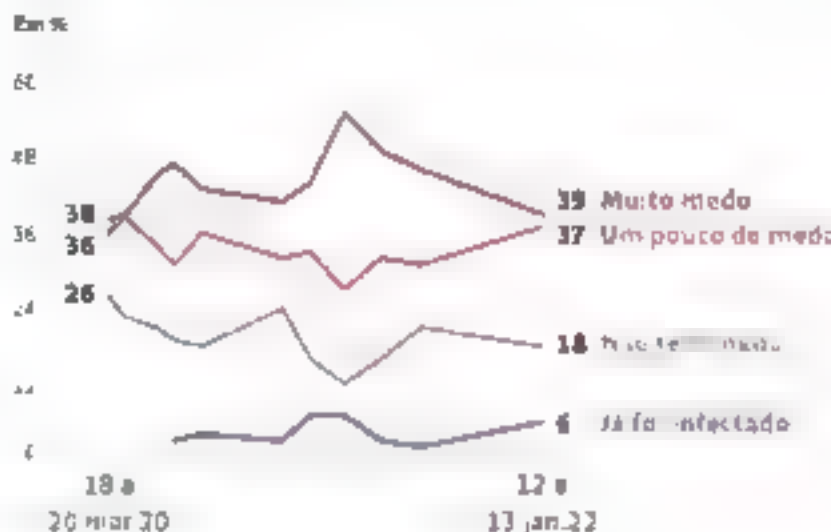
Em razão da pandemia de coronavírus, atualmente você está



Na sua opinião, a pandemia do coronavírus no Brasil está



Você diz que tem muito medo, um pouco de medo ou não tem medo de ser infectado pelo coronavírus?



Quando você está fora da sua casa, você usa máscara?



Fonte: Pesquisa Datafolha com 1.727 entrevistas por telefone com brasileiros acima de 16 anos de idade que costumam frequentar locais fechados de maio de 2020 a 3 de janeiro de 2022. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

26% dos brasileiros dizem ter pegado gripe nos últimos 30 dias

SÃO PAULO Cerca de 26% dos brasileiros com 16 anos ou mais afirmam que tiveram gripe nos últimos 30 dias, o equivalente a 43 milhões de pessoas, segundo a Datafolha.

Na pesquisa, foram entrevistadas por telefone 2.023 pessoas em todos os estados brasileiros, nos dias 12 e 13 de janeiro deste ano. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A pesquisa usou como base a população do país acima de 16 anos, que representa 167,8 milhões de pessoas.

Entre os que dizem terem sido infectados, 19,5% não conseguiram a fazer o teste para confirmar o quadro e os outros 6% se submeteram ao exame.

Além disso, 71,3% disseram que não tiveram gripe e 3% não souberam responder.

O Datafolha perguntou tam-

bém quais sintomas as pessoas tiveram no período e 38%, cerca de 63,8 milhões, declararam ter tido dor de cabeça, e 30%, 50,3 milhões, tosse ou nariz entupido. Na sequência, aparecem coriza com 27% e dor de garganta 25%.

Das pessoas que apresentaram algum sintoma, 43% disseram ter procurado atendimento médico em algum posto de saúde, pronto-socorro ou hospital e 57% não o fez.

Segundo a pesquisa Datafolha, em cada 4 brasileiros com 16 ou mais anos de idade diz ter recebido diagnóstico de Covid desde o início da pandemia, o que representa cerca de 42 milhões de pessoas infectadas com o coronavírus. O número apresentado na pesquisa é quase o dobro do total de casos registrados oficialmente no país.

38% dos entrevistados disseram que tiveram dor de cabeça

30% afirmaram que sentiram tosse ou nariz entupido

27% disseram que tiveram coriza



Pacientes esperam na AMA Sorocabana, em São Paulo. Matheus Marinho - 13 jan. 22/Folhapress

saúde

Saúde cancelou compra de 14 mi de testes de antígeno

TCU afirma que pasta demorou cinco meses para abrir um pregão eletrônico

Diego Junqueira

REPÓRTER BRASIL A oferta de testes rápidos de antígeno para Covid-19 no SUS poderia ter sido maior caso o Ministério da Saúde tivesse efetivado a compra de 14 milhões de exames em 2021, cujo processo começou em março e se arrastou por mais de cinco meses até ser cancelado. O processo de aquisição desses exames foi marcado por falhas internas e "idas e vindas" entre dois departamentos do ministério na elaboração dos documentos para o pregão eletrônico, que nunca chegou a ser aberto. O caso foi investigado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que verificou "lentidão" neste e em outros processos de compra de insumos urgentes para o combate à Covid (como medicamentos e ventiladores pulmonares). O órgão de controle também afirmou haver desco-

nhecimento dos servidores da pasta em relação aos procedimentos internos para a realização de pregões eletrônicos, segundo relatório da área técnica publicado em dezembro. No caso dos 14 milhões de testes rápidos de antígeno, o ministério informou ao tribunal que a compra foi suspensa pois um outro processo de aquisição fora iniciado, desta vez com a Fiocruz, para adquirir 60 milhões de unidades. No entanto, para especialistas ouvidos pela Repórter Brasil, o país deveria ter adquirido mais exames para executar um plano de testagem em massa. O Ministério da Saúde chegou a prometer em maio do ano passado que enviaria entre 10 e 26 milhões de testes de antígenos mensalmente aos estados, com a finalidade de implementar um programa de testagem em massa, previsto para iniciar em setembro.

Mas sem realizar o pregão e dependendo unicamente da Fiocruz, a meta não foi atingida. A pasta só conseguiu distribuir cerca de 30 milhões de unidades ao longo de todo o ano —o suficiente para testar apenas 14% da população. No relatório, a área técnica do TCU destacou que o ministério levou 11 meses até apresentar à corte um plano de testagem em massa, o que ocorreu apenas em setembro. "O ritmo para aprovação do programa de testagem, bem como das aquisições dos testes, caracteriza-se por ser moroso, o que acaba por fragilizar a prioridade que a ação necessita ter dentro de um cenário pandêmico", diz. O ministro Vital do Rêgo, relator do processo, destacou em seu voto "a necessidade de se promover a testagem em massa da população, com ênfase no incremento de número de testes aplicados e na vigilância genômica para

identificação de novas variantes. Tais medidas seriam pilares, juntamente com a vacinação, para o retorno à vida social, na avaliação do ministro. "O Brasil, apesar de ocupar a terceira posição no ranking de infecções por Covid-19, é apenas o 125º colocado quando se trata de proporção de testes por milhão de habitantes", disse o ministro em dezembro. "A todo momento o governo achava que não ia precisar investir em testes, que a pandemia ia acabar logo. Subestimaram a importância de fazer diagnóstico. Isso só poderia ser feito com uma quantidade muito maior de testes distribuídos", diz o médico e advogado sanitário Daniel Dourado, pesquisador do Cepidisa/USP e da Universidade de Paris. "O Ministério da Saúde não investe em testagem, nem de antígeno nem de nenhum outro. Usa o teste apenas de forma assistencial, sem compre-

ender o papel da testagem no controle da pandemia. Dizer que começaram tarde [a enviar testes de antígeno] seria um elogio. A verdade é que nunca começaram", diz o epidemiologista e colonista da Folha Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas. Por serem mais baratos que os testes do tipo RT-PCR, fáceis de usar e com resultados confiáveis em 15 minutos, os testes de antígeno se tornaram uma ferramenta importante para o diagnóstico inicial dos casos, permitindo rapidamente o isolamento dos contaminados, reduzindo a transmissão do coronavírus. A oferta desses testes, porém, está concentrada nos serviços privados, para quem tem condições de pagar cerca de R\$ 150 (ou mais) por um exame. Desde o segundo semestre de 2020, quando surgiu a tecnologia, até o final de 2021, as fabricantes privadas comercializaram 69 milhões de unidades no país, segundo a CBDL (Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial). O Ministério da Saúde principal comprador para a rede pública, só começou a adquirir os testes em 2021. Ao todo, a pasta recebeu cerca de 44 milhões de unidades ao longo do ano passado —12 milhões por meio da Opas (Organização Panamericana de Sa-

úde) e 41 milhões da Fiocruz, segundo as instituições. Do total, em torno de 70 milhões foram distribuídos em 2021. "A oferta [dos testes] atende mais a uma regra de mercado do que ao interesse público", diz Claudio Maierovitch, sanitarista da Fiocruz (Brasília e ex-presidente da Anvisa, a respeito da baixa oferta no SUS). A alta demanda na rede privada fez com que farmácias paulistas suspendessem o agendamento para realização de testes de Covid por falta de estoque. A Abranmed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica) passou a recomendar a realização de exames apenas em pacientes mais graves, assim como hospitais e laboratórios da capital. Neste momento, os testes deveriam estar amplamente disponíveis não apenas para quem tem sintomas, mas para todos que suspeitam estar infectados, diz Maierovitch. Em meio ao risco de desabastecimento, o governo agora corre para enviar mais exames aos estados. Na sexta-feira (14), iniciou a distribuição de 15 milhões de testes de antígeno —outros 13 milhões devem ser remetidos até o fim do mês. A Repórter Brasil buscou a pasta diversas vezes desde 5 de janeiro para tratar da aquisição dos exames, mas até o momento não houve resposta.

Com ômicron em alta, Brasil acumula problemas de testagem

Raquel Lopes e Mateus Vargas

BRASÍLIA A explosão de casos da Covid-19 no Brasil com o avanço da variante ômicron voltou a expor lacunas na estratégia nacional de testagem. Clínicas, farmácias e serviços públicos não conseguem atender a procura por diagnóstico. Com atraso, o governo passou a discutir o uso do autoteste em casa, produto distribuído há meses em outros países. Especialistas afirmam que há larga subnotificação de casos no Brasil. Os dados oficiais mostram 12 milhões de infecções desde o começo da crise sanitária, ou seja, cerca de 10% da população. Pesquisa Datafolha publicada no sábado (15) mostrou que um em cada quatro brasileiros com 16 ou mais anos de idade diz ter sido diagnosticado com Covid desde o início da pandemia. São 41 milhões de pessoas infectadas, quase o dobro do total de casos registrados oficialmente. Estudo da Universidade de Washington projeta número maior: 47% se infectaram no Brasil ao menos uma vez até o dia 3. Semam cerca de 98 milhões de infectados. A epidemiologista Fátima Marinho, que integra a rede de pesquisadores que envia os dados brasileiros à Universidade de Washington, disse que os números oficiais do Brasil são subnotificados por causa da baixa testagem. "As pessoas não vão fazer teste se a oferta não for ampla. No Brasil, pela baixa tes-

tagem somente os casos mais sintomáticos e os mais graves são detectados", diz Marinho. "Com a simultaneidade da epidemia da influenza A H1N1 e da variante ômicron, sem testes disponíveis está difícil distinguir entre uma doença e a outra", afirmou. Quase dois anos após o começo da pandemia, o governo Jair Bolsonaro (PL) ainda patina para consolidar uma política de testes. O Ministério da Saúde chegou a negligenciar compras de insumos e deixar vencer exames do "padrão-ouro", o RT-PCR. O ministro Marcelo Queiroga (Saúde) aposta na entrega dos testes de antígeno, modelo considerado rápido e eficaz. A ideia é distribuir cerca de 30 milhões de unidades ainda em janeiro. Os dados levantados pela universidade americana consideram a estimativa de infecções entre pessoas sintomáticas e assintomáticas. Nesse último caso, o paciente pode transmitir o vírus mesmo sem apresentar sinais da doença. O Ministério da Saúde disse, em nota, que já entregou mais de 27 milhões de testes RT-PCR, além de 43 milhões de exames de antígeno. Entidades médicas como a Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) cobram do governo federal e da Anvisa uma política de testagem mais ampla e a permissão da realização do autoteste. Essas organizações apontam que pacientes com sintomas podem não estar isolados pela falta de diagnóstico.



Em nota divulgada na quarta (12), a Abranmed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica) alertou para risco de falta de insumos. A entidade recomendou priorização de exames a pacientes "segundo uma escala de gravidade". Já os secretários estaduais de Saúde cobraram de Queiroga mais verba para abertura de pontos de testagem em massa. A proposta é de um aporte de R\$ 4 por teste enviado pelo ministério a cada estado ou município. A Anvisa quer liberar o autoteste no começo desta semana, Queiroga sinalizou que o governo não deve entregar exame caseiro no SUS. Os especialistas apontam que o autoteste ajudaria a enfrentar essa nova fase da pandemia. Mas dizem que é preciso planejamento e educação para a população. A Universidade de Washington projeta que o pico de infecções neste cenário de prevalência da ômicron no Brasil deve ocorrer em fevereiro. A estimativa é que o país tenha 2,3 milhões de casos diariamente até 3 de fevereiro no pior cenário. No entanto, quando a projeção leva em conta a terceira dose para a população e o uso de máscara, esse número é reduzido. No pior cenário, a pesquisa projeta 30 mil óbitos pela Covid de 3 de janeiro a 1 de maio. "Esperamos um pico de infecções e casos graves, com estresse das unidades de saúde, mas não um impacto tão grande na mortalidade. Estados com menor cobertura

de vacinas vão experimentar maior severidade de casos e maior mortalidade. A vacina está protegendo contra a morte", disse Marinho. O governo chegou a deixar encalhar cerca de 7 milhões de conjuntos incompletos de testes RT-PCR, no fim de 2020, com validade curta. A Anvisa renovou a vida útil destes exames por mais quatro meses. O governo federal correu para desovar o estoque e chegou a tentar empurrar um lote de 1 milhão de exames quase vencidos ao Haiti. Ao assumir o Ministério da Saúde em março do ano passado, Marcelo Queiroga prometeu apostar em testes rápidos de antígeno. Apenas em setembro o governo lançou uma campanha para uso em massa destes produtos, prevendo a entrega de 60 milhões de unidades feitas na Fiocruz. De seu volume, o ministro promete entregar 30 milhões em janeiro de 2022, momento de explosão da procura nos postos de saúde. Em novembro de 2021, o governo repetiu falhas e estoques de 1,4 milhão de exames que venceriam naquele mês. Integrantes da pasta dizem que a maior parte deste lote venceu. O Ministério da Saúde disse que os exames não venceram, mas não divulgou dados sobre estoque. Pressionada pela ômicron, a Saúde ainda quer comprar 4 milhões de testes de diagnóstico que detectam tanto a Covid como influenza A e B.

MORTES

coluna@abrturajornal.grupofolha.com.br

Querido por gerações, conservou a educação católica moderna

JOSÉ AMARAL DE ALMEIDA PRADO (1930-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O padre José Amaral de Almeida Prado acompanhou a história do Colégio Santa Cruz, no Alto de Pinheiros, na zona oeste da capital paulista, desde 1954, dois anos após a sua fundação por padres canadenses. Encontrá-lo camunhando pela escola, o que amava fazer, era motivo de alegria

aos adultos e uma realização às crianças. Além da boa conversa e das palavras de amizade que proferia, mostrava-se interessado pela história de vida dos alunos. Graduado em letras neolatinas pela USP, o padre lecionou latim, português e religião entre 1955 e 1963 no curso ginásial. O cantor, compositor e escritor Chico Buarque foi aluno na década de 1950.

Como diretor do ginásio esteve entre 1963 e 1968. Segundo o diretor geral da instituição, Fábio Marinho Azeiteiro, o clérigo foi superior do distrito da Congregação de Santa Cruz no Brasil de 1980 a 1986 e de 1994 a 1999, membro honorário do Conselho Administrativo Consultivo do Colégio Santa Cruz desde 1995, exercendo a presidência do órgão por mais de dez anos. Sua participação na história do colégio terminou com a sua morte, no dia 13 de janeiro, aos 91 anos. Em 2014, a escola batizou com seu nome o novo prédio do ensino fundamental 2, des-

de então conhecida como Pavilhão Padre José Amaral de Almeida Prado. A todos, padre José dizia que os últimos dez anos de vida foram os mais intensos. "Ele convivia com gerações diferentes da escola, conservou o ideal de educação católica moderna, pluralista e aberta à diversidade. Discutia questões de sexualidade e prevenção às drogas com modernidade. Suas colocações eram modernas, abrangentes e acolhedoras. Padre José enxergava as novas gerações capazes de serem menos preconceituosas e acolherem mais a diversidade", afirmou o

diretor-geral da instituição. Natural de Itaipu (a 187 km de SP), ficou no Seminário Menor Diocesano de São Carlos até completar o ginásio, aos 16 anos. Depois, mudou-se para a casa dos pais, no capital. Em 1949, foi ao Canadá e lá fez a formação religiosa e professor os primeiros votos em 1950. Cursos quatro anos de teologia. Em dezembro de 1953, vol-

tou no Brasil para ser ordenado. Em mais uma temporada de um ano no Canadá em 1954, José fez seis meses de estágio num dos colégios mantidos pela Congregação de Santa Cruz em Québec. Na USP, esteve por duas ocasiões como aluno, a partir de 1955, no curso de Letras Neolatinas, e entre 1974 e 1975, no doutorado em língua portuguesa.

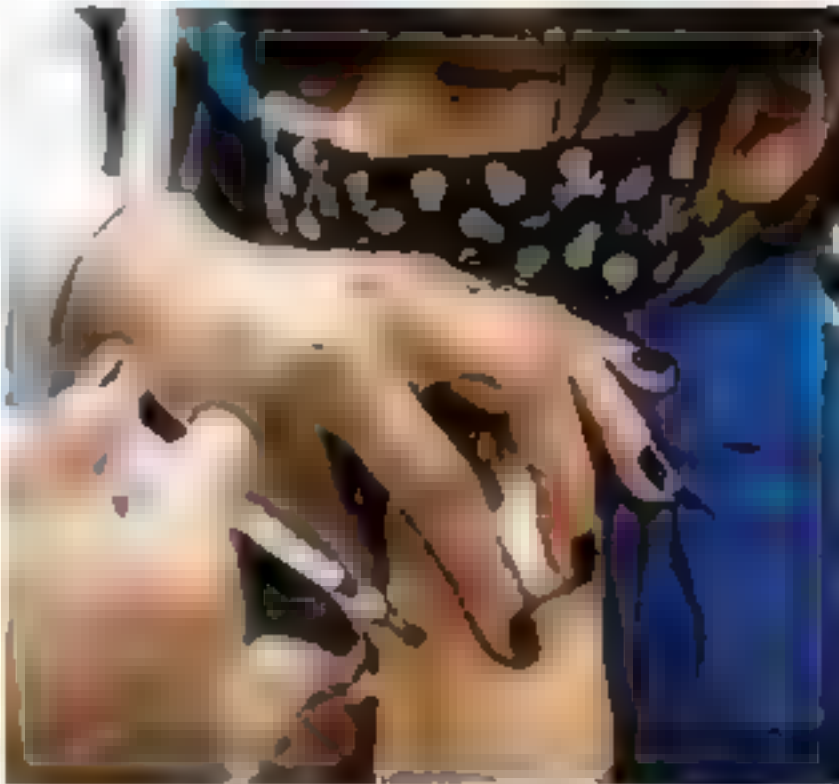
Procurar o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3346-3100 e central 156; prefe.bta.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-2000. Seg. e sex.: 10h às 18h; sáb.: 10h às 17h. Anve gratuito na seção: folha.com.br/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (pág. de sexta para publicação aos domingos). Os pedidos telefônicos (11) 3224-2105 e 2106 às 18h em dias úteis. E forme um rônoro de telefonia para chegar às notícias.

São Paulo começa a vacinar crianças e abre xepa para grupo

Capital paulista recebeu 64 mil doses pediátricas da Pfizer para imunizar faixa etária com 235 mil indivíduos

Ílabeo Pescarini

SÃO PAULO A cidade de São Paulo começou a vacinação de crianças contra a Covid-19 na manhã desta segunda (17), em um evento no Hospital Cruz Verde, na zona sul, especializado no tratamento de pessoas com paralisia cerebral. A cerimônia contou com a presença do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que acompanhou a imunização de três pacientes do hospital, Beatriz Araújo Marcelo, 8, Brayán Miguel Costa, 5, e Eloá Silva de Oliveira, 10, a primeira vacinada na capital. Ao todo, dez crianças pacientes do hospital seriam vacinadas nesta segunda. A cidade de São Paulo recebeu cerca de 64 mil doses de vacina pediátrica da Pfizer



Menino é vacinado nesta segunda contra Covid na UBS Santa Cecília, na região central de São Paulo. Foto: Bruno Sant'Ana / Folha Press

no primeiro lote. Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, ao menos 136 mil crianças estão aptas a serem imunizadas nesta primeira fase, que prioriza os menores com comorbidade, deficiência, indígenas ou quilombolas. A Secretaria Municipal da Saúde diz avaliar que as 64 mil doses recebidas na última sexta (14) sejam suficientes para apenas dois dias. Mas vacinas devem ser distribuídas nesta quarta-feira (19). “Do jeito que vacinamos rápido, elas podem acabar amanhã [terça]”, disse Aparecido. Mesmo assim, postos de saúde da capital, como confirmou a reportagem, tiveram ritmo baixo de aplicação de vacina pediátrica. Na UBS (Unidade Básica de Saúde) Humaitá, na Bela Vista, na região central da cidade até as 14h só dez crianças tinham tomado vacina. Conforme uma funcionária da UBS Dr. Manoel Joaquim Pera, na Vila Madalena, zona oeste, até por volta das 10h30 “quatro ou cinco crianças” haviam tomado vacina contra Covid ali. Na UBS Doutor Humberto Pascale, em Santa Cecília, no centro, até as 14h foram cerca de 15 doses. Segundo o governo estadual, a vacinação das crianças desse primeiro grupo deve começar até o dia de fevereiro

quando começa a imunização por faixa etária em ordem decrescente a partir de 11 anos. Pesquisas Datafolha publicadas no domingo (16) mostraram que 79% da população apoia a vacinação de crianças. Muitos pais não quiseram esperar. No auge da coragem de seus 10 anos de idade, Maria Luisa fez com a mão direita o sinal de mais ou menos quando foi questionada se a infecção havia doído. A menina foi a nona criança a ser vacinada contra a Covid-19 nesta segunda na UBS Humaitá. Ela chegou acompanhada de mãe, Maria Barros, ao posto de saúde da Bela Vista, apesar de morarem no Brás. A justificativa é que toda a família tomou vacina no posto da rua Humaitá e não poderia ser diferente com a menina. De acordo com a mãe, Maria Luisa foi levada ao posto de saúde no primeiro dia da imunização porque considerava importante que a filha estivesse vacinada para a volta às aulas no mês que vem. “Ela tem cardiopatia não pode correr nenhum risco, ainda mais de pegar a Covid”, afirmou a mãe. A Prefeitura de São Paulo abriu xepa de vacinas para crianças de 5 a 11 anos para aproveitar doses de frascos abertos que até o fim do dia não foram totalmente usados. Essas doses remanescentes

serão para qualquer criança nesta faixa etária, mesmo as que não façam parte do grupo prioritário. Para conseguir a imunização na xepa, o responsável precisa inscrever o nome da criança na UBS mais próximo de casa ou da escola onde ela estuda — é obrigatório levar comprovante de endereço. Em caso de sobra, um funcionário da unidade vai ligar para aplicação da dose. Cada frasco tem dez doses que precisam ser aplicadas em até 12 horas após a abertura. Na capital paulista, os pais devem procurar um posto de saúde de segunda à sexta, das 7h às 19h, aos sábados, das 8h às 17h, e às AMAs (Assistências Médicas Ambulatoriais) / UBS Integradas, das 7h às 19h. Aos domingos, ocorrerá das 8h às 16h nas farmácias parceiras da avenida Paulista, nos números 2.371 e 266. A cada fim de semana a programação poderá ser alterada. Para que sejam imunizadas, as crianças deverão estar acompanhadas por um responsável maior de 18 anos e apresentar documento de identificação (preferencialmente CPF), comprovante de endereço no nome dos pais ou responsáveis (exceto para a população indígena) e carteirinha de vacinação. Na falta do CPF, aceita o RG ou a certidão de nascimento.

Meninos e meninas relatam alegria em receber o imunizante

Ana Bottulfo

SÃO PAULO A ansiedade de se vacinar contra a Covid-19 supera até mesmo o medo da agulha. Foi assim, há um ano, quando teve início a campanha de vacinação nacional e em muitos pontos e agora esse mesmo sentimento se reflete nas crianças. Para elas, o “ardidinho” que fica depois de uma picada vale muito depois de quase dois anos da pandemia no Brasil. É após tomar a vacina que as crianças saem das vidas pela Folha vão voltar a ver seus amigos, familiares, ir ao cinema e até se sentir seguros para viajar. Pelas recomendações do Ministério da Saúde, as primeiras a receber o imunizante da Pfizer devem ser as com comorbidades, deficiência permanente, indígenas e quilombolas. Em seguida, a pasta indica que sejam vacinadas as que vivem com pessoas do grupo de risco para Covid, como idosos e imigrantes privados. Na sequência, e seguindo um escalonamento por faixa etária, começando pelos mais velhos. Francisco Spanghero dos Reis Santos, o Chico, 10, diz que, a partir do momento

que foi anunciado que ele já pode se vacinar, não vai conseguir nem dormir de tanta falta a expectativa. “Estou esperando os segundos para tomar a vacina, só não estou contando os dias porque não sei quando é [a minha data]. Mas a ansiedade é bem maior do que a dor [da injeção]”, diz. Segundo ele, a primeira coisa que vai fazer depois de tomar a vacina é juntar os amigos para uma festa. A campanha de imunização anual contra a gripe, que no último ano atingiu 71% do público-alvo infantil, leva milhares de crianças a tomarem a vacina todo ano, mas às vezes a contragosto. “Eu não gosto que tenho que tomar a vacina da gripe todo ano e como eu não estou animado de muito, mas nesse caso vai valer a pena”, conta Chico. Para a Covid, as crianças estão sabendo o medo. Ano passado acabou meu medo de tomar vacina, eu parei de chorar com a injeção e agora tomo qualquer uma”, diz Alice Faria Reale, 8. As gêmeas Gabriele e Paula Antunes Pires, 11, divergem quanto ao medo da dor. Gabriele afirma que não tem medo

de injeção e está contando os dias para tomar a vacina, enquanto Paula teme um pouco a cara e confessa que está com receio. “Eu fico com um pouquinho de medo da dor, porque minha mãe tomou a segunda dose e ficou com o braço doendo, mas eu sei que vai passar rápido e depois vou ficar imune”, diz Paula. Diego Alves dos Santos, 11, até se preocupa com alguns dos efeitos da vacina, pois a mãe relatou febre, cansaço e muito mal-estar após a segunda dose, efeitos que são esperados e somem em um a dois dias. “Até fico com medo de sentir dor, mas acho a vacina com injeção mais segura, ela funciona melhor”, opina, numa comparação com a vacina no formato gotinha — como a contra poliomielite. A experiência da gotinha, alias, não fez sucesso com Alice Faria Reale. Sadoki de Freitas, 5, pelo “gosto ruim” já quando o assunto é injeção, a menina diz não ter medo de agulha e se acha mais corajosa que a irmã, Maria Clara, 7. Maria Clara acha que a agulha dói bastante, mas reconhece como é bom tomar a vacina para ficar protegida.



Francisco Spanghero dos Reis Santos, o Chico, 10, em sua casa; ele diz estar ansioso pela vacina

UMA DAS MELHORES
ESCOLAS DE NEGÓCIOS
DO PAÍS

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 20/01
VESTIBULARFACAMP2022.COM.BR

FACAMP

VESTIBULAR
2022

ADMINISTRAÇÃO • DESIGN DIGITAL • DIREITO • ECONOMIA • ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO • ENGENHARIA MECÂNICA • ENGENHARIA DE PRODUÇÃO • PROPAGANDA E MARKETING • RELAÇÕES INTERNACIONAIS

saúde

Obra em fábrica do Butantan atrasa produção da Coronavac

Construção de prédio foi concluída, mas aguarda equipamentos e certificado

SÃO PAULO A obra da nova fábrica de vacinas do Instituto Butantan está, enfim, finalizada. A previsão inicial de construção do Centro Multipropósito para Produção de Vacinas (CMPV) era o final de setembro de 2021, mas houve um atraso na finalização, e a obra só foi completada no final de 2021.

Apesar de concluído o prédio, a produção nacional da vacina Coronavac — e de mais outras sete vacinas, dentre elas raiva, HPV e hepatite —, não deve deslançar tão cedo. O novo centro, construído em um prédio de três andares e com 7.885 metros quadrados, aguarda ainda a chegada dos equipamentos para produzir os imunizantes. Para a obra civil, o Instituto Butantan recebeu financiamento de 15 empresas que fizeram doações por meio do Comunidade, organização civil que ficou responsável por captar recursos privados para a construção em parceria com o governo estadual, em um total de R\$ 189 milhões.

De acordo com o instituto, no momento e nos próximos meses será feita a instalação de equipamentos e maquinários que são, em sua maioria, importados, o que reflete também no atraso.

A etapa seguinte é de automação e depois certificação pelos órgãos competentes.

A estrutura física do local já existe — fica no espaço onde deveria ser uma fábrica de hemoderivados do instituto, que nunca foi utilizada. Ela teve que ser remodelada e adaptada para a produção de vacinas.

Para isso, é preciso a cons-



Linha de produção da Coronavac no Butantan, em São Paulo. Equilíbrio/Anastácio para JN/Folha/Imagem

trução de laboratórios de biossegurança de nível 3, onde se manipula material biológico infectante, no caso vírus e bactérias.

Além das especificidades necessárias nesse caso, a produção em escala de imunizantes passa por um rigoroso controle de qualidade. No país, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) faz visitas à fábrica e dá o aval para a produção, o chamado certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF). Isso garante que diferentes lotes da vacina tenham o mesmo perfil de qualidade e segurança.

Como essa etapa depende do início da produção de lotes piloto, é normal ter atrasos. Para especialistas na produção de vacinas, é realista prometer prazos precisos em casos assim.

Pessoas que conhecem bem o processo de fabricação de vacinas no instituto falaram com a Folha, sob condição de anonimato, para explicar alguns dos erros que podem acontecer na construção de uma fábrica. Um dos exemplos é o chamado escape laboratorial de vírus. Outro seria a contaminação cruzada por outros patógenos e microrganismos na produção da vacina.

Além disso, é preciso ter o vírus original para cultivar em biorreatores, no caso da Coronavac, ou em outro tipo de material — algumas vacinas para Covid são cultivadas, por exemplo, em células chamadas Vero, que são uma linha celular obtida a partir do rim de macaco verde na década de 1960.

No momento, o instituto possui 15 milhões de doses do imunizante parados, produzidos com IFA chinês e enviados na fábrica paulista. As doses, que foram recusadas pelo Ministério da Saúde para a campanha de vacinação contra a Covid-19, seguem sem destino certo.

Uma possível via de utilização dessas vacinas, de

7.885 m²

e o tamanho da área construída onde funcionará a nova fábrica de vacinas do Instituto Butantan.

acordo com o diretor do instituto, Dimas Covas, seria para a imunização das crianças, caso haja a aprovação da Anvisa para a Coronavac entre aqueles de 3 a 17 anos. Até o momento, o instituto recebeu autorização de uso emergencial em pessoas acima de 18 anos.

Caso haja a autorização, a produção nacional de doses do imunizante é a grande aposta do instituto em 2022. Um ano após o início da vacinação contra Covid no país, quando a vacina de vírus inativado foi a grande protagonista nos primeiros meses de campanha, o uso do imunizante no país despencou para menos de 10%, conforme mostrou reportagem da Folha.

A aplicação da Coronavac para o público infantil pode ampliar a projeção nacional do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), pré-candidato à Presidência.

O uso da Coronavac na campanha de vacinação teve altos e baixos, com várias disputas com o governo federal. O Ministério da Saúde só anunciou a inclusão do imunizante chinês no plano nacional em 15 de dezembro de 2020, cerca de seis meses após ter anunciado o acordo com a Oxford/AstraZeneca e a Fiocruz.

O Ministério da Saúde firmou um acordo para compra de 100 milhões de doses da Coronavac. Até o final de novembro, 81,4 milhões de doses do imunizante tinham sido aplicadas no Brasil na população acima de 18 anos.

Nesta semana, a Anvisa deve decidir se libera o uso da Coronavac em crianças. A.B.

EDITAL CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL
Sindicato do Comércio Varejista e de Cafés do Município de São Paulo - São José - SP - CNPJ: 02.861.269/0001-76. Cópia Sincial 06.336. Rua Cel. Xavier de Toledo, 88 - 3º andar - Centro - CEP 01048-100. São Paulo-SP. Em cumprimento ao disposto no Artigo 605 da CLT, Item 1º, inciso I, e no Artigo 606 da CLT, Item 1º, inciso II, e no Artigo 607 da CLT, Item 1º, inciso III, e no Artigo 608 da CLT, Item 1º, inciso IV, e no Artigo 609 da CLT, Item 1º, inciso V, e no Artigo 610 da CLT, Item 1º, inciso VI, e no Artigo 611 da CLT, Item 1º, inciso VII, e no Artigo 612 da CLT, Item 1º, inciso VIII, e no Artigo 613 da CLT, Item 1º, inciso IX, e no Artigo 614 da CLT, Item 1º, inciso X, e no Artigo 615 da CLT, Item 1º, inciso XI, e no Artigo 616 da CLT, Item 1º, inciso XII, e no Artigo 617 da CLT, Item 1º, inciso XIII, e no Artigo 618 da CLT, Item 1º, inciso XIV, e no Artigo 619 da CLT, Item 1º, inciso XV, e no Artigo 620 da CLT, Item 1º, inciso XVI, e no Artigo 621 da CLT, Item 1º, inciso XVII, e no Artigo 622 da CLT, Item 1º, inciso XVIII, e no Artigo 623 da CLT, Item 1º, inciso XIX, e no Artigo 624 da CLT, Item 1º, inciso XX, e no Artigo 625 da CLT, Item 1º, inciso XXI, e no Artigo 626 da CLT, Item 1º, inciso XXII, e no Artigo 627 da CLT, Item 1º, inciso XXIII, e no Artigo 628 da CLT, Item 1º, inciso XXIV, e no Artigo 629 da CLT, Item 1º, inciso XXV, e no Artigo 630 da CLT, Item 1º, inciso XXVI, e no Artigo 631 da CLT, Item 1º, inciso XXVII, e no Artigo 632 da CLT, Item 1º, inciso XXVIII, e no Artigo 633 da CLT, Item 1º, inciso XXIX, e no Artigo 634 da CLT, Item 1º, inciso XXX, e no Artigo 635 da CLT, Item 1º, inciso XXXI, e no Artigo 636 da CLT, Item 1º, inciso XXXII, e no Artigo 637 da CLT, Item 1º, inciso XXXIII, e no Artigo 638 da CLT, Item 1º, inciso XXXIV, e no Artigo 639 da CLT, Item 1º, inciso XXXV, e no Artigo 640 da CLT, Item 1º, inciso XXXVI, e no Artigo 641 da CLT, Item 1º, inciso XXXVII, e no Artigo 642 da CLT, Item 1º, inciso XXXVIII, e no Artigo 643 da CLT, Item 1º, inciso XXXIX, e no Artigo 644 da CLT, Item 1º, inciso XL, e no Artigo 645 da CLT, Item 1º, inciso XLI, e no Artigo 646 da CLT, Item 1º, inciso XLII, e no Artigo 647 da CLT, Item 1º, inciso XLIII, e no Artigo 648 da CLT, Item 1º, inciso XLIV, e no Artigo 649 da CLT, Item 1º, inciso XLV, e no Artigo 650 da CLT, Item 1º, inciso XLVI, e no Artigo 651 da CLT, Item 1º, inciso XLVII, e no Artigo 652 da CLT, Item 1º, inciso XLVIII, e no Artigo 653 da CLT, Item 1º, inciso XLIX, e no Artigo 654 da CLT, Item 1º, inciso L, e no Artigo 655 da CLT, Item 1º, inciso LI, e no Artigo 656 da CLT, Item 1º, inciso LII, e no Artigo 657 da CLT, Item 1º, inciso LIII, e no Artigo 658 da CLT, Item 1º, inciso LIV, e no Artigo 659 da CLT, Item 1º, inciso LV, e no Artigo 660 da CLT, Item 1º, inciso LVI, e no Artigo 661 da CLT, Item 1º, inciso LVII, e no Artigo 662 da CLT, Item 1º, inciso LVIII, e no Artigo 663 da CLT, Item 1º, inciso LIX, e no Artigo 664 da CLT, Item 1º, inciso LX, e no Artigo 665 da CLT, Item 1º, inciso LXI, e no Artigo 666 da CLT, Item 1º, inciso LXII, e no Artigo 667 da CLT, Item 1º, inciso LXIII, e no Artigo 668 da CLT, Item 1º, inciso LXIV, e no Artigo 669 da CLT, Item 1º, inciso LXV, e no Artigo 670 da CLT, Item 1º, inciso LXVI, e no Artigo 671 da CLT, Item 1º, inciso LXVII, e no Artigo 672 da CLT, Item 1º, inciso LXVIII, e no Artigo 673 da CLT, Item 1º, inciso LXIX, e no Artigo 674 da CLT, Item 1º, inciso LXX, e no Artigo 675 da CLT, Item 1º, inciso LXXI, e no Artigo 676 da CLT, Item 1º, inciso LXXII, e no Artigo 677 da CLT, Item 1º, inciso LXXIII, e no Artigo 678 da CLT, Item 1º, inciso LXXIV, e no Artigo 679 da CLT, Item 1º, inciso LXXV, e no Artigo 680 da CLT, Item 1º, inciso LXXVI, e no Artigo 681 da CLT, Item 1º, inciso LXXVII, e no Artigo 682 da CLT, Item 1º, inciso LXXVIII, e no Artigo 683 da CLT, Item 1º, inciso LXXIX, e no Artigo 684 da CLT, Item 1º, inciso LXXX, e no Artigo 685 da CLT, Item 1º, inciso LXXXI, e no Artigo 686 da CLT, Item 1º, inciso LXXXII, e no Artigo 687 da CLT, Item 1º, inciso LXXXIII, e no Artigo 688 da CLT, Item 1º, inciso LXXXIV, e no Artigo 689 da CLT, Item 1º, inciso LXXXV, e no Artigo 690 da CLT, Item 1º, inciso LXXXVI, e no Artigo 691 da CLT, Item 1º, inciso LXXXVII, e no Artigo 692 da CLT, Item 1º, inciso LXXXVIII, e no Artigo 693 da CLT, Item 1º, inciso LXXXIX, e no Artigo 694 da CLT, Item 1º, inciso LXXXX, e no Artigo 695 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXI, e no Artigo 696 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXII, e no Artigo 697 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXIII, e no Artigo 698 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXIV, e no Artigo 699 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXV, e no Artigo 700 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXVI, e no Artigo 701 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXVII, e no Artigo 702 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXVIII, e no Artigo 703 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXIX, e no Artigo 704 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXX, e no Artigo 705 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXI, e no Artigo 706 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXII, e no Artigo 707 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXIII, e no Artigo 708 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXIV, e no Artigo 709 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXV, e no Artigo 710 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXVI, e no Artigo 711 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXVII, e no Artigo 712 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXVIII, e no Artigo 713 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXIX, e no Artigo 714 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXX, e no Artigo 715 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXI, e no Artigo 716 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 717 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 718 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 719 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 720 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 721 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 722 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 723 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 724 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 725 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 726 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 727 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 728 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 729 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 730 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 731 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 732 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 733 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 734 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 735 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 736 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 737 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 738 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 739 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 740 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 741 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 742 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 743 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 744 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 745 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 746 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 747 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 748 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 749 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 750 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 751 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 752 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 753 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 754 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 755 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 756 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 757 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 758 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 759 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 760 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 761 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 762 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 763 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 764 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 765 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 766 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 767 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 768 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 769 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 770 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 771 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 772 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 773 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 774 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 775 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 776 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 777 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 778 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 779 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 780 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 781 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 782 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 783 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 784 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 785 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 786 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 787 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 788 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 789 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 790 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 791 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 792 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 793 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 794 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 795 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 796 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 797 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 798 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 799 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 800 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 801 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 802 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 803 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 804 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 805 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 806 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 807 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 808 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 809 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 810 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 811 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 812 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 813 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 814 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 815 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 816 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 817 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 818 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 819 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 820 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 821 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 822 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 823 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 824 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 825 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 826 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 827 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 828 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 829 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 830 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 831 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 832 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 833 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 834 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 835 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 836 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 837 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 838 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 839 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 840 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 841 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 842 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 843 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 844 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 845 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 846 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 847 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 848 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 849 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 850 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 851 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 852 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 853 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 854 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 855 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 856 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 857 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 858 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 859 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 860 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 861 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 862 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 863 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 864 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 865 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 866 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 867 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 868 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 869 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 870 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 871 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 872 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 873 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 874 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 875 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 876 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 877 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 878 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 879 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 880 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 881 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 882 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 883 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 884 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 885 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 886 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 887 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 888 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 889 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 890 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 891 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 892 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 893 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 894 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 895 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 896 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 897 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 898 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 899 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 900 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 901 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 902 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 903 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 904 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 905 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 906 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 907 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 908 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 909 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 910 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 911 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 912 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 913 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 914 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 915 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 916 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 917 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 918 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 919 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 920 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 921 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 922 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 923 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 924 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 925 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 926 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 927 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 928 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 929 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 930 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 931 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 932 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 933 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 934 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 935 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 936 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 937 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 938 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 939 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 940 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 941 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 942 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 943 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 944 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 945 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 946 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 947 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 948 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 949 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 950 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 951 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 952 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 953 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 954 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 955 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 956 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 957 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 958 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 959 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 960 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 961 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 962 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 963 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 964 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 965 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 966 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 967 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 968 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 969 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 970 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 971 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 972 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 973 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 974 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 975 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 976 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 977 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 978 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 979 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 980 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 981 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 982 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 983 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 984 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 985 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 986 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 987 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 988 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 989 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 990 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 991 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 992 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 993 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 994 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 995 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 996 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 997 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 998 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 999 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1000 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1001 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1002 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1003 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1004 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1005 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1006 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1007 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1008 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1009 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1010 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1011 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1012 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1013 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1014 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1015 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1016 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1017 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1018 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1019 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1020 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1021 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1022 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1023 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1024 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1025 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1026 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1027 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1028 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1029 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1030 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1031 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1032 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1033 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1034 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1035 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1036 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1037 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1038 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1039 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1040 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1041 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1042 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1043 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1044 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1045 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1046 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1047 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1048 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1049 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1050 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1051 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1052 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1053 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1054 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1055 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1056 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1057 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1058 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1059 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1060 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1061 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1062 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1063 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1064 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1065 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXXI, e no Artigo 1066 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXII, e no Artigo 1067 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIII, e no Artigo 1068 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIV, e no Artigo 1069 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXV, e no Artigo 1070 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVI, e no Artigo 1071 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVII, e no Artigo 1072 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXVIII, e no Artigo 1073 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXIX, e no Artigo 1074 da CLT, Item 1º, inciso LXXXXXXX, e no Artigo 1075 da CLT,

ambiente

baía de promessas



Botos-cinza na baía da Guanabara, no Rio

Coluna Meio Ambiente
16.01.2022 /
Folha de S.Paulo

Botos quase somem, e mangues dão esperança à baía da Guanabara

Atualmente restam só 30 dos animais presentes no brasão da cidade do Rio de Janeiro desde 1896

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Quando as primeiras promessas de depoluição da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, engatilhavam cerca de quatro centenas de botos-cinza ainda circulavam pelas águas poluídas. Os manguezais, que cobriam toda a costa antes da explosão do crescimento urbano no entorno, resumiam-se a cerca de 60 quilômetros quadrados, menos de um quarto do que tinham sido um dia. Depois de 40 anos de promessas de limpeza fracassadas, os dois símbolos do que já foi uma baía despoluída tiveram destinos distintos.

Os botos atualmente não passam de 30, caminhando para o desaparecimento nas próximas décadas. Os manguezais, por sua vez, já retomaram sua área protegida e se expandem para outras regiões. A diferença reflete a diversidade da qualidade ambiental dos 328 quilômetros quadrados do espelho d'água da baía, cuja imagem é associada, por completo, ao esgoto. Mostra também o impacto da poluição e a capacidade da natureza se recuperar.

A principal área de manguezais remanescentes fica na APA (área de proteção ambiental) de Guapimirim, ao fundo da baía. Criada em 1984, ela garantiu a sobrevivência do ecossistema ameaçado pela extração de madeira para os fornos de carvão que funcionavam no entorno da baía.

Nos 37 anos de preservação, toda a extensão da área se regenerou naturalmente ou foi reflorestada. Atualmente falta espaço para replantar.

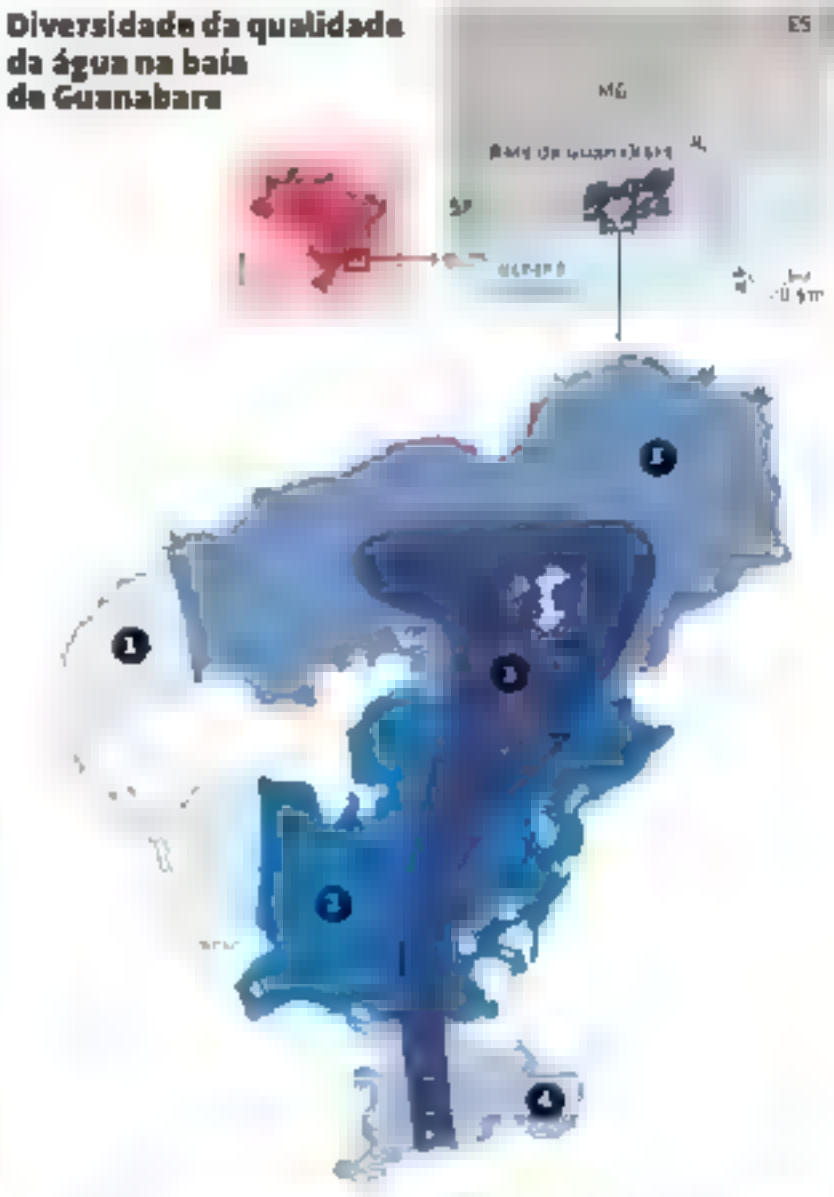
“Só parar com a ação de retirada do mangue foi suficiente para começar a recuperação. Ficaram algumas feridas onde, a partir de 2008, foi feita uma intervenção direta para recuperar”, disse Maurício Muniz, analista ambiental da APA há 12 anos.

Os manguezais são portos importantes para as espécies marinhas. Cerca de três quartos delas dependem desse ecossistema em alguma fase da vida. Censo feito entre os anos de 2008 e 2015 identificou na APA 167 espécies de peixes, 34 de répteis e 73 de mamíferos na área sob proteção no fundo da baía.

A preservação do local é resultado de uma combinação da baixa ocupação urbana no entorno dos rios que deságuam na APA e da vazão natural desses corpos hídricos. O volume de água dos cinco que chegam à área representa cerca de 60% do total de água doce que desemboca na baía por 55 rios. Além disso, a unidade de conservação está próxima do fim do canal central da baía, via pela qual ocorre intensa troca de água com o mar. Cerca de metade da água da Guanabara é trocada a cada 12 dias.

“Esses dois fatores explicam por que temos mais de

Diversidade da qualidade da água na baía da Guanabara



Fonte: Instituto de Meio Ambiente da Baía, Midregráfica da Baía de Guanabara e Euro "Baía de Guanabara, diversidade e resistência" (Metrat Editorial)

Eles sempre circulavam por toda a baía, saindo do fundo e indo até a entrada. Atualmente, ficam mais tempo na área da APA. É uma mudança de comportamento.

José Laílson Brito Junior, coordenador do Laboratório Maquã

50 anos de poluição intensa nesse ecossistema e ainda assim seja possível ver diversidade biológica”, afirmou Muniz. A melhor qualidade da água no entorno da APA atraiu os cerca de 10 botos-cinza que ainda vivem na baía.

Segundo José Laílson Brito Junior, coordenador do Laboratório Maquã (Manifestos Aquáticos) da Faculdade de Oceanografia da Uerj, os cetáceos aos poucos estão voltando a circular por toda a baía como faziam, para se concentrar por mais tempo próximos à área protegida. “Eles sempre circulavam por toda a baía, saindo do fundo e indo até a entrada. Atualmente, ficam mais tempo na área da APA. É uma mudança de comportamento”, afirmou ele.

A presença dos botos na baía é tão grande que eles integram desde 1980 o brasão oficial da cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1980, um estudo indicou que ainda existiam 400 deles na baía.

Laílson e dois colegas decidiram recontar os cetáceos quando as promessas de depoluição começaram. Em 1995, um ano após o lançamento do Programa de Depoluição da Baía de Guanabara, encontraram cerca de 100. Atualmente, há apenas 36 identificados e estima-se a presença de cerca de 70.

“É que a gente chama de população vestigial. Nesse ritmo, é provável que em 2050 não tenhamos mais botos”, disse o pesquisador.

O sumiço dos botos não representa apenas a perda de um símbolo histórico da cidade, afirma o coordenador do Maquã. Os botos são sentinelas da baía. Como eles têm residência fixa, eles se alimentam dos animais que estão ali e são um bom indicador de saúde ambiental. “Estão avisando para a gente que o negócio não está bom”, diz Laílson.

Um dos piores indicadores de contaminação é a presença de escarrel, produto usado em transformadores cuja produção e uso se contraindo desde a década de 1980, mas persistentes no ambiente. Ele reduz a fertilidade e praticamente condena à morte o primeiro filhote das fêmeas.

“Quando elas têm os filhotes, passam pela amamentação, quase 80% da carga contaminante. A partir do segundo

Só parar com a ação de retirada do mangue foi suficiente para começar a recuperação. Ficaram algumas feridas onde, a partir de 2008, foi feita uma intervenção direta para recuperar

Maurício Muniz, analista ambiental da APA de Guapimirim

é que há uma carga menor, mas ainda presente”, conta.

Símbolo de uma baía que não existe mais, o boto foi esquecido na disputa para ser uma das mascotes das Olimpíadas de 2016, realizada no Rio de Janeiro. A promessa de tratar 80% do esgoto lançado no local até os Jogos também ficou pelo caminho.

O questionamento internacional sobre as condições da baía para sediar as disputas de vela nos Jogos levou o biólogo marinho Ricardo Gomes a se dedicar a mostrar que, apesar dos problemas, a baía segue viva. “Em 2015, começaram aquelas reportagens dizendo que a baía de Guanabara estava morta, que seria uma vergonha realizarmos os Jogos Olímpicos ali. Pensei: Essa mensagem dela morta não está surtindo efeito. Decretar a morte da baía de Guanabara é transformar ela num úxo”, disse ele.

Gomes filmou cerca de 70 espécies marinhas tanto em pontos com qualidade de água razoáveis, como em locais mais poluídos, como a Praça 15. “Logo no primeiro mergulho vi uma diversidade incrível. O que me surpreendeu mais foram as espécies de raias. Apesar de todos os problemas, a Guanabara e a ponta baía de Guapimirim têm uma biodiversidade de elasmobrânquios por conta das sete espécies de raias de diferentes tamanhos”, afirmou ele.

A vida na baía permaneceu possível graças à troca intensa de água com o mar principalmente pelo canal central por onde passam as embarcações.

A área mais degradada fica no entorno da Ilha do Governador, onde estão os rios mais poluídos da bacia hidrográfica. A melhor fica no canal central, nas áreas próximas ao mar e na APA de Guapimirim. Ainda assim, elas convivem com problemas.

O professor de engenharia oceânica Paulo Rosman da Coppe/UFRJ, afirma que cumpridas as novas promessas de depoluição, “em um ano se vê uma melhoria espetacular na baía”. “Por incrível que pareça, a baía tem muita vida. É muito rica biologicamente. Em um ano [sem esgoto] muda de figura completamente. Se algum dia a carga orgânica reduzir, é provável que a gente tenha uma interação da água nova com os sedimentos contaminados, o que pode adiar a depoluição, seria um longo caminho. A gente não usa DDT [tipo de pesticida] na agricultura e o sinil [dele nos botos] na indústria. Ele é muito persistente no ambiente”, afirma o pesquisador.

Para Maurício Muniz, da APA de Guapimirim, a unidade de conservação pode vir a ser uma “Arca de Noé” para o repovoamento das espécies da baía. Ele diz que não é necessário esperar a conclusão dos projetos para iniciar a melhoria da condição ambiental.

“Os processos de depoluição de baías urbanas no mundo mostram que quando sai de níveis muito baixos para cerca de 50% um limiar que ajuda a autodepuração do ambiente, o salto de qualidade já é enorme”, afirma.

“A melhoria da condição ambiental da baía está mais próxima do que a gente acredita. O problema é que não foi feito nada. Ficamos em níveis medievais de tratamento de esgoto por décadas”, diz Muniz.

Um bom princípio para 2022

Poltrona reclinável Lafer Demi

desconto de 50% no preço

ÚLTIMOS DIAS

Até 15 de janeiro de 2022

Interfarma Lafer

cotidiano

Mineiros recorrem a ‘padre santo’ após chuvas

Beatificação do padre Libério, conhecido no centro-oeste de Minas Gerais, ainda aguarda avaliação do Vaticano

Isaac Godinho

CONSELHEIRO LAFAIETE (MG) Em meio às fortes chuvas que atingiram Minas Gerais nas últimas semanas, moradores do município de Pará de Minas e região recorreram a fé. Postagens feitas nas redes sociais da mídia local sobre o risco de rompimento de uma barragem na cidade receberam diversas manifestações pedindo pela intercessão do padre Libério.

“Que a alma santa de padre Libério interceda por todos nós” dizia um dos comentários. “Padre Libério está intercedendo! Tantas milagres que ele fez, este será mais um”, afirmava outra devota. “Padre Libério não vai deixar [que] isso aconteça, será o milagre que está faltando para sua beatificação” completava mais uma pessoa.

Uma das figuras religiosas mais conhecidas da região centro-oeste de Minas Gerais, Libério Rodrigues Moreira nasceu na cidade de Lagoa Santa (MG), no dia 30 de junho de 1884. Ele foi ordenado como padre em 1916, em Mariana (MG), e morreu em dezembro de 1980.

Ao longo de sua vida como sacerdote atuou em diver-



Moradores limpam casa após enchentes em Raposo (MG) | *Ministério da Defesa - 13 jan. 22 / Reuters*

sas cidades da região, como Pitangui, São José do Vargi-nha, Leandro Ferreira e Pará de Minas.

Segundo o escritor José Roberto Pereira, autor do livro “O Servo Fiel”, que conta his-tórias do religioso, o padre ti-nha o costume de ir às comuni-dades a cavalo, com o obje-tivo de ajudar as famílias ne-cessitadas e oferecer orienta-ção espiritual.

“As pessoas o tinham como um membro da família, por-que ele andava para muitos lugares e dormia na casa das pessoas. Muitas famílias da região ainda guardam objetos utilizados pelo padre quando hospedado em suas casas.”

O padre Libério viveu em Pará de Minas durante a de-cada de 1960. Segundo seu bi-ógrafo, ele já chegou à cidade sendo considerado um santo

e, ainda em vida, atraiu devo-tos de todo o estado para su-as celebrações.

Até hoje, milhares de fiéis fazem peregrinação para vi-sitar os restos mortais do pa-dre Libério na cidade de Le-andro Ferreira, a cerca de 60 km de Pará de Minas.

O processo de beatifica-ção do padre ainda está em es-tudo e aguarda avaliação do Vatica-no. O padre Adelmo Sérgio

Gomes, promotor da causa no Brasil, diz esperar que pa-dre Libério seja declarado vene-rável, um passo anterior a beatificação.

Os comentários deixados pelos devotos nas redes soci-ais mostram que, mesmo an-tes da conclusão do processo, as pessoas da região já o con-sideram um santo.

Em Pará de Minas, o padre dá nome a um hospital, a uma escola e a uma praça, além de diversos estabelecimentos co-merciais. A cidade ainda tem duas estátuas em homena-gem ao padre, uma confecci-onada em pedra sabão e ou-tra em bronze.

As orações ao padre Libério parecem estar sendo atendi-das, dizem alguns devotos. As chuvas diminuíram. Não choveu em Pará de Minas entre quarta-feira (12) e sexta-feira (14). No fim de semana, a ci-dade recebeu algumas pancadas de chuva, mas segundo a gestão municipal, os níveis do rio São João e do ribeirão Pa-ciência já diminuíram consi-deravelmente.

A barragem do Carrião, ain-da permanece em estado de alerta, mas a vazão de água que chega à barragem já caiu. As famílias da região foram realocadas e estão recebendo

do assistência da prefeitura e da Defesa Civil.

Segundo o prefeito Elias Di-niz (PSD), o município ainda aguarda um parecer final so-bre a situação da barragem por parte da empresa res-ponsável, a Companhia de Teci-dos Santarênse.

Com a redução das chuvas, a cidade começa a fazer traba-lhos para recuperar vias que foram destruídas e também a auxiliar as regiões mais atingi-das. De acordo com a pre-feitura, o trabalho de moni-toramento das áreas de risco continua, pois o solo da região ainda está muito encharcado.

Minas Gerais tem, ao todo, 377 municípios em situação de emergência em decorrên-cia das chuvas recentes. O nú-mero de mortes registrado no período chuvoso, iniciado em 1º de outubro do ano passado é de 25 pessoas, sendo que 19 delas ocorreram neste ano.

As dez mortes decorrentes da tragédia de Capitólio, quan-do uma rocha se desprendeu e atingiu lanchas que passe-avam pela região, não foram computadas no balanço das chuvas até o fim das investi-gações. O número de pessoas desabrigadas chegou ao tota-l de 7.336, enquanto ou-tras 47,91 estão desalojadas

Fragilidade branca

Racismo reverso é a nova ideologia previsível da branquitude

Vera Iaconelli

Diretora do livro ‘Tipo Gêner da Escanália’, editora de “O Mal estar na Modernidade” e “Crise Fílica no Século XXI” e doutora em psicologia pela USP

Conheci um senhor tudo como trabalhador e decente que bu-tou na esposa de vez em quan-do. Diante do olhar de terror dos filhos pequenos, ele se jus-tificava dizendo que ela preci-sava disso para não cair na au-topiedade. Levou muito tempo para que a prole, já adulta, re-conhecesse a violência domésti-ca, tamanha naturezaidade com que o pai tratava a questão.

Encontrar justificados pa-tes com parentamentos inafensa-veis é um mecanismo psiqui-trico conhecido, que Freud co-nomou de racismo de defesa. É a

que serve para manter o sujei-to em paz consigo mesmo, pre-servando a fama de homem-bem intencionado que, conveni-entamos, não ornou com encher a companheira de porrada.

Somos todos ciosos de nos-sa autoimagem construída à força de colocar de lado, como sendo estranho, tudo em nós que cria orestas naquilo que o espelho nos devolve.

É se podemos nos escanda-lizar com o exemplo de um ho-mem pílho, espantador de mu-lheres, não estamos tão longe de apontar a mesma racionali-

zação à ciência, essa que tem a pretensão de ser livre dos des-lizes do inconsciente.

Quando piedosos cristãos pre-tendem justificar a escravidão sem outro motivo que a explo-ração do semelhante — usaram o pagão como justificativa. Os povos da África e das Améri-cas, cujos costumes à época an-tecédentes em quatro séculos a revolução sexual dos anos 1960, eram desérticos ao mundo bibe-lico e, portanto, inferiores.

Encerrada a escravidão ofi-cial, chegou a vez da ciência jul-gar sua cartada de mestre para

manter a segregação. Negros são inferiores porque, mesmo quando convertidos ao cristia-nismo, pertencem a outra ra-ça. Não se tratava de diferen-ças de cor, tamanho, textura, traços, mas de uma diferença radical que faz com que não brancos pertençam a outra es-pécie de humanos. Haja verba para martelar essa hipótese ve-natória, que também foi usa-da contra as mulheres.

Mas eis que chega o momen-to de genoma humano e fica provado que compartilhamos 99,9% do mesmo materi-

al genético, sobrando 0,1% pa-ra características periféricas e desimportantes, que foram usa-das para continuar a subordi-nar raças e gêneros. Recentemente, as mídias permitiram vi-sibilizar sujeitos das periferias do mundo e potencializaram movimentos negros. A negritude passou a ser cultuada como um valor e não um defeito.

Nesse momento crucial, a branquitude corre atrás de uma expressão que sirva pa-ra racionalizar o mal estar de se olhar no espelho e reconhe-cer-se incomodada com as de-mandas por justiça. Deixa mal-estar inconsciente surge a con-veniente e urgente — ideia de “racismo reverso”.

Idéia que segue a mesma ló-gica de imaginar que o femi-nismo é oposto de machismo. Existem mulheres que odeiam homens, negras que odeiam brancos e toda combinação que se puder imaginar de in-

tolerâncias entre povos e su-jeitos. No entanto, um sistema secular de violências ligadas ao traço de cor e gênero não é anelôico, ou, estrutural e per-petua desigualdades.

A fragilidade branca (títu-lo do livro de Robin Diangelo, 2018) — meio de reconhecer em si mesmo o racismo que to-dos carregamos — só será su-perada quando encarmos nosso pavor de perder prive-légias, nosso pavor de ver o estranho diante do espelho. O mínimo que se espera, para além da força da lei, é que as-sumamos a responsabilidade pela reprodução da história.

A Folha de S. Paulo é um jo-rnal que abarca diversas vozes, futuramente comprovadas pelos elo-quês e eruditos que recebe de con-servadores e progressistas. Anda assim, tensamente estirado, que a nova maniqueia pseudo-erística favoreça o racismo cir-cue em suas páginas.

DOM: Antônio Prata, Sérgio Castro, Maria Homem | TER: Vera Iaconelli, GUA: Ilona Szabo de Carvalho, Jairo Marques | QU: Sérgio Rodrigues | SEX: Tati Bernardi | SAB: Oskar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Faria

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse

folha.com/classificados

11 3224-4000

ANTIQUEJADOS
EXTRAORDINÁRIOS

COMUNICADOS

BIOTERAPIA

PRODUTOS
E SERVIÇOS

CLASSIFICADOS FOLHA

sigafolha

CLASSIFICADOS FOLHA

GIR LEITEIRO

AVOCACIA

TATI MORENA

ACOMPANHANTES

CLINICAS
DE MASSAGENS

ATENÇÃO

ATENDENTES

CLASSIFICADOS FOLHA

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

ASSINE A FOLHA
www.folha.com/assine

esporte

Lewandowski é eleito melhor do mundo pelo 2º ano seguido

Polonês superou Messi e Salah; espanhola Alexia Putellas venceu no feminino

SÃO PAULO Quando Cristiano Ronaldo foi escolhido o melhor do mundo pela quinta vez, em 2017, Robert Lewandowski ironizou a eleição em sua conta no Twitter. Era um ironi irônico da atitude e em a repetição dos mesmos nomes, ano após ano.

Por uma década, a partir de 2008, os vencedores foram apenas o português ou Lionel Messi, algo que começou a incomodar outras atletas de ponta do futebol mundial. Com o tempo, os gols de Lewandowski o fizeram ser reconhecido como almejava. Nesta segunda-feira (17), o polonês foi considerado pela Fifa o melhor jogador do mundo em 2021. Ele já havia ganhado o prêmio em 2020.

Na última temporada europeia, a de 2020/2021, o centrouavante foi preponderante para o Bayern de Munique que lutar o Campeonato Alemão pela nona vez seguida. No ano passado, também fez o gol do título da equipe no Mundial de Clubes, mas o troféu era referente a 2020.

O atacante marcou 41 gols em 29 jogos da liga nacional. Quebrou o recorde do alemão Gerd Müller, que havia anotado 40 vezes em 34 partidas em 1971/1972. Lewandowski foi o principal goleador do torneio nos últimos quatro anos.

Ele superou a concorrência de Lionel Messi, vencedor da Bola de Ouro, entregue pela revista France Football, e de Mohamed Salah. A escolha foi feita por uma combinação de votos de técnicos e capitães das seleções nacionais e ornatistas selecionados pela Fifa.

O polonês frustrou a esperança do argentino de ficar com o troféu pela sétima vez e reafirmar sua condição de maior ganhador da história. Salah tentava ser o primeiro africano melhor do mundo desde que o atacante George Weah,



Lewandowski com troféu de melhor do mundo

da Libéria, foi eleito em 1995.

O centroavante, que ainda tenta classificar seu país para a Copa do Mundo do Qatar, beneficiou-se do fato de que não houve um craque superior aos demais de forma indiscutível entre 2020 e 2021. Chelsea (vencedor da Champions League de 2021) e a Itália (campeã da Europa) não tiveram nenhum grande destaque e venceram por causa do coletivo.

Lionel Messi e Cristiano Ronaldo, dois nomes que sempre estão na mente das pessoas responsáveis pela escolha, também não mostraram na última temporada o mesmo futebol das anteriores. Isso apesar de o argentino ter conquista-

do o título da Copa América.

A eleição confirmou a seca dos jogadores brasileiros na eleição. O último nome do país a conquistar o prêmio foi Kaká, então no Milan (ITA), em 2007. Desde então, apenas Neymar foi duas vezes finalista. Ficou em terceiro em 2015 e 2017.

Alexia Putellas, 27, do Barcelona, ganhou como melhor jogadora de 2021. A maia era considerada a favorita e foi eleita pela primeira vez. Nunca uma espanhola havia vencido a premiação. Ela já havia ficado com a Bola de Ouro da France Football.

A armadora superou a concorrência de sua compatriota e companheira de equipe, Jenni-

Tela

17h

Brighton x Chelsea

Inglaterra, ESPN

Tela

19h

América-MG x Botafogo

Copa São Paulo, SporTV

Tela

21h30

Mirassol x Santos

Copa São Paulo, SporTV

Veja os vencedores da última década

- 2021 Robert Lewandowski (Polônia) e Alexia Putellas (Espanha)
- 2020 Robert Lewandowski (Polônia) e Lucy Bronze (Inglaterra)
- 2019 Lionel Messi (Argentina) e Megan Rapinoe (Estados Unidos)
- 2018 Luka Modric (Croácia) e Marta (Brasil)
- 2017 Cristiano Ronaldo (Portugal) e Lieke Martens (Holanda)
- 2016 Cristiano Ronaldo (Portugal) e Carli Lloyd (Estados Unidos)
- 2015 Lionel Messi (Argentina) e Carli Lloyd (Estados Unidos)
- 2014 Cristiano Ronaldo (Portugal) e Nadine Kebler (Alemanha)
- 2013 Cristiano Ronaldo (Portugal) e Nadine Argerer (Alemanha)
- 2012 Lionel Messi (Argentina) e Abby Wambach (Estados Unidos)
- 2011 Lionel Messi (Argentina) e Homare Sawa (Japão)

fer Hermoso, e da australiana Samantha Kerr do Chelsea.

Foi vitória final para Alexia, uma das estrelas do Barcelona que teve a temporada perfeita. Foi campeã da Champions League, do Campeonato Espanhol e da Copa da Rainha.

O Brasil também não teve nenhuma atleta entre as finalistas. A última vitória do país foi de Marta, em 2018.

Campeão com o Chelsea na principal competição europeia, o alemão Thomas Tuchel foi escolhido o melhor técnico de 2021. Ele pode ser adversário do Palmeiras no Mundial de Clubes a ser realizado nos Emirados Árabes no próximo mês.

Conheça os brasileiros que disputarão os Jogos de Inverno de Pequim

SÃO PAULO O COB (Comitê Olímpico do Brasil) anunciou nesta segunda (17) a delegação de dez atletas que representará o Brasil nos Jogos de Inverno de Pequim-2022.

O total de nomes anunciados chega a 11, mas um dos cinco integrantes da equipe de bobsled é inscrito como reserva. Por isso a conta oficial é de dez brasileiros nas Olimpíadas chinesas, número inferior ao recorde de 13 representantes em Sochi-2014.

As Olimpíadas de Pequim tem a cerimônia de abertura marcada para 4 de fevereiro e vão até o dia 20.

Skeleton

Nicole Silveira, 27, teve rápida ascensão no skeleton desde 2018, quando começou a praticar modalidade. Antes disso, ela, que também é enfermeira, tinha uma trajetória de apenas uma temporada no bobsled. Moradora do Canadá desde os sete anos, a gaúcha também dança, ginástica artística, vôlei, futebol, biatletismo e levantamento de peso antes de se encontrar nas pistas de gelo.

No skeleton, o objetivo é percorrer um percurso com curvas fechadas e velozes no menor tempo possível. O trenó pode chegar a 140 km/h e lembra um carrinho de rolimã com lâminas, sobre o qual o atleta se lança de bruços.

Será a primeira participação do Brasil nesse esporte em Olimpíadas. O skeleton feminino será disputado nos dias 11 e 12 de fevereiro.

O Brasil participará pela quinta vez (também esteve em 2002, 2006, 2014 e 2018) do esporte que, assim como o skeleton, consiste em descer pistas de gelo num trenó em alta velocidade. Nesse caso, um trenó de porte maior. O país disputará duas modalidades, 2-man e 4-man.

Edson Baidalatti esteve nas quatro edições anteriores. Ele é o piloto do trenó e estará presente tanto na dupla, com Edson Martins, 31, como no quarteto, ao lado também de Rafael Souza, 25, e Erick Vianna, 28. Jefferson Sabino, 39, que disputou os Jogos de Pequim em 2008 no salto triplo, viaja como reserva.

A equipe brasileira precisou superar recentemente a perda de Odriel Pessoa, que disputou o bobsled em Sochi e PyeongChang-2018. Pessoa morreu em um acidente de moto em março de 2021.

O bobsled será disputado de 14 a 20 de fevereiro, pri-

meiro com as duplas e depois com o quarteto.

Esqui cross-country

Jaqueline Mourão, 46, participará de nada menos do que a sua oitava edição de Jogos Olímpicos, a quinta de inverno (após 2006, 2010, 2014 e 2018), que se soma a três no ciclismo montanhista bike (2004, 2008 e 2020). Ela ficará isolada com o recorde brasileiro de paratletas, acima das sete de Robert Scheidt, Formiga e Rodrigo Pessoa.

A veterana competirá no esqui cross-country, modalidade de longas distâncias, assim como a novata Bruna Moura, 27, que teve Jaqueline como sua mentora tanto no ciclismo como no esqui, esporte para o qual migrou após descobrir um problema cardíaco e realizar uma cirurgia.

Outro estreante nos Jogos será o hispano-brasileiro Manex Silva, 19, que ensará em todas as provas individuais. Nascido no Acre, ele tem pais espanhóis e mãe brasileira e vive na Europa desde a infância. Manex participou dos Jogos Olímpicos de Inverno da Juventude em 2010 e foi o melhor sul-americano.

O programa do esqui cross-country vai dos dias 5 a 20 de fevereiro.

Esqui estilo livre

Outra jovem estreante nas Olimpíadas será Sabrina Cass, 19. Ela é filha de mãe brasileira e nasceu nos Estados Unidos. Foi campeã mundial juvenil em 2019, como representante dos EUA. Passou a defender o Brasil há cerca de seis meses.

Sua prova é a moguls (desida da montanha com ondulações, na qual a atleta faz acrobacias), considerada uma das mais nobres do esqui e na qual o Brasil fará sua estreia nos Jogos.

Sabrina estreia no dia 3 de fevereiro; as finais dos moguls serão no dia 6.

Esqui alpinismo

O cearense Michel Macedo se mudou aos três anos com a família para os Estados Unidos e começou a treinar e competir cedo no esqui. Aos 18 anos, ele precisava escolher um país para representar e optou pelo Brasil.

No esqui alpino, os atletas descem uma montanha deslizando por um percurso com curvas sinuosas e saltos. Michel compete no slalom e slalom gigante, em que o competidor precisa passar por portas durante o percurso.

As provas de Michel serão nos dias 13 e 16 de fevereiro.

Lei francesa pode fazer Djokovic perder Roland Garros

SÃO PAULO O tenista sérvio Novak Djokovic, 34, chegou a Belgrado nesta segunda (17), após ser deportado da Austrália ao ter seu visto cancelado pela segunda vez.

A Corte Federal australiana negou o recurso do atleta, que não está vacinado contra a Covid, e assim impediu sua participação no Australian Open. Agora, com a aprovação

de nova lei na França, ele pode perder também Roland Garros, em maio, em Paris.

O Ministério do Esporte francês disse que não haverá exceções à regra. O texto, recém-aprovado no Parlamento, exigirá apresentação de certificado de vacinação para entrar em locais públicos, como estádios, restaurantes, cinemas e trens de longa distância.

“O passe de vacina será imposto, assim que a lei for promulgada, nos estabelecimentos que já estavam sujeitos ao passe de saúde”, afirmou o ministério. “Isso se aplica a todos que são espectadores ou esportistas profissionais. A situação pode mudar, e esperamos que seja mais favorável. Então veremos, mas claramente não há isenção.”

Isso se aplica a espectadores e esportistas. A situação pode mudar, mas claramente não há isenção

Ministério do Esporte da França

Preconceito disfarçado de jornalismo

Desprezo pelo futebol feminino não condiz com o que se aprende na profissão

Renata Mendonça

Jornalista esportiva na Globo e ex-colunadora do Futuro, canal sobre mulheres no esporte

Imaginem o seguinte cenário: é dia de premiação da Fifa para as melhores do mundo, um dos eventos mais comentados do futebol. Um programa esportivo debate as indicadas ao prêmio de melhor jogador: Messi, Lewandowski, Salah. O apresentador pergunta aos comentaristas a opinião deles sobre o tema. Silêncio.

Eu estive entre os convidados e, após alguns segundos, respondendo: “Não me sinto confortável para comentar, porque eu não acompanho”.

Uma cena que, de tão surreal,

é quase que inimaginável, certo? O que duram sobre uma mulher participando de um programa esportivo que não sabe emitir uma opinião sobre o principal tema do dia no mundo do esporte, o prêmio da Fifa? O que dizem se todos os comentaristas da mesa não quiserem fazer absolutamente nada sobre esse assunto?

Cenas assim são recorrentes quando as notícias do futebol feminino surgem na pauta. Evoluam, ressaltar que estamos numa evolução aqui, porque até pouco tempo atrás ninguém nem sabia

o que acontecia nesse universo. Não se falava sobre a premiação de melhor jogadora — a não ser quando Marta estava entre as indicadas, aí não tinha muita como fugir — nem sobre o que acontecia na seleção feminina, no Brasileiro feminino etc.

Hoje, ainda bem, esses assuntos ganharam espaço. Foi uma conquista das mulheres, pelo direito de ter protagonismo também no esporte. So que o desprezo com elas continua enorme. Até noticiam, mas não dão visibilidade. Até inserem na pauta do programa, mas

não conseguem desenvolver — a não ser quando chamam as mulheres do canal, essas, sim, que têm a obrigação de saber falar sobre futebol feminino.

E será? Sempre achei que o papel do jornalista esportivo era informar. Que o do comentarista esportivo era debater os temas do esporte com embasamento, informações, dados. E o papel da imprensa esportiva seria noticiar tudo o que é relevante no meio. Quando escolhi essa profissão, entendi a tamanho da responsabilidade dele: basicamente,

é o jornalismo que “decide” o que é relevante o suficiente para as pessoas ficarem sabendo.

No semana passada, a CBF fez mudanças significativas na estrutura do futebol feminino. A entidade demitiu Duda Luzelli, então coordenadora de seleções femininas, e tirou Aline Pellegrino do cargo de coordenadora de competições femininas para assumir a vaga da então colega. Ainda não se sabe quem ficará na função que Pellegrino desempenhava.

É como se a CBF tivesse demitido Jurunho Paolista na seleção masculina sem dar mais explicações. O tema não tem repercussão por dias na imprensa esportiva? No caso da notícia sobre a seleção feminina, ela pouco teve espaço/visibilidade nos grandes veículos. E, se alguém passear pelas Redações deles perguntando sobre o acontecimento, eu apostaria que 9 em cada 10 jornalistas não

saberiam nada sobre o assunto.

Vão dizer que é difícil acompanhar tudo. Que infelizmente existe um desconhecimento generalizado sobre futebol feminino. Eu diria que o desconhecimento a é um número de preocupação. É como se o assunto fosse tão irrelevante para eles que não acham necessário se informar sobre ele — deixa para as especialistas, as mulheres do caso. Um desprezo que não condiz com o que se aprende na profissão: estar bem informado é o básico. Ninguém é obrigado a saber tudo, mas, na era do Google, o “pesquisar” está a um clique de alcance. Não é tão difícil.

Isso vale também para o desconhecimento sobre o futebol africano nas transmissões da Copa Africana de Nações, saindo em clichês racistas. Ahá, falando em racismo, Folha, tu te tornas eternamente responsável por aquilo que publicas. Lembrem-se disso.

DOM: JUCA KILIAN; TOSTÃO | SEG: JUCA KILIAN, PAULO VINÍCIUS COELHO | TER: Renata Mendonça | JUCA TOSTÃO | QUI: JUCA KILIAN | SEX: PAULO VINÍCIUS COELHO, SANDRO MACEDO | SAB: MARTHA GILIO

SAÚDE MENTAL | **Silvia Hendar**
folha.com/saude/mental

Ansiedade: psiquiatra explica o que é o transtorno e como é o tratamento

Pensamentos catastróficos, medo constante e preocupação excessiva são alguns dos sintomas de ansiedade. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país com o maior número de ansiosos no mundo. São cerca de 19 milhões de brasileiros que convivem com o transtorno, ou seja, por volta de 9% da população que chega a 214 milhões de pessoas. A ansiedade também pode causar sintomas físicos, como falta de ar, tremores e tensão muscular. Para enfrentar a doença é preciso entender como ela funciona, como diferenciá-la da ansiedade normal da patológica, explica o psiquiatra Marco Abud.

Como uma pessoa pode saber se está apenas passando por um período de ansiedade, por causa dos acontecimentos diários, ou se o que

está sentindo já se caracteriza como um transtorno de ansiedade? A ansiedade considerada normal é uma reação automática desagradável que ocorre quando o corpo percebe um perigo futuro. Ela é composta por sensações físicas de agitação, alerta, inquietação e pensamentos focados em ameaças, ou seja, por preocupações. O corpo alerta e a preocupação nos deixam preparados para resolver ou fugir de problemas.

Já o transtorno de ansiedade, ou seja, a ansiedade patológica, tem o cérebro "engano-do". Ele percebe o perigo onde não existe e não reconhece nossa capacidade de enfrentamento. Nesses casos, a ansiedade torna-se um padrão, um hábito tóxico de sensações, pensamentos negativos e comportamentos de fuga que causam muito sofrimento, não permitindo que a pessoa faça suas escolhas. Além disso, faz com que ela se torne refém da ansiedade com prejuízos no trabalho, nos relacionamentos e na saúde.

Tem gente que diz que é ansiosa por natureza, que não tem um transtorno. Existe isso, uma personalidade ansiosa? Importante explicar que a ansiedade é uma reação normal e saudável para nos proteger do perigo e resolver problemas de forma eficiente. O que queremos combater é a ansiedade paralisante, presente nos transtornos de ansiedade que se mantêm em um ciclo vicioso de pensamentos negativos, sensações ruins e de comportamentos de fuga.

Um passo fundamental para isso é separar o transtorno ansioso de quem você é. Um quadro de ansiedade patológica é algo relacionado ao estado atual dos seus sintomas, não uma característica da sua personalidade.

Muitas pessoas que sofrem de ansiedade, antes mesmo de procurar ajuda de um profissional da saúde mental, recorrem a meditação, ioga, florais e chás calmantes para aliviar os sintomas. O que o senhor acha dessas práticas? Para conquistarmos uma melhora real e sustentável, o primeiro e mais importante passo é termos um plano de tratamento claro, sabendo que tipo de ansiedade existe. Quais ferramentas têm a maior chance de funcionar e em quanto tempo.

O melhor método é a prática baseada em evidência que leva em conta todas as evidências científicas, experiência do profissional e escolha do paciente. Baseado nisso, sabemos que quadros de ansiedade leves e moderados, que não estão gerando tanto impacto na vida da pessoa, devem ser abordados com métodos não medicamentosos. Exercício físico, meditação mindfulness, mudanças alimentares, ioga, alguns fitoterápicos como passiflora, valeriana, camomila e suplementos também podem ser usados nesses casos. Normalmente, deve-se ver uma melhora significativa em cerca de 4 a 8 semanas.

Não há qualquer evidência para florais. Nos casos mais intensos, crônicos e que interferem muito nas atividades diárias, é indicado o uso de medicações específicas junto com a terapia cognitivo-comportamental. Vale lembrar que essa avaliação deve ser feita por um profissional de saúde mental e que o papel do remédio é de proporcionar um alívio dos sintomas e permitir que as outras estratégias sejam implementadas.

Quando a pessoa deve procurar um profissional da saúde mental, como um psicólogo ou psiquiatra, para tratar o transtorno de ansiedade? Quais são os sinais de que a ansiedade já está prejudicando a vida dessa pessoa? A procura deve ser feita quando a ansiedade está impedindo ou atrapalhando o trabalho, a vida social e os relacionamentos, ou quan-

do ela não melhora ou piora mesmo fazendo os métodos não medicamentosos após 8 a 12 semanas. Além disso, se a pessoa não conseguir colocar em prática nenhum método de tratamento devido à intensidade dos sintomas, também é importante procurar por um especialista.

O que diferencia a síndrome do pânico do transtorno de ansiedade? A síndrome ou transtorno de pânico, que seria o nome oficial, é uma das formas como a ansiedade patológica pode se manifestar. Ela é composta por três elementos que vão sprisonando a pessoa e tirando sua capacidade de escolher: crises de pânico, que são crises de pavor intenso, surgem sem motivo óbvio, com muitos sintomas físicos ruins e sensação de morte iminente; preocupação constante em ter outras crises, com um hiperfoco nas sensações corporais; evitação ou mudança de comportamentos pelo medo de ter uma crise de pânico e não conseguir ajuda.



LUA CHEIA DE JANEIRO É MARCADA POR DIFERENTES NOMENCLATURAS E LENDAS. É conhecida como "lua do lobo" nos EUA, associada a um deus na Nova Zelândia e ao fim do ano chinês. Carl Recceira/Instagram

HASHTAG | **Matheus Moreira**
folha.com/hashtag

Quem é Casimiro, streamer brasileiro fenômeno nas redes

Casimiro Miguel, Casimiro, Casimiro ou apenas Cazé. Fenômeno nas redes sociais, foi eleito em 2021 a personalidade do ano no maior prêmio de esportes eletrônicos do país, o Esports Brasil. No ano passado, ganhou prêmios de revolução do ano no Melhores da Mídia Esportiva e o de Twitcher do Ano, Prêmio Best.

Com 28 anos, o cartista é youtuber, streamer, gamer, jornalista esportivo e apresentador — só não é ex-BBB por que ainda não entrou no reality, mas lá se o queriam entre os participantes do camarote.

O conteúdo do influencer e streamer está diluído na internet em diversos canais. No YouTube são três: Casimiro, Cortes do Casimiro e Casimiro Gols da Rodada. Juntos, os canais somam mais de 2 milhões de inscritos. Na Twitch e no Instagram, são mais de 1,4 milhão de fãs em cada uma, e mais 1,2 milhão no Twitter.

Casimiro é conhecido pelos amantes de programas esportivos desde antes do streaming. No antigo Esporte Interativo, canal da TV a cabo que hoje se chama TNT Sports, o vacineiro Cazé apresentava o programa El Games e participava do De Solá (este apenas na página do canal no YouTube).

Em 2021, dois anos após uma breve passagem pelo SBT Sports Rio, Casimiro deslançou de vez quando passou a se dedicar a lives na Twitch (plataforma de transmissão usada por gamers) comen-

tando jogos de futebol. Em entrevista ao portal Notícias da TV, revelou que deixará o SBT e que, a depender das negociações com a TNT, pode deixar a TV definitivamente. As mudanças indicam maior dedicação às lives, que rendem milhões de reais para grandes nomes do país, incluindo Casimiro.

A nova sensação da internet conta, em vídeo publicado em dezembro de 2021, que ficou rico fazendo vídeos e lives na Twitch. "Não tem para onde correr, a realidade é uma só, não vou ficar aí, não, porque não sei o quê". Não, com a live... rico", diz.

O clima descontraído das exibições e bordões engraçados de Casimiro são reproduzidos à exaustão. Foi ele quem "meteu essa" e ganhou dinheiro suficiente para pagar tudo no Pix.

Grande entusiasta do novo sistema de pagamento, Cazé popularizou outro bordão que, certamente, é conhecido pelos comerciantes: aceita pix?

Os vídeos, do YouTube e na Twitch, são como uma conversa entre amigos, com palavrões, gírias, expressões.

Sem fugir de assuntos espinhosos, o streamer deixa claro que não gosta do presidente Jair Bolsonaro e reiterou importância da dose de reforço da vacina contra Covid, que acabou sendo compartilhada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), a quem Casimiro chama de "seu político de estimação".

Ricardo Scarpa



ACERVO FOLHA | **Márcio Araújo** 18 Jan. 1972

Contrato para construção de trecho de serra da Imigrantes é assinado

Os contratos para a construção do trecho de serra da rodovia dos Imigrantes, pista ascendente, com 21 viadutos e 15 túneis, foram assinados nesta segunda-feira (17) pelo governador Laudo Natel, pelo secretário estadual dos Transportes, Paulo Maluf, e por diretores de seis empreiteiras.

Esse trabalho na Imigrantes é considerado um dos mais desafiadores já lançados à engenharia nacional.

O valor total dos contratos firmados nesta segunda-feira representa o maior volume de obras rodoviárias contratadas em São Paulo de uma vez: são R\$ 406 milhões (o que equivale atualmente a cerca de R\$ 2,9 bilhões).



3 LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br



Teoria do caos

Com 'puxadinhos' e decretos um atrás do outro, Lei Rouanet vive clima de incerteza, e há quem sustente que essa crise é planejada

Eduardo Moura

DELO HORIZONTE Pinacoteca Masp, Museu de Arte Moderna, Teatro Oficina, Grupo Corpo. Estas e mais tantas outras das mais importantes instituições culturais brasileiras não tiveram os seus planos anuais de manutenção, o que garante a cada uma delas a sua verba de funcionamento, aprovados para 2022 na Lei Rouanet.

O motivo, dizem especialistas, foi um decreto da gestão Mario Frias, que barrou da lei planos de orçamento anual que não fossem de museus públicos, patrimônio material e imaterial e ações formativas.

No apagar das luzes do ano passado, por exemplo, o vimento aparente, o contraditório — a própria Secretaria da Cultura orientou instituições a aproveitarem uma brecha na lei, conforme diversos gestores culturais disseram à reportagem, sob a condição de anonimato, com medo de sofrerem represálias.

Com o ano fiscal chegando ao fim, as instituições culturais não sabem se puxadinho, as instituições poderiam, portanto, captar recursos e manter suas atividades neste ano — ainda que num clima de incerteza e cres-

"No fim, só planos anuais não são geridos por entidade privada", projetos exclusivamente de preservação de patrimônio e ações formativas puderam apresentar planos anuais" diz a advogada especializada no setor cultural Alme Akemi Freitas.

"Compartilhas de dança, por exemplo, ficaram de fora. Praticamente todos os museus ficaram de fora, pois são raros os museus que sejam públicos, geridos pelo poder público e que possam usar o mecanismo de mecenas da lei de incentivo", afirma a advogada.

O decreto de Frias ainda exige que as instituições sejam "exclusivamente culturais", o que abrange boa parte do se-

tor, pois muitas instituições no seu cartão de CNPJ e também em suas atividades, como educação e esporte", lembra a advogada.

Mas, segundo ela, as instituições podem ser autorizadas os planos daquelas instituições que forem consideradas "relevantes para a cultura nacional" pela Secretaria Especial da Cultura do governo Bolsonaro.

"O decreto confere à Secretaria Especial da Cultura a prerrogativa de [autorizar], sob a justificativa de que não pode ser uma subjetividade, por isso é uma prerrogativa de isonomia", diz Sydney Sanches, presidente da comissão de assessoria jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, que também subscreve a ação da OABs sobre atos e omissões da gestão das políticas públicas do setor cultural e que tramita no Supremo Tribunal Federal sob a relatoria do ministro Edmarinho.

Planos anuais são um importante mecanismo, para além de espetáculos pontuais, perenes, muitas delas pilares da cultura brasileira.

"Quando você afeta os planos anuais, você dá um tiro no próprio pé. Quando você emprega muita gente", diz Sanches. "A gente está falando de circulação de pensamento, do contraditório, de debate de ideias. Você tem um instrumento de poder muito grande. E isso pode ser determinado momento isso pode ter alguma serventia. Eu posso ter a prerrogativa de dirigir o recurso para quem me interessa politicamente."

Mas por que a mesma mão que bate afaga? Nos bastidores, há quem culpe uma ação que não é apenas política. Continua na pág. C2.



Obra 'Zero Real', do artista Cildo Meireles

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

CÂMERA LIGADA

A estratégia digital do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do PT pegará carona nos próximos meses em conteúdos relacionados ao Big Brother Brasil, que estreou nesta segunda-feira (17), como parte do esforço para turbinar as campanhas do partido nas redes sociais.

PARABÉO Para a legenda, a disputa na arena virtual será crucial no enfrentamento a Jair Bolsonaro (PL). O setor de redes entou orientação nacional aos militantes e apontou as menções ao reality show da TV Globo, diretas ou indiretas, como meio para ampliar alcance e engajamento.

QUAL? O perfil de Lula no Twitter fez nesta segunda um post associado ao BBB. Assinado pela equipe, o texto perguntou se os seguidores preferiam o desenho de uma Lula ou de uma bandeira vermelha —referência aos emojis adicionados por participantes.

ESQUENTA Alusões à atração foram feitas em anos recentes, mas a tática acabou antecipada desta vez. Perfis de parlamentares e de diretores da sigla já fizeram publicações nos últimos dias.

CALMA Nas páginas do ex-presidente, a tendência é que o tema apareça com parcimônia, porque elas também são usadas para anunciar o fictício. A equipe dele não comentou.

CLIQUE "A rede social será importante para nossas candidaturas, sobretudo porque a movimentação de rua ainda é restrita com a pandemia", diz o secretário nacional de comunicação do PT, Jilmar Tatto. "Cada celular será um comitê."

EU AQUI É o vereador de São Paulo Eduardo Suplicy (PT) diz ter ficado sentido por não receber convite para o encontro da Fundação Perseu Abramo que reuniu economistas ligados ao PT, na sexta (14).

MACOQU "Expressei meu pesar por ter sido excluído da lista de 40 dos mais importantes economistas do PT", escreveu ele que é formado na área, ao ex-ministro e presidente da Perseu Abramo, Aloizio Mercadante. "Ainda mais tendo em conta que ali se debateram temas como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade."

SEMPRE Suplicy cobrou ainda debates sobre sua bandeira, a renda básica de cidadania, "universal e incondicional".

VEJA BEM Mercadante respondeu por email que o núcleo de acompanhamento de políticas públicas (Napp) de economia do PT existe há cinco anos, e que essa foi a primeira vez que Suplicy teria manifestado interesse em participar. "Você será convidado para novos eventos", afirmou.

OK A coluna Suplicy disse que a chateação já foi superada.

PICADA A tutora da primeira criança vacinada contra a Covid-19 no Brasil, o indígena Davi Kerepamiwe Xavante, 8, diz que evitou acompanhar repertórios da notícia nas redes sociais. "Sei que teve comentários negativos porque me falaram", afirma a pesquisadora Fernanda Viegas Reichardt. "Estou [atuando] na causa indígena há muitos anos. Já recebi ameaças."

Joelmir Tavares (interior), com Lúcia Mesquita, Bianka Vieira e Manoella Smith

MOLDURA



Foto: Duane Andrade, Darinagao



O artista cearense Stênio Burgos III recebeu convidados na abertura de sua exposição "Stênio Burgos — Barroco Sertanejo", na Caixa Cultural São Paulo, no sábado (15). Os convidados Michelle Uchoas e Antonio Almeida, junto com a filha Antonia FL, e o artista Antonio Petcovski foram ao vernissage

HORIZONTE Um grupo de 72 adolescentes que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa na Fundação Casa, em São Paulo, foi aprovado nos processos seletivos para as Escolas Técnicas Estaduais (Etecas) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) paulistas.

DIPLOMA As seleções se deram a partir da análise do currículo escolar de cada um. Os jovens irão ingressar em cursos técnicos como logística e mecânica e em cursos superiores como radiologia e gestão de recursos humanos.

PASSAPORTE O curta "Com os de um Livro Sagrado", dos diretores brasileiros Cassiana Per Haroutounian e Cesar Ganarian, foi selecionado para o Festival de Roterdã. Filmmado pela dupla em três viagens à Armênia, país de seus ancestrais, a produção tem como mote a mobilização popular pacífica que derrubou o ex-presidente Serzh Sargsyan em 2018.

ESTANTE A editora Todavia vai lançar neste ano o romance "O Plantador de Abóboras" vencedor do Prêmio Oceanos de 2021. O livro do escritor do Timor Leste Luis Cardoso narra uma história sobre a violência do passado colonial do país.

ALÉM-MAI Essa foi a primeira vez que um autor da Ásia apareceu entre os finalistas e vencedores do prêmio. A obra foi publicada em Portugal e ainda não tem edição no Brasil.

Teoria do caos

Continuação do pag. C1
Ação da OAB pode ter pressionado a aprovação de planos as pressas, afinal um ano sem planos anuais de instituições importantes seria algo inédito. Porém, há quem interprete essa aparente contradição como fruto de amadorismo e falta de planejamento na secretaria comandada por Frias.

Para além dos planos anuais, a pessoa de Frias nas redes, junto a uma série de outras medidas que parecem ter sido pouco pensadas, alimentam a teoria de amadorismo. Mas há ainda quem veja tudo isso como um método de gestão.

Os exemplos de falas e medidas que cheiram a amadorismo não são poucos. Quando foi à 17ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza representar o país, o ex "Malhação" revelou não saber quem foi Luca Bardi, consagrada arquiteta que ganhou o Leão de Ouro pelos projetos que ela fez no Brasil.

Além do morde-assupra dos planos anuais, pelo menos duas pessoas que atuam como pareceristas da Lei Rouanet relataram à reportagem atrasos nos pagamentos pelos serviços e frequências irregulares de demandas. No ano passado, mais de uma centena de pareceristas foram desligados de suas funções e alguns deles disseram que não receberam treinamento e não conseguiram entrar em contato com a secretaria, que, por sua vez, jamais enviou nenhum projeto sequer a essas pessoas.

Em meio a críticas de artistas de direita, como o cineasta Josias Teófilo, que dizia que o governo não estaria preparando nada para as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, Mario Frias direcionou pelo menos R\$ 3,4 milhões em verbos de seu próprio gabinete para ações em homenagem à data, como a criação de um "jogo didático" chamado "Perif da Independência".

Frias autorizou R\$ 735 mil para a produção do filme "A formação dos Príncipes", sobre a monarquia brasileira. O trailer publicado pela deputada Carla Zambelli chama atenção pela falta de sofisticação técnica e pela estética amadora.

Vale lembrar ainda o projeto Casinha Gantes, que destinou pelo menos R\$ 4,6 milhões para um plano de capacitação na área de audiovisual, produção audiovisual, inclusão digital e retirada dos jovens em situação de vulnerabilidade da rua. O governo também não deu detalhes sobre o planejamento do Lassinha Gomes.

O cenário pode ficar ainda mais assustante para boa parte do setor cultural. No início do ano, André Porciuncula, policial militar que comanda a Rouanet na gestão Frias, passou a anunciar uma série de mudanças na lei de incentivo.

O PM falou sobre o desejo de reduzir em 50% o teto da Rouanet, sem dar detalhes sobre quais critérios orientariam a suposta redução. Porciuncula também afirmou que pretende estabelecer um limite de R\$ 3.000 para os cachês artísticos, além de diminuir em 83% o teto para projetos com recursos da lei.

Tudo isso foi anunciado por meio de postagens avulsas no Twitter do subordinado de Mario Frias. Não houve eventos, debates públicos, campanhas de divulgação ou cartilhas explicativas. E tudo isso alimenta ainda mais a questão — a aura de amadorismo e o clima de gambiarra são frutos de um despreparo dos chefes da Cultura ou fazem parte de um projeto de poder?

"Despreparo para quê? Podem ser preparados para outras coisas, preparados para o projeto [de esvaziamento da cultura]", afirma Sydney Sanchez, da comissão da OAB. "Não é questão de despreparo, é questão de posição."

Diante da subida ao poder

de governantes de maizes semelhantes aos de Bolsonaro em diferentes partes do mundo, muito se fala em "engenhos do caos", termo resgatado pelo italiano Giuliano Da Empoli. Estes seriam marqueteiros e estrategistas por trás de líderes como Matteo Salvini, Donald Trump, Jair Bolsonaro e Viktor Orbán, que entendem que "o populismo é filho do caximato entre a cólera e os algoritmos".

O professor João Cezar de Castro Rocha, autor de "Guerra Cultural e Retorno do Ódio" elogia o livro de Da Empoli. "Engenheiros do Caos" mas anuncia que está preparando outro volume para refutar alguns pontos da obra do italiano. A sua tese é a de que o caos é produzido nos dias de hoje, mas não da forma como Da Empoli propõe.

"O caos acontece não como método, mas como subproduto da guerra cultural", diz. "Nas minhas pesquisas, descobri que, no auge da Guerra Fria, a expressão 'engenheiro do caos' era usada de maneira abundante. Foi fundamental no Brasil para o golpe militar. Na época, era usado por think-tanks de direita para se referir a comunistas."

Ele afirma que na época teria mais sentido usar essa expressão, porque de fato havia um partido comunista, o da União Soviética, que coordenava as ações do movimento comunista internacional, com exceção dos países alinhados à China.

"Quando você fala engenheiro do caos, a metáfora implica que existe uma planta, uma mente, uma centralização que faz as ações que produzem caos", diz Castro Rocha. "Hoje o caos é produzido porque ninguém mais tem controle sobre as ações de estímulo produzidas. Não é que exista uma mente que esteja orquestrando o caos."

"A guerra cultural da extrema direita é um fenômeno transnacional e é o maior êxito do século 21, porque a guerra cultural levou a extrema direita ao poder através do voto", diz. A estratégia tem como base fake news, teorias conspiratórias e narrativas polarizadoras que mantêm as suas bases mobilizadas e em excitação permanente, afirma o professor.

Só que há aí um paradoxo fundamental. A guerra cultural é muito forte para chegar ao poder, mas impossibilita que haja um mínimo de estabilidade para que se produzam propostas de governo, afirma o professor.

"Mario Frias e André Porciuncula não têm nem sequer capacidade de elaborar um plano para produzir caos, por isso eles só podem insistir numa tola guerra cultural", completa o professor.

Já segundo Fábio Palácio, pesquisador em comunicação e professor da Universidade Federal do Maranhão, o clima de gambiarra e, sim, um método. "Se fosse só numa área, a gente poderia dizer que é casual, questão de incompetência", afirma. "É um modus operandi que não está restrito à cultura."

Palácio justifica sua percepção com a crise na área da educação, que viu uma banda de mais de uma centena de pesquisadores na Capes. Vale lembrar também o fato de não ter havido Censo, que deveria ter acontecido em 2020, mas até hoje não ocorreu.

"A comunidade artística sempre buscou mudanças na Lei Rouanet", diz Palácio. "Eles [governo Bolsonaro] estão pegando uma bandeirista e casando isso com a mudança no perfil dos pareceristas, e paralisa a Cnic". Palácio, lembrando a comissão responsável pela aprovação de projetos na Lei de Incentivo, hoje suspensa.

Mas no fundo, acrescenta o professor, o que eles querem são mudanças relacionadas à linha estética deles.

Entrada a critério na Lei Rouanet

O que são os planos anuais?

Aprovados no período anterior às planas anuais garantem a verba de funcionamento de instituições culturais e seus projetos. Esse montante ajuda a preservar instituições perenes, garantindo empregos e a manutenção desses projetos para além da realização de atividades pontuais.

Que tipo de instituição depende dessa mecânica? Quais são as principais?

São organizações de diversos tipos, seja de artes plásticas (como a Pinacoteca, o Masp), teatros e companhias de dança (Teatro Oficina Grupo Corpo), instituições de educação e esporte (Museu do Futebol) mas o recurso também se estende a museus públicos, preservação de patrimônio, ações formativas etc.

Qual a ordem dos valores captados por essas instituições?

A lei pode contemplar desde projetos menores, como a Feira Preta, que recebeu R\$ 1 milhão em 2020, até projetos grandes, como o da Bieral de São Paulo (R\$ 33 milhões em 2021) e do musical "O Fantasma da Ópera, no Teatro Renault (R\$ 11 milhões em 2018).

O que é a Cnic e desde quando está desativada?

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura é formada por representantes da sociedade civil e avalia projetos para a obtenção de incentivo fiscal. Ela está inativa desde abril de 2021.

Qual o impacto disso na Lei Rouanet?

Sem a Cnic, todas as decisões da Rouanet ficam concentradas nas mãos de André Porciuncula, o ex-PM e atual secretário de fomento do governo.

Quais mudanças na lei estão sendo propostas pela gestão Mario Frias?

A partir de um decreto, foram barrados planos de orçamento anual que não fossem de museus públicos, patrimônio material e imaterial e ações formativas. Ele abre, porém, uma exceção que dá poderes à Secretaria Especial da Cultura para autorizar os planos de instituições consideradas "relevantes para a cultura nacional". Ainda há ideias de reduzir o teto da Rouanet em 50%, definir um limite de R\$ 3.000 para os cachês artísticos, além de diminuir em 83% o teto para gastos com publicidade.

Qual o impacto disso?

O governo escolhe quem pode ser beneficiado e quem não pode. Essa exceção fere o compromisso do poder público de apresentar isonomia, isto é, aplicar as mesmas leis para todos. Com isso, várias instituições consideradas relevantes no cenário cultural perderam o apoio com a descualificação de não se encaixarem nas categorias propostas. A exemplo, companhias de dança e praticamente todos os museus, visto que a gran de maioria deles não é gerido pelo poder público, não podendo usar o mecanismo de mecanismo da lei de incentivo.

Especial de ‘Harry Potter’ esconde J.K. Rowling

Mesmo com pouco material inédito, reencontro de atores e diretores que marca 20 anos da franquia comove quem é fã

STREAMING
Harry Potter: De Volta a Hogwarts
★★★★★
Reino Unido/EUA, 2021. Dir. Eran Creevy, Joe Pearlman e Giorgi Testi. 10 anos. Disponível na HBO Max

—
Leonardo Sanchez

Quando foi anunciado “Harry Potter: De Volta a Hogwarts” gerou comoção nas redes sociais. Falamos, então, não apenas da reunião do elenco de uma das maiores franquias da cultura popular, mas do reencontro de gente que passou infância, adolescência e o início da vida adulta diante dos olhos curiosos do mundo. Personagens e atores acabaram crescendo ao mesmo tempo em que seu público-alvo também cresceu. Para muitos fãs, é como se nós, os espectadores, também recebêssemos um convite para reencontrar velhos amigos para pôr a conversa em dia após 20 anos do primeiro fil-

me da saga, “Harry Potter e a Pedra Filosofal”. É justamente aí que está o brilho do especial que chega neste início de ano à HBO Max. Ele faz de tudo para envolver o público, fazer de e parte da celebração. Com quase duas horas de duração, “Harry Potter: De Volta a Hogwarts” foi gravado no que hoje é o Warner Bros. Studio Tour London, que servia de estúdio para os oito filmes da franquinha mágica como o local atrai turistas que querem ver figurinos, objetos de cena e cenários usados nas filmagens, temos a chance de ver mais uma vez o elenco nos ambientes intocados da saga. “De Volta a Hogwarts” abre justamente com rostinhos famosos, mas um pouco mais velhos, no salão principal da escola de magia frequentada por Harry Potter e sua turma. Enquanto uma dança um tanto cafonha e com jeito natali-

co se desenrola, Daniel Radcliffe, Emma Watson e Rupert Grint — os intérpretes de Potter, Hermione Granger e Ron Weasley — redescobrem o lugar e se abraçam, saudosos. Também aparecerem no especial outras ex-crianças: Tom Felton, Alfred Enoch, Evanna Lynch, Bonnie Wright, Matthew Lewis e os gêmeos James e Oliver Phelps. Entre os que assumiram papéis de professores, pais e vilões, estão Helena Bonham Carter, Ralph Fiennes, Gary Oldman, Robbie Coltrane e Mark Williams. E também estão presentes todos os diretores que comandaram filmes da série: Chris Columbus, Alfonso Cuarón, Mike Newell e David Yates. Em meio a tanta gente, uma ausência parece quase escandalosa. É a da criadora do universo mágico, J.K. Rowling. Até porque o especial abre com uma longa introdução sobre o legado literário de “Harry Potter”, Rowling, na verdade, até se faz presente — com trechos de uma entrevista de 2019 feita para o tour pelo estúdio londrino onde a franquia

foi gravada. Sua equipe achou que seria suficiente, após um convite ser enviado a ela. Mas é mais provável que a Warner tenha escolhido blundar a autora ou, ao menos, tenha preferido destacar “De Volta a Hogwarts” de polêmicas. Rowling afinal tem sido alvo de críticas e de tentativas de cancelamento desde que embarcou numa cruzada contra os direitos da população trans, defendendo a bandeira de uma vertente lemnista que ataca covardemente mulheres transsexuais. Teria sido melhor nem incluir as falas pré-gravadas de Rowling, porque sua participação anacrônica e superficial beira o ridículo. Em paralelo a isso, são poucos os esforços do especial para limpar sua ficha, não poupando elogios a seu brilhantismo literário, à figura materna que foi para o trio protagonista e à sua relação próxima com os fãs dos livros. Mas Rowling e só um de

talhe num especial que tem como principal objetivo pôr seus astros frente a frente de novo, para lembrarem seus anos no set de filmagem. É um reencontro que nos permite entender o verdadeiro fenômeno que foi e ainda é “Harry Potter” o porque de tranquilizar-se com o fato de ter sido um divisor de águas no mundo cinematográfico. É também um ótimo “fan service” como é chamada a prática de incorporar anseios do público de um determinado universo ficcional na trama para satisfazer esse público — embora, falando especificamente dos fãs de “Harry Potter” o especial não traga muita novidade. Não há muitas informações ou imagens de arquivo surpreendentes para quem acompanha com afinho este universo mágico, supersaturado após tantos livros, vídeos e todo tipo de conteúdo extra sendo lançado ano após ano. Não deixa de ser a movente, no entanto, vero elenco todo junto de novo — e todo re-

visitar as imagens de arquivo de Radcliffe, Watson e Grint quando ainda davam seus primeiros passos na franquia. O ponto alto, porém, é Helena Bonham Carter, intérprete de Belatriz Lestrange e a única que parece estar ali para realmente se divertir, sem ligar para formalidades ou câmeras. “Harry Potter: De Volta a Hogwarts” foi lançado como um presente de fim de ano para os fãs da saga do braxinho, muito bem produzido, e que ainda presta uma bonita homenagem aos membros do elenco que morreram, como Helen McCrory, em abril, ou Alan Rickman, há seis anos. Só é uma pena que se prenda tanto ao passado, sem apontar muito para o futuro daqueles personagens e daquele universo. Faltamos, afinal, de uma franquia bilionária, mas que hoje está envolta em polêmicas e certo ceticismo em relação ao seu potencial. Essa parte da história, pelo jeito, teremos que esperar para ver



Rupert Grint, Emma Watson e Daniel Radcliffe se reencontram em cena do especial ‘Harry Potter: De Volta a Hogwarts’ (narrativa)

Final inusitado da série ‘After Life’ traz o melhor de Ricky Gervais

STREAMING
After Life
★★★★★
Reino Unido, 2022. Criador: Ricky Gervais. Com: Ricky Gervais, Tom Basden, Diane Morgan. 16 anos. Disponível na Netflix

—
Teté Rabelho

Ricky Gervais não é uma unanimidade. Longe disso. O estufo confrontador e aparentemente sem capacidade de sentir remorso de seus personagens — e de seu humor, em geral, que pôde servir às vezes em que apresentou o Clodo de Ouro, assim como nos seus vários especiais de stand-up e podcasts — já provocou muita controvérsia, já fez muita gente tentar seu cancelamento, sem sucesso, e já ofendeu uma boa parte do público. Para os ofendidos, Gervais tem uma resposta-praxe. “A ofensa é o dano colateral da liberdade de expressão”. Portanto, se você ainda não tiver familiaridade com o trabalho

desse comediante britânico de 60 anos e ficar curioso por causa desta resenha, fica o alerta. Em “After Life” série que estreou no começo de 2019 na Netflix com seis episódios de meia hora cada um, teve uma segunda temporada em abril de 2020 e agora chega ao final, com uma nova leva de seis episódios, Gervais é Tony, um jornalista de uma cidade pequena da Inglaterra que perdeu a mulher, Lisa, seu grande amor, por causa de um câncer. O luto o domina, ele cai em depressão, tenta se matar (mas não tem coragem porque deixaria o pastor alemão que tinha com a mulher sem ninguém, e então adota uma atitude autodestrutiva e escrachada, sem a menor censura. Ele faz o que quer, fala o que vem à cabeça, bebe demais, não mede consequências. Na primeira temporada, justificava esse modo de agir quando é confrontado pelo chefe, o editor do jornal, irmão de Lisa. “Não

ligar para nada é o meu superpoder. Se alguma coisa der muito errada, eu sempre posso me suicidar.” Nessa nova temporada, Tony está lidando com mais uma perda: a do pai que já morava em uma casa de repouso desde o início da série e não se lembrava mais de nada, mas que o filho o visitava frequentemente. Lá, conhece e fica amigo de uma enfermeira, Emma, personagem de Ashley Jensen, de “Extras” e “Ugly Betty”, com quem tem uma relação platônica — ela está sempre disposta a dar uma chance a um romance com Tony, o que ele parece nem perceber, muito menos cogitar. Outra personagem fixa e interessante é a viúva Anne, papel de Penelope Wilton, de “The Crown” e “O Exótico Hotel Marigold”, com quem Tony se encontra quase todos os dias em um banco no cemitério onde tanto Lisa quanto o marido de Anne estão enter-

rados. Com ela, que também vive um luto, ele consegue ter algumas das conversas mais interessantes da série — sem toda a ruína que sente do resto do mundo, mas sem desperdiçar nenhuma chance de fazer nada disso nunca, em nenhuma situação, por mais de prumente que seja). Aliás, descrevendo assim, pode parecer que “After Life” é só uma série de drama, não uma “dramédia”. Não é. Tem cenas, diálogos e personagens muito engraçados. A ruína toda do protagonista é uma das grandes fontes de bons momentos cômicos. Num dos episódios dessa nova temporada — por exemplo, ele está em um café com o fotógrafo que o acompanha nas reportagens quando se irrita com um pai hipster falando altíssimo com seu bebê da maneira enjoada que alguns adultos usam para se dirigir às crianças de colo, como se tudo que eles fizessem fosse gracioso.

O tal pai, com uma voz bem de bobalhão, diz coisas como “você vai tornar todo o seu leste, dar um grande arrote e fazer um cocozão na fralda para o papai?”. Tony discute com o sujeito, que se recusa a mudar o comportamento. Então, para se vingar, passa a falar com o colega com o mesmo tom de voz, o mesmo volume e mesmos assuntos para constrangimento geral. Em outro momento, ele vai a um bar medieval de outra cidade onde o pai pediu que suas cinzas fossem espalhadas e faz exatamente isso quando o dono aparece e o expulsa do lugar “com essa sua su-eira”. Tony atira o resto das cinzas no rosto do sujeito que grita enoado, “entrou um pouco na minha boca!” Tony completa “espero que tenha sido o pau”. O elenco secundário também é excelente, um bando de gente que não se parece com as pessoas que aparecem na TV e tem problemas

bem mundanos. Mas o fundamental para definir se esse é um programa para você é entender que tipo de protagonista despertou seu interesse. Se procura um herói, Tony não é para você. Não é um anti-herói; também, desses poderosos e malvados que surgiram na tal “era de ouro” das séries de TV: Tony Soprano, Walter White, Don Draper. Nada disso. Tony Johnson, o Tony de “After Life” é um pouco preconcetuosos, muitas vezes cruel e algo arrogante. No entanto, há conclusão da série, sem fazer o estilo discursivo de autoajuda nem mudar sua essência, Tony tem uma revelação genuína. Que a vida é curta e frágil, e que vale o esforço para que seja no mínimo agradável. A cena final, inspirada e inesquecível, parece propor que, apesar do caos que é a nossa existência e da inutilidade da batalha diária contra o envelhecimento e a morte, devemos investir na possibilidade de ter um outro momento de felicidade — por mais fugaz que seja.

ilustrada



Jovem posa em viaduto paulistano para a série ‘Viagem pelo Fantástico’ Fotos: Boris Kossoy / Ilustração

‘Viagem pelo Fantástico’, livro de fotos inovador de Boris Kossoy, é reeditado

Fotógrafo criou, 50 anos atrás, universo surreal com imagens em preto e branco de alto contraste

João Perassolo

SÃO PAULO Numa certa manhã alguns meses antes da pandemia, Boris Kossoy avistou entre arbustos uma figura vestindo um manto preto e uma máscara em formato de bico de pássaro, do tipo usado pelos médicos europeus durante a peste negra na tentativa de se proteger da doença. A neblina da região costeira de Florianópolis dava à cena, registrada por ele numa imagem, certo ar de mistério. “Os médicos punham aquilo para não chegar muito perto do paciente, mas todos foram infectados pela peste, como hoje todo mundo está sendo infectado por essa coisa”, afirma o fotógrafo, se referindo tanto à pandemia que matou um terço da população da Europa durante a Idade Média quanto à atual, de coronavírus. “Ele [a figura de manto preto] era um médico.” A imagem é uma adição recente a “Viagem pelo Fantástico” coleção de fotos que Kossoy, um dos principais fotógrafos e teóricos desse arte no país, professor da Universidade de São Paulo, vem fazendo desde o final da década de 1960. Ele lembra a cena durante uma conversa sobre o livro de mesmo nome, que ganha agora uma edição comemorativa de 50 anos, reproduzida igual à versão original, publicada pela primeira vez em 1971 e esgotada há décadas. Esta é a primeira reedição da obra. Inovador na forma e no conteúdo à época de seu lançamento, o fotolivro “Viagem pelo Fantástico” traduz em fotografias em preto e branco o universo do realismo fantástico latino-americano de Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares e das histórias de mistério de Sherlock Holmes e Agatha Christie. A obra é organizada em dez séries de imagens, que o autor

chama de “contos fotográficos”, e as fotos não têm legenda — há só um título no início de cada capítulo. Criar uma narrativa a partir do que se vê é trabalho do espectador. No livro, vemos fotos encenadas de uma noiva solitária numa estação de trem, uma figura fantasmagórica branca saindo de dentro do mar, um casal dançando no salão vazio do aeroporto de Congonhas e um arlequim à beira de uma estrada de chão onde não passam carros. O clima é de estranheza e perturbação, dado que Kossoy insere elementos inesperados em ambientes corriqueiros. Hoje com 80 anos, o artista é conhecido por “imaginar esse mundo misterioso, esse mundo que acontece independentemente da nossa vontade, as coisas que a gente não percebe”, afirma. Na criação de seu universo particular ele usa um preto e branco de alto contraste, deixa algumas imagens granuladas e, com os quâdrucos empregados em laboratório para revelar e ampliar fotos, resalta determinados elementos nas cenas. Kossoy credits à sua criação num sítio em Guarulhos, na década de 1940, parte de seu interesse pelo universo do fantástico. Mais tarde, já pré-adolescente, ficou fascinado por uma reportagem na revista O Cruzeiro sobre um ôni visto na cidade do Rio de Janeiro — ele chegou a tentar reproduzir o disco voador, empilhando fichas de um jogo de botão, que em seguida usou numa de suas primeiras fotos. Sua apreensão da possibilidade de criar narrativas com imagens veio das revistas em quadrinhos e do cinema. Todo isso “muito antes do ‘Estranho Mundo de Zé do Caçador’” brinca ele. Mesmo tendo três fotografias suas incorporadas ao acervo do Museu de Arte Moder-



Imagem da série ‘Outros Tempos’ um dos contos do livro

na de Nova York pouco antes de lançar “Viagem pelo Fantástico”. Kossoy conta que seu trabalho era um tanto incompreendido por aqui. “O pessoal que menos entendia eram os fotógrafos. Eu recebia perguntas tipo ‘por que que você faz essas coisas?’, como se aquilo fosse um pecado.” “Porque eu estava desafiando um monte de dogmas. A fotografia [na época] era fotoperiodismo, fotografia publicitária ou a fotografia de arte trabalhada nos fotoclubes” ele relata, acrescentando que ter obras na coleção do museu americano, um dos principais do mundo, deu a ele confiança para seguir com o trabalho autoral. Kossoy chegou ao MASP por intermédio de Pietro Maria Bandi, então diretor do Museu de Arte de São Paulo, o Masp, que assinou o prelo da obra “Viagem pelo Fantástico”. Embora o fotolivro não tenha sido feito com uma agenda pública em mente, Kossoy afirma que o golpe militar de 1964 aparece na obra de alguma maneira, pois suas fotografias refletiram o momento, “o ambiente sombrio da ditadura”, com os traumas e dúvidas existenciais que a época provocava. Sem ser muito específico, ele sustenta que o político está nas sutilezas do livro, como nas imagens de manequins e na fotografia de um má sro regendo túmulos num cemitério, um de seus registros mais conhecidos. Nenhuma de suas fotos foi censurada durante a ditadura, ele relata, num momento em que outros trabalhos de menor intensidade eram proibidos de circular. “Tem mais uma coisa importante — tem certas imagens que ultrapassam os tempos. A minha imagem do maestro é atemporal, e ela pode ser em qualquer lugar, pode ocorrer na Finlândia, em Havana” ele diz, acrescentando que o espectador lê o que quer nas imagens e as interpreta de acordo com o seu próprio repertório. “O fotolivro não parou só no político porque eu achei que ia passar, né?” ele afirma. “Mas não passou, chegou até hoje e está cada vez pior.”

Viagem pelo Fantástico
Autor: Boris Kossoy. Ed. IpaS/PUB
R\$ 150 (96 pags.). Vem com panfado de um volume e com textos críticos sobre a obra e carta do autor.

Jamaica Kincaid impressiona em romance sobre família em crise

Escritora demonstra técnica e estilo quase labiríntico para contar história de casal fragmentado pelo racismo

EVROS
Agora Veja Então
★★★★★
Autora: Jamaica Kincaid Trad. Cecília Floresta Ed. Alfaguara R\$ 69,90 (144 pages); R\$ 19,90 (ebook)

Camila van Holdefer

O casamento dos Sweet, que nunca foi um exemplo de harmonia, chegou ao fim. Depois de anos nutrindo raiva implacável pela senhora Sweet — cuja origem, gostos e hábitos ele despreza e a quem evita a tudo custo —, o senhor Sweet se apaixona por uma mulher mais jovem. O livro inteiro é uma tentativa coletiva, uma vez que envolve todos os quatro membros da família Sweet, de dar sentido ao que se passa e ao que se passou. Graças ao estilo único de Jamaica Kincaid, escritora nascida em Antígua e Barbuda e radicada nos Estados Unidos, o que parece um enredo batido resulta em um romance extremamente singular. O título, “Agora Veja Então” já entrega a natureza intrincada de uma narrativa que dispensa a cronologia: a fim de se aproximar, tanto quanto a palavra escrita permite, da simultaneidade. O agora, um presente dilatado no qual o casamento do senhor e da senhora Sweet cai aos pedaços, se mistura a um então que pode remontar a qualquer tempo, inclusive à era Mesozoica.

A voz dominante é a da senhora Sweet: mulher que, no agora, tem 53 anos e gosta de escrever sentada à sua mesa. Nem sempre é possível separar as projeções da senhora Sweet das reflexões ou falas literárias dos demais personagens. Não é raro que elas se interseccionem, de modo que uma sentença iniciada por um pode ser concluída por outro. Kincaid muda depressa e sem qualquer aviso de um ponto de vista para o seguinte, da terceira para a primeira pessoa, do agora para o então. Muita coisa — como situar um acontecimento no tempo, ou em algum ponto intermediário entre a realidade e a fantasia — fica a cargo do leitor. Isso porque não há divisão entre o real e o fantástico. Lançando mão de toda sorte de exagero e distorção e buscando inspiração no mitológico, a narrativa se aproxima várias vezes do grotesco e do cómico. Os filhos dos Sweet se chamam Hércules e Perséfone, escolha que espelha suas construções — as tarefas domésticas do pequeno Hércules vão de lavar e guardar a louça a matar o leão de Neméia. Não há paranoia, delírio ou desespero nesse apelo à imaginação, mas uma forma singular de enxergar e dar sentido aos acontecimentos. Em passagens que apostam na repetição como principal recurso, o senhor Sweet se



A escritora Jamaica Kincaid em retrato de 2013. Ana Speranza/The New York Times

referir à mulher como “besteira”, “incivilizada”, “horrorosa”, “pavorosa”, “aquela puta estúpida que chegou num navio bananeiro” — uma alusão ao fato de que ela migrou para os Estados Unidos vinda de uma das ilhas do Caribe. Na medida em que não há tentativa de encobrir sua presença, o racismo nem sequer pode ser considerado mal disfarçado. Ele é palpável no alheamento e no desconforto que a senhora Sweet experimenta ao lado do homem, ele sim pavoroso, com quem ela imaginou que seria feliz. Indissociável do racismo, o desprezo do senhor Sweet é feroz e imutável. O melhor exemplo talvez resida na música, para a qual o senhor Sweet parece viver. Orgulhoso das próprias composições dodecafônicas, todas concebidas no conforto para o qual se retira a fim de fugir da senhora Sweet, o arrogante senhor Sweet despreza o calypso caribenhista. Presumimos que seja a senhora Sweet que alude à “música complicada de notas que o senhor Sweet chamava de música”. É interessante notar como Kincaid dá conta da fragmentação de uma família — dos casquilhos de uma vida conjugal, dos ecos perdidos e soltos do passado, das diferentes identidades e percepções de seus membros — unindo tudo, com o auxílio das ferramentas da imaginação, em um todo indistinguível composto de parágrafos imensos e frases que muitas vezes são labirínticas. Toda a elaboração do romance exige um domínio técnico impressionante. Em uma entrevista, Kincaid disse que muitas pessoas que leem “Agora Veja Então” não entendem que “tudo é construído com muito cuidado”. Ela tem razão — e por aí se vê que o livro, publicado originalmente em 2013, não estava ser bem recebido. É fácil se perder naquela complexidade, na barafunda de detalhes, na ausência de halos claros. É um livro que exige esforço e fôlego. É, no entanto, um esforço que vale a pena. É um fôlego bem empregado.

‘A Casa Amarela’, de Sarah Broom, entrega mais do que promete

EVROS
A Casa Amarela
★★★★★
Autora: Sarah M. Broom Trad. Fernanda Jardim Ed. Somos Livros R\$ 69,90 (198 pages); R\$ 48,90 (ebook)

João Batista Natali

Jornalista, mestre e doutor em semiótica pela Escola de Artes, Ciências e Exatas da Universidade de Paris-Nanterre. Quando o livro de um estreante consegue a unanimidade de crítica, ou ele reúne grandes méritos ou, então, entrou na corrente dos temas e enfoques consagrados pela moda. Mas em se tratando de Sarah Broom, americana de Nova Orleans, ela não precisa cuidar de sua boa reputação literária. “A Casa Amarela”, seu primeiro livro publicado em 2019, é bem mais que um novo caso no subgênero de história familiar. São 385 páginas de uma narrativa riquíssima e precisa, que desce borbulhante pela garganta do leitor. De certo modo, Broom que levou o National Book Award por obra de não ficção — entrega bem mais que o prometido, até por seus editores. Ela não é apenas a criação de uma família negra da baixa classe média do sul dos Estados Unidos, cuja casa está entre as quase 2.000 destruídas pela furacão Katrina em 2005. Senão o desdobramento meramente jornalístico de uma tragédia que deixou 1.836 mortos nos estados americanos de Louisiana e Mississippi. A exemplo do que aconteceu com o furacão Betsy em 1965, os mortos, em sua maioria, tinham cor e classe social.

Regiões mais pobres, abaixo do nível do mar, pagaram o preço da maior devastação, sobretudo porque autoridades dinamitavam os diques para, ao que tudo indica, as águas não afetarem de maneira tão desastrosa os bairros mais abastados. Com o Katrina, foi um deus nos adegas. A água subiu rapidamente e afogou idosos em asilos e condenados em suas celas de penitenciária. Quanto maiores as famílias, maior era a dispersão e mais demorado o reencontro com os pais e irmãos. Sarah Broom perdeu a avó materna, semanas após a tragédia. A velha mulher chegou a ser transportada para o estado do Texas, mas morreu em seguida de fraqueza. A escritora estava na época morando em Nova York, em companhia de uma das irmãs. Ela tomou um avião rumo a Nova Orleans e chegou a tempo de visitar a antiga residência da família, a casa amarela que dá nome ao livro, destruída em dois enormes blocos e que se tornara a sepultura para cadáveres e fotografias que poderiam um dia reconstituir o histórico da vida em comum. O que sobrou foi demolido pela prefeitura da cidade e o livro descreve um dos irmãos de Broom, que ocupa sentimentalmente o espaço vazio com a dor da saudade. Mas tudo isso é, paradoxalmente, bem menor na hierarquia de assuntos recolhidos por Sarah Monique Broom. O grande furacão merece oito dos 31 capítulos que formam o seu romance. Ela entrega, por exemplo,



A escritora Sarah Broom, de A Casa Amarela, em foto de 2019. William W. Wilson/The New York Times

uma etnografia deliciosa de sua própria infância. Se ela se adivinha ao chão do supermercado para que comprassem determinado produto para ela, “esse comportamento público fazia de mim a candidata ideal para surras regularmente programadas, entregues pela chubata nas minhas macias de mamãe”. Há muito também a contar sobre a segregação racial. Há o caso vergonhoso dos professores que se rebelaram quando os negros puderam frequentar escolas até então reservadas para os brancos. Um dos irmãos de Broom, brilhante em matemática, passou a receber nota zero em troca da entrega de exercícios imperáveis. Injustiçado, ele parou de estudar. Mas tais episódios não são relatados com a merecida indignação, de modo a abastecer o arsenal de revolta contra o velho racismo dominante. A sociedade que Broom descreve é, ao contrário, aquela em que até as relações inter-raciais caminham a procura de algum equilíbrio. O pai dela foi zelador de um laboratório da Nasa que produziu o primeiro estágio dos foguetes Saturno, aqueles usados pelo programa Apollo. Ele era um subalterno, diante dos técnicos e dos demais cientistas brancos. Nem por isso, na família Broom, deixava de prevalecer a boa alimentação, a variedade ao se vestir e o culto a pequenos valores estéticos: nos móveis, nas cortinas, nos cartões — que negros e brancos aprenderam mais ou menos a compartilhar dentro da mesma cultura americana.

ilustrada

O príncipe cancelado

Ninguém em sã consciência seria capaz de correr atrás desses caras

Manuela Cantuária

Reporteira e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Passsei a infância consumindo contos de fadas, assim como meio da Turma da Mônica, bulas Soft e Cheetos Tubo. Não é difícil apontar qual deles foi mais prejudicial à minha saúde. Quem acompanha essa coluna conhece minha obsessão por narrativas de princesas, atachadas gela-uhaba da pequena Manuela junto com Biotônico Fontoura. Mas, hoje, não quero falar

dos protagonistas de sagas fantásticas em busca de um marido. E sim de um detalhe fundamental: o príncipe. O objeto de desejo de nossas herainhas. Eles podem até ficar em segundo plano na pôster, mas toda a narrativa gira em torno deles, que se apresentam como a única possibilidade de um final feliz para as nossas mocinhas. Quanto mais o tempo passa,

mais improváveis se tornam essas histórias. Não só por causa dos feitiços e dos animais falantes. Mas porque, hoje em dia, ninguém em sã consciência seria capaz de correr atrás desses caras. Começando por uma das reações ubérrimas mais romantizadas de todos os tempos, "A Bela e a Fera". O príncipe Adam já começa a história maltratando uma idosa em situação

de rua. Preconceito. Etnarismo. Ódio de classe. E ainda estamos no prólogo. Toda o mundo sabe a que acuniete depois. Ele é transformado em uma fera e mantém uma menor de idade em cárcere privado. Se a história se passasse em 2022, terminaria com esse homem atrás das grades. Príncipe Philip também seria fichado na delegacia da mulher. Um boy lixo capaz de

beijar a jovem Aurora desconsentida, sem o consentimento dela. E ainda matou o druida que guardava o seu castelo. Corre aqui, Luisa Mell. Aladdin, o famoso 173, ganharia um exposto no Twitter em dois minutos. Segue o fio, um goipista, estelionatário, que praticava farsidade ideológica para seduzir jovens ricas. Eric, o menino dos olhos de Ariel, a Pequena Sereia, sem Juvildas renderia uma reportagem no Datena por matar a tia de sua amada. Isso sem falar do colono John Smith e seu relacionamento com a nativa Pocahontas. Smith ensinou a princesa indígena uma série de costumes dos homens brancos, dando um show macabro de colonialismo e mansplaining. E foram canceladas para sempre



DOM: Ricardo Araújo Pereira | SEG: Sílvia Braune | TER: Manuela Cantuária | QUA: Gregorio Durviller | QUL: Flávia Boggio | SEX: Renato Terra | SAB: José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Góes

tonygoes@uol.com.br

Personagem do filme 'Esquadrão Suicida' estrela a sua própria série

Pacificador
HBO Max, 16 anos
Dosando humor e violência, o Pacificador é capaz de matar qualquer um "para manter a paz". O anti-herói encarnado por John Cena em "O Esquadrão Suicida" agora estrela a sua própria série no streaming. Os oito episódios foram escritos por James Gunn, o diretor do filme, que também dirigiu cinco deles. Um novo episódio toda quinta-três já estão disponíveis.

Ray Donovan: The Movie
Paramount+, 16 anos
Depois de sete temporadas, a série "Ray Donovan" terminou em 2020, deixando muitas perguntas no ar. Os fãs reclamaram, e este filme mostra Ray, papel de Liev Schreiber, procurando por seu pai, Mickey, vivido por Jon Voight.

O Outro Lado da Memória
Canal 8, a partir de 18h, 12 anos
Em 1996, o cineasta André Luiz Oliveira iniciou a pré-produção de "Viva o Povo Brasileiro", uma adaptação do clássico livro de João Ubaldo Ribeiro, mas o processo foi interrompido em 2005. Este documentário revela os bastidores do filme inacabado.

Paratudo/Paratodos
Instagram @sambaarte, contemporânea, 18h
Para encerrar sua mostra em cartaz na galeria Samba Arte Contemporânea, no Rio de Janeiro, o artista Reynaldo Candia conversa ao vivo com a psicanalista Bianca Dias e o pesquisador João Santos.

Especial Verão
Animal Planet, a partir de 20h45, 16 anos
Nas duas últimas terças-feiras do mês, o canal exibe episódios de "Piscinas Incríveis" e "Piscinas Espectaculares" além da nova temporada de "Um Show de Piscina" que estreia às 22h15.

Amar à Queima-Roupa
Fashion TV, 21h30, livre
A cada episódio deste novo programa, a consultora de moda Cintia Araujo ajuda um casal que possui estilos conflitantes a se vestir para um evento fora da rotina.

King Kong em Assunção
Canal Brasil, 23h25, 16 anos
Vencedor de quatro Kikitos no Festival de Gramado de 2020, o filme de Camilo Cavalcante conta a história de um matorral de aluguel que viaja ao Paraguai para conhecer sua filha.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Daiquiri Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



A Vida Como Ela Yeah Adão Icarusgarai



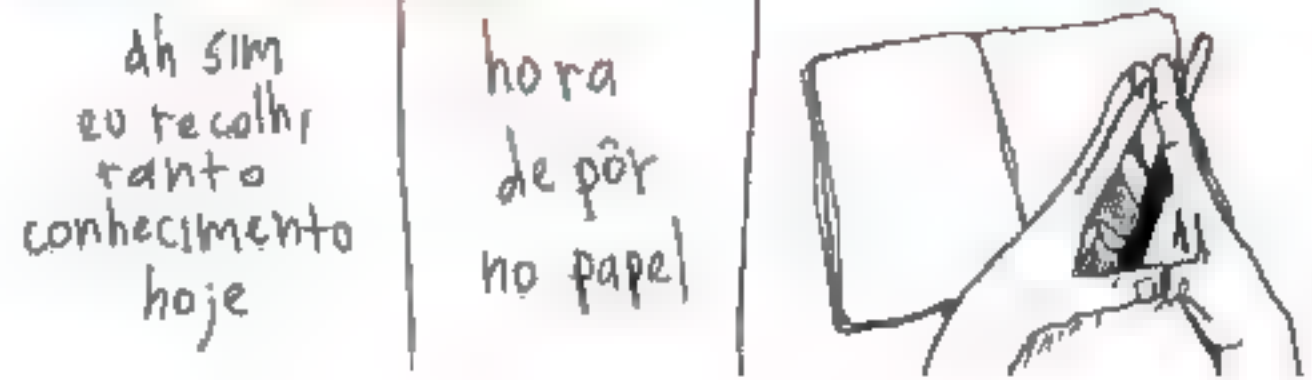
Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



SUDOKU

Texto: art.br/tpg

MÉDIO

9			7	5	2			
3	6							
	7							8
2	1			4				9
		9		3		7		
6			9				5	3
4							9	
							1	4
		1	4	9				7

O Sudoku é um jogo de desafio lógico com regras simples e é considerado pelos EUA o jogo do século. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado mágico 9x9 com os números de 1 a 9. Os números não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid.

CRUZADAS

CRUZADAS

HORIZONTAIS

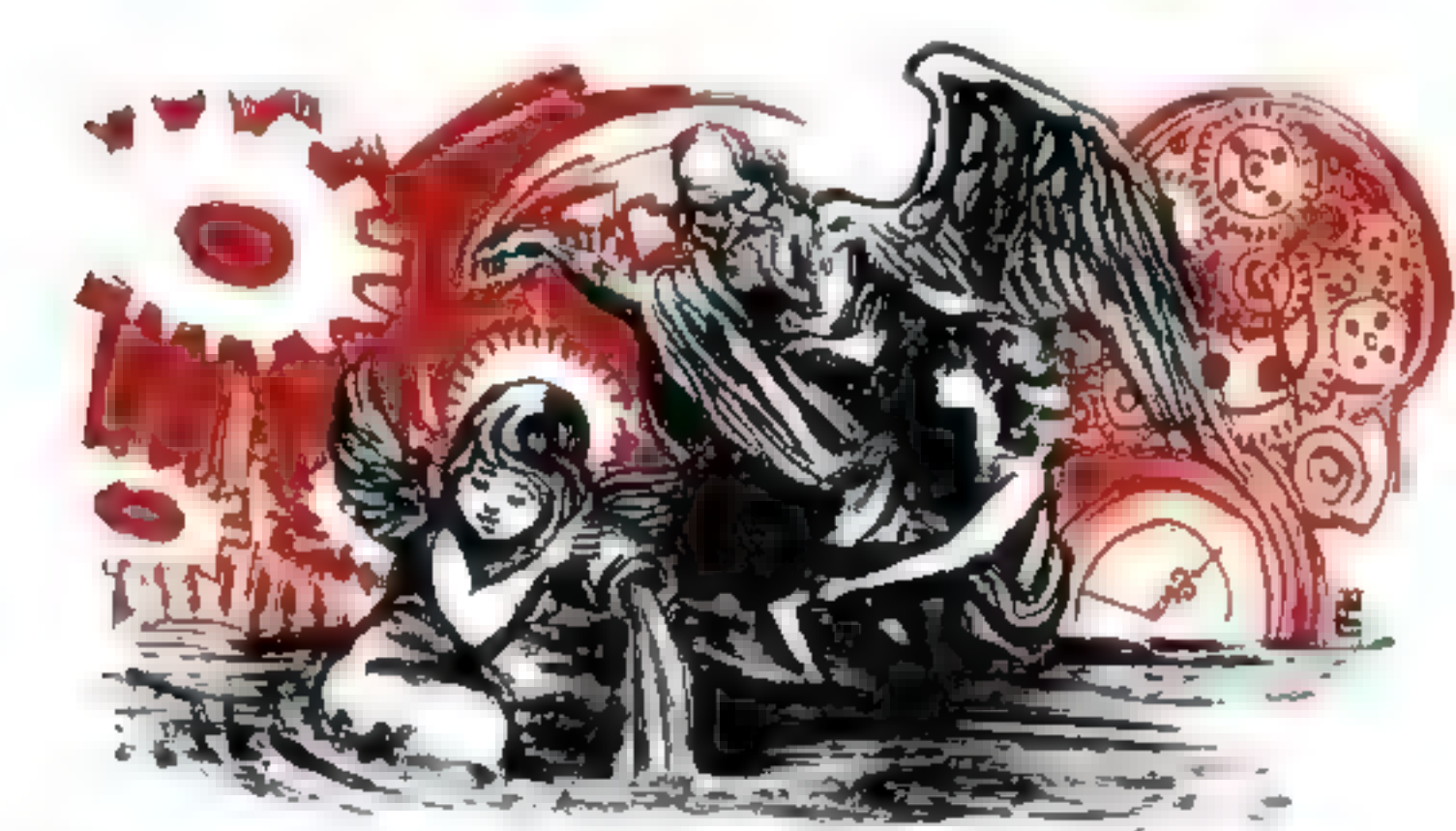
1. Admirado, espantado / A sigla inglesa da modalidade de luta de Amanda Nunes. 2. A capital do Canadá. (Sigla) Instituto de Geologia. 3. O cantor português Roberto, de "Bate o Pé" / (Fig.) Sujear, portar. 4. Que não se pode tocar, pegar. 5. O músico Lobo, um dos mais importantes da bossa nova / Como a voz da soprano. 6. Que perdeu o fio da textura por rasgo ou fragilidade do tecido. 7. Sigla do estado de Boa Vista / Tecido de lã, feipudo. 8. Decompor (um número) em seus fatores primos. 9. Matar / As iniciais do ator Lázaro. 10. (Leonardo da Vinci) inventor, cientista, pintor e arquiteto, gênio do Renascimento / Sigla de uma operação bancária. 11. Disposto como as oscilações das águas do mar. 12. Desordem e confusão / Uma formação como Creta ou Sicília. 13. (Nídeo) um fenômeno meteorológico / Etanol ou pinga.

VERTICAIS

1. Um sólido geométrico como o prisma / Tratamento usado para pessoa íntima. 2. Acabar, levar em conta / Jogo entre duas equipes que disputam competição. 3. (Lat.) Fundação / Corridoio acabado. 4. Receptáculo para lavar objetos pessoais em viagens. (A) As escondidas. 5. As iniciais do ator e cineasta Orson de "Ondão Kane". Ave também chamada ta-ha-mar e corta-mar. 6. Grande crocodilo da América do Norte. Diccionario. 7. Engarar sob falsas aparências / Tentativa de cometer um crime. 8. Mistura de produtos, ideias etc. / Um pato das HQs / O símbolo do hólmio, em química. 9. Neste momento / Lugar onde há festas populares.

		2	1	4	3	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

1. Mix Donald, Rio. 2. Agora Arara. 3. Mito, Tietê. 4. Mito, Tietê. 5. Oly, Tietê. 6. Mito, Tietê. 7. Mito, Tietê. 8. Mito, Tietê. 9. Mito, Tietê. 10. Mito, Tietê. 11. Mito, Tietê. 12. Mito, Tietê. 13. Mito, Tietê.



Ar pelo Alex

Matar saudades

Longevidade que não seja democrática é uma condenação à solidão

João Pereira Coutinho

Escritor, leitor em ciência política pela Universidade CML da Portuguesa

Viver para sempre nunca esteve entre os meus planos. Prefiro um prazo de validade mais curto, sem o qual a vida se torna um beijo interminável. Não logo, claro. Passados cem ou 200 anos. Ou 300, talvez. Chega um dia, como na peça de Karel Capek, em que tu do já fof visto, dito e experimentado. A vida perdeu urgência porque só pode existir

urgência — para unir, para criar, viajar, perder países — quando sabemos que não existe todo o tempo do mundo. Sem essa urgência, nosso desinteresse é do tamanho da nossa eternidade. E sem uma porta de saída para acabarmos com a agonia. Há quem discorde: a pessoa do Vale do Silício. Logo no jornal Daily Telegraph que os

bilionários da região adoram certos coquetéis para prolongar a vitalidade do corpo. Injeções de células-tronco, transfusões de sangue jovem, câmaras hiperbáricas para dormir com o oxigênio mais puro. Raciocínio dos bilionários: chegar aos 150 ou aos 200 (por enquanto), só em bom estado. Concorde. De que vale ter uma idade de Matusalém

quando o corpo não acompanha os aniversários? Jonathan Swift, nas suas "Viagens de Gulliver", deixou-nos a descrição mais hábil de uma pessoa que não precisa de chegar aos 120 anos. Sobreviveu a tudo: guerras, crises, reinados. Mas também ao marido e às duas filhas. Sobreviver ao marido pode ser uma benesse, concedo, e não excluo que a ciência pos-

sa ter aqui uma palavra importante: quem perdeu anos com um cretino qualquer deveria ser indenizado em tratamentos de longevidade que repusessem anos desperdiçados. Mas sobreviver aos filhos não é propriamente uma benesse. É talvez um pesadelo tornado realidade. Eis o ponto: nas discussões sobre o prolongamento da vida, tudo é visto de uma perspectiva individual, como se o estado do corpo encerrasse o debate. Ou, então, como se o indivíduo existisse sem a sua circunstância — uma existência abstrata, que paira no éter sem ligações substanciais a algo, ou a alguém. Mas os indivíduos precisam de outros indivíduos. E, entre esses, precisam dos seus indivíduos. Uma longevidade que não seja democrática é uma condenação à solidão. De que vale conhecermos novos mundos quando perdemos o único mundo que nos tornou reconhecidamente humanos? Viver até aos 150 ou 200, tudo bem, desde que eu possa levar alguma bagagem. Velhos amigos. Amores presentes. Irmãos, filhos e netos. De que vale mutar a morte quando não podemos matar saudades? Se pedirem muito, também levo a Paris Hilton. Pensando bem, sou como ela, filha deste tempo feto de ruído, superficialidade e loucura. Porque o pior que me poderia acontecer era chegar a um futuro estranho e concluir, parafraseando um narrador de Dickens, que o passado, afinal, era o pior dos mundos e o melhor dos mundos.

SEN: Luiz Felipe Pondé | TEX: João Pereira Coutinho | IGA: Marcelo Coelho | DIB: Diogo Varella | FOTOGRAFIA: SGA | DIB: Diana Ribeiro | IGA: Maria Sérgio Conti



Atores em cena em 'Escola de Mulheres', sob direção de Clara Carvalho | Jasmelle Butierrez/Ilustração

Clássico de Molière ganha contorno feminista

Clara Carvalho encena 'Escola de Mulheres', peça que entra em cartaz em São Paulo e marca os 400 anos do autor francês

Martina Lourenço

SÃO PAULO Não é raro ver charlatões, fanáticos religiosos ou burgueses gananciosos nas peças de Molière. Pelo contrário. Canônico como o pai da comédia moderna, o dramaturgo lembrado pelos 400 anos de seu nascimento no último sábado, é justamente conhecido por satirizar os valores, costumes e figuras de sua época. Vez ou outra, porém, seu humor satírico não era bem recebido por parte do público, que decidia, então, ameaçar, censurar, ou perseguir o autor. Um desses casos é "Escola de Mulheres" que gerou muito barburinho — e uma enxurrada de críticas ao francês — na cena cultural parisiense e levou Molière

a encenar como resposta "A Crítica à Escola de Mulheres". Repaginada sob lentes contemporâneas, "Escola de Mulheres" chega agora ao palco paulistano do teatro Aliança Francesa, sob a direção e tradução de Clara Carvalho, em celebração do quadricentenário do dramaturgo. As feministas escutam a versão da cartôca, nome ilustrado do Grupo Tapa, e põem em fase nas cutucadas que a história faz a padronização patriarcal. Com as famosas rimas do texto original — mas sem seus versos alexandrinos — a montagem exemplifica bem a linha tragicômica de Molière. O enredo francês se passa num só dia e num único espaço. Aterrorizado pela ideia da traição conjugal, depois de anos de ganância

se divertindo com mulheres casadas, o solteirão burguês Arnolfo, papel de Brian Penido Ross, quer se casar com o que considera ser a mulher ideal, burra e ao seu dispor. Para isso, ele escolhe a jovem Inês, papel de Gabriela Westphal, que vem escondendo de tudo e de todos desde quando era pequena. Tudo para garantir a ignorância de sua futura mulher. Criada só sob o cuidado dos servos atrapalhados do protagonista, a garota, porém, se apaixona por outro rapaz. Frustrado, Arnolfo traça uma série de planos para se safar dos temidos chutes, enquanto Inês começa uma jornada de reflexões sobre o amor, a liberdade e o conhecimento. "Nas peças de Molière, as personagens femininas são

muito inteligentes e sagazes. Elas sempre estão em situações desfavoráveis, que conseguem reverter. É por isso que sempre encontrei um protofeminismo nos seus textos", diz Carvalho. "Apesar de o protagonista [de "Escola de Mulheres"], ser esse macho tóxico, quem realmente se desenvolve nessa história é Inês." Durante os quatro meses de ensaios virtuais e dois de presenciais, Carvalho conta que fez questão de reforçar o "tom emancipatório" proposto pelo enredo original. Isso porque ela diz que já viu releituras machistas da peça. Como exemplo, a diretora lembra um espetáculo de Domingos Oliveira, de 1985. A peça, que tinha Jorge Dória no elenco, dispensava, segundo ela, uma visão crítica das

hipocrisias patriarcais, servindo como endosso a machismos como os de Arnolfo. Mas os tempos são outros. O zeitgeist de 2022 tem novos contornos nas discussões de gênero e "Molière, provavelmente, trabalharia nelas com muito humor e profundidade" defende a encenadora. É claro que não é possível definir como seriam as obras do dramaturgo no mundo de hoje, mas é fato que o francês tinha apreço por debates filosóficos e não hesitava em provocar figuras poderosas. Rir das hipocrisias morais, de hábitos exagerados e de costumes tradicionais é uma das maiores marcas do artista, que à época vivia entre admoestações vindas desde pequenos artistas até nomes como Luís 14, o rei Sol — e represen-

tações — muitas vezes, acompanhadas de ameaças à vida e à carreira do dramaturgo. Além de "Escola de Mulheres", Molière é conhecido por "Tartufo" de 1664, "O Avarento" de 1668, "O Burguês Rude" de 1670, e "O Doente Imaginário", de 1673. "Os clássicos só viram clássicos porque conseguem se comunicar com plateias diferentes ao longo dos séculos", diz Ross, também do Grupo Tapa. "As peças que não conseguem fazer isso ficam esquecidas. Molière se comunica com as pessoas de hoje, com peças muito bem escritas."

Escola de Mulheres
Direção: Clara Carvalho | Qui a sab. às 20h | dom às 18h | Até 27/3 | Teatro Aliança Francesa | Gal. Jardim. 142, V. la Bourque | São Paulo | R\$60 (inter) ou R\$30 (meia)

comida



O Sinuêiro envelhece envolto em bandagem de algodão e banha de porco. Foto: Ilustração: J. M. M. / Ilustração

Criações ousadas põem estado de SP no mapa queijeiro internacional

Sem regras tradicionais a seguir, queijarias diversificam produção com ingredientes e maturação fora do comum

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO O estudo de São Paulo nunca foi reconhecido pela tradição queijeira. Não é uma cultura passada de pais para filhos, como acontece em Minas Gerais. Pois é justamente essa característica peculiar que está por trás da notoriedade que as queijarias paulistas têm conquistado dentro e fora do Brasil. Por se tratar de um movimento recente, que não tem mais de

dez anos, estes queijeiros têm como ponto em comum a ousadia e a criatividade. Sem as amarras de receitas antigas, inventam sem parar e propõem inovações que tem impressionado até mesmo a pátria do queijo. Na última edição do concurso Mundial du Fromage et des Produits Laitiers, realizado na França em setembro de 2021, seis produtores paulistas voltaram para casa com 15 medalhas, incluindo uma Super

Ouro, a mais cobiçada delas. “Como não temos nenhuma legislação a seguir ou código cultural que nos prenda, temos liberdade total. E somos totalmente malucos”, diverte-se Heloisa Collins, do Capri do Bosque, queijaria especializada em queijos de cabra. Ela voltou da França com uma medalha de prata pelo Dolce Bosque, queijo azul de cabra inspirado no gorgonzola doce italiano —no e-commerce da marca, a unidade

de 200 gramas sai por R\$ 49. Mas ela arrisca muito mais em sua queijaria, localizada em Joanópolis.

O Cacauzinho (R\$ 31 por 100 gramas) é maturado sob uma camada de cacau em pó e cumaru. O Coração em Brasa (R\$ 31, 160 gramas) leva pimentas mexicanas e uma cobertura de carvão com mofo branco.

Quem também se especializou em testar ingredientes e técnicas de maturação foi a queijaria Carolina Bittencourt, outra medalhista no Mundial du Fromage —seu queijo Bem Brasil Extra Maturado (R\$ 82, 200 gramas) ganhou o ouro no concurso.

A frente da queijaria Bela fazenda, em Hofete, em Anapuã, produz o Sinuêiro, que envelhece envolto em bandagem de algodão e banha de porco (R\$ 35, 300 g).

Basta observar o currículo dos novos queijeiros paulistas para encontrar outro ponto em comum: a maioria tem formação superior em outras carreiras e passaporte vastamente carimbado, o que se traduz em mais repertório.

São historiadores, veterinários, publicitários e ex-executivos que decidiram mudar de vida e passaram a estudar sobre produção queijeira, dentro e fora do Brasil. Não por acaso, inspiram-se em receitas clássicas, geralmente de origem europeia, mas têm coragem e domínio técnico suficiente para criar produtos autorais.

Engenheiro eletrônico de formação e ex-executivo de multinacional, o francês Christophe Faraud trocou o país natal por um sítio em Natividade da Serra. Depois de alguns estágios em queijarias na França, começou a produzir “na cara de pau” em 2016, em parceria com a mulher, Zeide.

Uma das criações da dupla Christophe & Zeide é o queijo Caciô (R\$ 50, 125 g), de massa prensada semicurada, que matura por até 90 dias em brulhado em folhas de caite. “Trocar uma carneira corporativa para fazer queijo exige estudo e alguns parafusos soltos”, ele garante.

Embora disputar uma mesma fatia de mercado, os queijeiros paulistas trabalham cada vez mais unidos. Certa de seis dezenas deles já integram a Associação Paulista do Queijo Artesanal, entidade que Christophe fundou em 2017 com o objetivo de lutar por leis mais acessíveis, que permitam aos pequenos produtores regularizar suas queijarias.

No mesmo ano, um grupo de dez queijeiros se uniu para formar o Caminho do Queijo Artesanal Paulista, rota turística que acaba de ser atualizada e já incorpora 13 propriedades rurais, produtoras de queijos de vaca, búfala, cabra e ovelha.

A maioria recebe visitantes e organiza degustações, mas em algumas delas também é

Rotas Gastronômicas

Caminho do Queijo Artesanal Paulista

Das 13 propriedades rurais, rove recebem visitantes com agendamento prévio ou vendem os queijos no local. Entre as premiadas estão a Pardiniho Artesanal (pardinihoartesanal.com.br), medalha super ouro no Mundial du Fromage com o Mandala 12 meses, e a Queijo com Arte/Fazer da Santa Luzia (queijocomarte.com.br), que trouxe uma medalha de ouro e duas de prata pelos queijos Gregório, Ferrão e Tropeirinho. No site da organização, é possível adquirir a caixa Descubra o Caminho do Queijo, contendo três produtos sortidos, uma tábua e o pôster do mapa, por R\$ 200 (frete grátis para a cidade de São Paulo) caminhoaqueijopaulista.com

Rotas Gastronômicas

São três rotas organizadas por regiões (Vale do Ribeira, Vale do Paraíba & Mantiqueira, e Baixada Santista & Litoral Norte). No site, é possível conhecer as histórias de cada participante: entre elas a Estância Silvania, que produz os queijos Silvania 2 (@plekeza2a2) —a queijaria Camila Almeida Alves voltou da França com duas medalhas de ouro pelos queijos Primavera Silvania, maturado com flores comestíveis, e Serrinha Cerveja, de casca lavada na cerveja artesanal sopratodos.com.br/rotasgastronomicas

possível fazer refeições nas fins de semana e feriados — caso do Capri do Bosque, que mantém um pequeno bistrô, e da Fazenda Atália, uma bela construção histórica, em Amparo, que serve café da manhã e almoço. Também há queijarias em destaque no programa Rotas Gastronômicas SP da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

Embora os queijos de longa maturação sejam a bola da vez, há queijeiros paulistas investindo no caminho inverso. A Brivido (brivido.com.br), do queijeiro Francisco Lobello, tem como especialidades o queijo branco fresco, que chega à casa dos clientes um dia após a produção, e a ricota cremosa, inspirada na receita italiana, bem diferente da versão industrializada.

O leite vem de propriedades vizinhas, e a fábrica, novinha em folha, acaba de se mudar da capital para Jacareí —a intenção é abri-la aos visitantes em breve.

Já as muçarelas de búfala, em barras ou em bolotas de tamanhos variados, são o ca-

ro-chefe do laticínio Oco Bianco, em Guaratunguetá (ocobianco.com.br). O queijeiro Simon Riess, formado na Itália e na Alemanha, usa leite de rebanho próprio, faz entregas em São Paulo e recebe turistas, basta agendar.

Embora a arte queijeira seja recente no estado, tem gente que jura estar seguindo receitas seculares. Quando a família de Rodrigo Ferraz adquiriu um sítio no Vale do Baú, entre Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí, descobriu que os moradores do entorno produziam queijo à base de leite cru de vaca.

“Era feito por ali, havia mais de cem anos, provavelmente trazido por famílias mineiras que migraram para São Paulo em busca da riqueza no ciclo do café”, diz Ferraz, que aprendeu a técnica para dar sequência à tradição —pelo Instagram @queijodobau, ele vende o queijo e agenda visitas à propriedade.

Já o porungo, receita de Angatuba que a família de Jolice Cardoso conhece há gerações, é feito como o queijo cabacinha mineiro, ou o queijo Cavalito italiano.

Trata-se de uma massa cozida, como a muçarela, modelada em forma de cabaca. “As outras famílias que fazem esse queijo aqui aprenderam a receita com a minha avó”, garante Jolice, que aceita encomendas pelo WhatsApp (15) 94807 8415.

Comprar queijos artesanais paulistas requer mesmo um tantinho de dedicação: produzidos em pequena escala, eles não chegam aos supermercados, mas a maioria é entregue na capital por encomenda, por meio de lojas próprias online, do Instagram ou do WhatsApp.

Pode ser prático, mas não tão gostoso quanto visitar pessoalmente uma loja especializada. Na Galeria dos Queijos (galeriadoqueijos.com.br), localizada dentro do Hortifruti Imigrantes, uma conversa com o proprietário Falcão Bonfandini pode render descobertas interessantes. Juro do do Prêmio Queijo Brasil e do World Cheese Awards, realizado na Inglaterra, ele sempre tem novidades.

“Os queijos que mais cresceram nas vendas foram os mais maturados, com cascas lavadas ou mofo. Os clientes estão se permitindo experimentar mais”, revela.

O trivo de Fernando Oliveira também é garantia de queijo bom. Fundador da loja A Queijaria, na Vila Madalena, e autor do Guia do Queijo (guia-do-queijo.com.br), ele garimpa produtos artesanais de todo o Brasil e mantém uma queijaria-escola, por onde passam vários queijeiros paulistas premiados.

Nas turmas, ele diz, a cada dez alunos, seis são de São Paulo —o que indica que a cultura queijeira no estado está só começando. Sorte nossa.

Produtores paulistas se aproximam mais da certificação estadual

SÃO PAULO Em julho de 2021, os proprietários da fazenda Lano-Alto, em Catuzuba, distrito rural de São Luiz do Paraitinga (SP), viram 120 quilos de queijo serem destruídos por fiscais da regional da Defesa Agropecuária do Estado. Faltavam à produção tanto o selo de inspeção municipal (SIM), até então inexistente na cidade, quanto o estadual (SISP), cujas regras, estabelecidas em 2000, inviabilizavam o registro de boa parte dos produtores artesanais. O episódio causou comoção entre a opinião pública, mas acabou desemperrando a máquina da burocracia —a prefeitura de São Luiz do Paraitinga acabou por instituir o SIM para produtos de origem animal, que permite a comercialização dentro dos limites do município, e a Lano-Alto já está regularizada. Ao mesmo tempo, o gover-

no estadual conseguiu, em tempo recorde, redigir uma nova lei aprovada pela Assembleia Legislativa e levá-la à sanção do governador João Dória —todo o processo, que durou três meses, foi finalizado oficialmente em 18 de novembro. A Lei 17.433/2021 traz mudanças festejadas por produtores. Passa a ser permitida a produção artesanal em áreas urbanas, e caiu a exigência para que 50% da matéria-prima seja de produção própria. Antes, os queijeiros eram obrigados a ser também criadores de animais. Também passa a ser considerada a fabricação de queijos de leite cru. “A lei antiga não atendia às necessidades da cadeia produtiva. Tanto que, dos 570 estabelecimentos registrados em São Paulo, só 35 são artesanais. É muito pouco para um estado onde o agro é tão importante”, opina Bruno Berge-

mo Ruffolo, diretor do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Coordenação de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Falta agora regulamentar a lei —aspectos técnicos e legais têm sido discutidos por representantes do setor. Segundo Ruffolo, o processo está acelerado e deve ser concluído ainda no primeiro trimestre de 2022. Mas, para Paulo Lemus, proprietário da Lano-Alto, a novela está longe do fim. “Se eles continuarem exigindo instalações inviáveis para o pequeno produtor, que tem pouco dinheiro, e não permitirem que queijarias já em atividade se regularizem, não vai adiantar nada”, acredita. “Temos tentado participar das reuniões, mas as decisões fundamentais continuam sendo tomadas a portas fechadas. Não sou pessimista, mas es-



Heloisa Collins, proprietária da Capri do Bosque. Foto: J. M. M. / Ilustração

ou cético.” Ruffolo, ao contrário, aposta que a nova lei permitirá que o número de estabelecimentos certificados, com autorização para vender produtos em todo o estado de São Paulo, vá pairar de 35 para mais de cem “em curto espaço de tempo”. Após a regulamentação, a Lei 17.433/2021 também poderá pavimentar o caminho para a obtenção do Selo Arte, que identifica produtos alimentícios artesanais e permite a comercialização em todo o território nacional, embora seja uma certificação federal, a concessão cabe aos estados. Por enquanto, apenas quatro fabricantes paulistas conseguiram obter o Selo Arte para seus produtos: as queijarias Capri do Bosque e Bela fazenda, a lanchonete laticínio Leite na Pista, em Tremembé, e o apáurio Sítio Arara Branca, em Tietê. FGP



Jorge Alberto Mello de Souza faz teste de Covid em UBS na Bela Vista, região central de SP: aumento de preços em estabelecimentos privados gerou ação do Procon. *Arquivo: Fressat/Folhapress*

Procon fiscaliza preços de testes de Covid em farmácias e laboratórios

Operação contra valores abusivos exige que estabelecimentos exibam notas fiscais dos produtos

SAÚDE

Isabella Menon

SÃO PAULO O Procon-SP realizou nesta segunda-feira (17) uma força-tarefa para fiscalizar laboratórios e farmácias por preços abusivos de testes de Covid-19. A ação aconteceu em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde em todo o estado de São Paulo.

Entre sexta (14) e segunda (17), 48 estabelecimentos no interior do estado e 40 na capital foram fiscalizados. Deles, 32 foram autuados por deixar de informar os preços dos testes ao consumidor.

A operação constatou preço mínimo de R\$ 178 e máximo de R\$ 385 para o exame do tipo PCR. Os estabelecimentos fiscalizados terão que comprovar por qual motivo ocorreram elevações de preços e, caso não haja uma

explicação razoável e dada por questões econômicas, pode ser caracterizada prática abusiva. A operação continua nos próximos dias.

Segundo nota publicada no site oficial da entidade, a fiscalização acontece após relatos de consumidores sobre aumento de preços em meio à alta na demanda e também cumpre determinação do governador João Doria (PSDB).

No dia 13 de janeiro, Doria fez uma publicação nas redes sociais sobre a detecção da força-tarefa e afirmou que "não vamos tolerar manipulação inescrupulosa da angústia da população na pandemia".

Fernando Capez, diretor executivo do Procon-SP, afirma que não informar com antecedência o preço é violação de direitos de informação do consumidor. "É omissão de uma informação essencial."

Capez esclarece também

que apesar de não existir um tabelamento e a lei de oferta e demanda regular os preços do mercado, o Estado pode intervir quando há situações de abuso da população.

"Em um momento de pandemia, essa lei precisa ser analisada por uma população que está necessitada e tem urgência. A empresa possui o direito de aumentar o preço, mas pode ter abusado do direito na tentativa de obter uma vantagem desproporcional."

Os estabelecimentos terão que comprovar por meio de notas fiscais de compra do produto e venda ao consumidor os preços praticados nos últimos meses. Com os documentos, é possível a comprovação de se houve ou não aumentos abusivos. Se comprovado o abuso, pode haver punição de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Capez afirma que a multa

está ligada ao faturamento dos laboratórios e farmácias e pode chegar a R\$ 11 milhões.

Ele diz que será analisado o preço médio dos testes no estado. "Agora, precisamos entender quantos estabelecimentos estão cobrando R\$ 400 e quantos estão estabelecidos em R\$ 90", exemplifica.

Procurado pela reportagem, o laboratório Delboni Aurélio disse, por meio de nota, que o Procon esteve em suas unidades e foi questionado sobre os preços do exame no dia 14. O órgão de acordo com o laboratório, vem realizando visitas como parte da força-tarefa.

"A empresa informa que tem colaborado com o Procon-SP fornecendo absolutamente todas as informações e documentações solicitadas pelos fiscais, com vistas a contribuir com a viabilização de todas as análises necessá-

as. Por conseguinte, no prazo legal, todos os esclarecimentos serão prestados pelas vias administrativas pertinentes", afirma o Delboni.

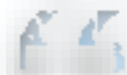
O laboratório Henry também afirmou ter recebido a fiscalização do Procon em algumas de suas unidades. Em nota, a empresa diz que o preço dos exames de Covid-19 é o mesmo desde junho de 2021.

"Além disso, os preços são inferiores aos praticados há um ano. Para exames RT-PCR, por exemplo, é 19% menor".

A fiscalização do Procon ocorre em um momento de explosão de casos de Covid-19 e alta na procura de testes. "A busca foi tamanha que os exames estão em falta na maior parte de laboratórios e farmácias de São Paulo".

Desde o fim de 2021, os pacientes enfrentando dificuldades para agendar testes de Covid-19 em farmácias. Entre os dias 29 de dezembro e 1 de janeiro, a Folha checou a agenda de 40 farmácias de grandes redes de São Paulo. Em alguns casos, o interessado tinha de esperar cinco dias para conseguir um agendamento.

As redes de farmácia Raul Drogasil suspenderam o agendamento devido à falta de estoque. Só será possível agendar um teste quando o abastecimento estiver normalizado.



A empresa possui o direito de aumentar o preço, mas pode ter abusado do direito na tentativa de obter uma vantagem desproporcional

Fernando Capez
diretor executivo do Procon

Casos de síndrome respiratória têm alta de 135%, diz Fiocruz

SÃO PAULO Os casos notificados de Srag (síndrome respiratória aguda grave) no Brasil tiveram salto de 135%, quando comparadas às últimas três semanas de novembro e as três semanas mais recentes.

Os dados são do boletim Infogripe, da Fiocruz, que não era divulgado havia mais um mês por causa do apagão de dados da Covid-19 no país. A publicação tem sido um dos principais termômetros da evolução da epidemia de coronavírus no Brasil.

Com a alta, o número de casos passou de 3.600 para 13 mil no período. Segundo a Fiocruz, apenas em 2022 foram notificados 6.849 casos de Srag, sendo 1.735 (25,3%) com resultado positivo para algum vírus respiratório e 1.798 (26,3%) negativos. Há ao

menos outros 2.667 (38,9%) casos aguardando resultado.

O boletim observa que houve um aumento significativo de casos associados ao vírus da gripe no final de novembro e ao longo do mês de dezembro do ano passado, chegando a ultrapassar registros de Covid-19. Esse quadro, porém, já se inverteu.

"Os dados relativos ao final de dezembro e primeira semana de janeiro já apontam para a retomada do cenário de predomínio da Covid-19", afirma o documento.

Segundo a Fiocruz, praticamente todos os estados apresentaram sinal de crescimento antes mesmo das semanas do Natal e do Ano Novo. No início de dezembro do ano passado, a Fiocruz já havia alertado para o fato de as

internações por síndrome respiratória no Brasil terem voltado a crescer depois de um período de estabilidade.

"O cenário de aumento de casos graves, tanto de influência quanto de Covid-19, anteriores às festas de final de ano sugere que tais eventos podem ter representado risco significativo para a população, especialmente em eventos com muitas pessoas", afirma a instituição.

De acordo com o coordenador do Infogripe, Marcelo Gomes, a manutenção da divulgação dos dados durante o período de festas "teria dado melhores condições para a população tomar decisões adequadas ao momento epidemiológico".

O apagão de dados oficiais sobre a Covid-19 comple-

tou um mês nesta semana, e o Brasil segue sem saber o tamanho real da nova onda de contaminações provocada pela variante ômicron.

Os pesquisadores afirmam que os dados servem de alerta para a retomada de ações de conscientização da população e para minimizar o impacto da doença no início de 2022.

Eles destacam, ainda, que os dados do boletim devem ser cruzados com outros indicadores relevantes, como a taxa de ocupação de leitos em hospitais, por exemplo.

Com o avanço da cobertura vacinal na população adulta e a queda de imunidade entre os que receberam o imunizante há mais tempo, as faixas etárias de 60 anos ou mais voltaram a ser os grupos com maior incidência semanal de ca-

sos e óbitos por Srag com diagnóstico de Covid-19.

A alta de casos notificados de Síndrome Respiratória Aguda Grave é observada em 25 das 27 unidades federativas, e também em todas as faixas etárias a partir dos dez anos.

A publicação afirma que, entre aqueles com idades entre dez e 19 anos, é possível que o volume de diagnósticos a tenha atingido valores similares aos registrados nos picos de março e maio de 2021, quando houve a segunda onda da epidemia no país.

"Tal cenário só não é observado na faixa de zero a nove anos, que ao final de dezembro apresenta interrupção de crescimento que se mantém desde o mês de outubro de 2021", diz a Fiocruz.



O cenário de aumento de casos graves, tanto de influência quanto de Covid-19, anteriores às festas de final de ano, sugere que tais eventos podem ter representado risco significativo para a população

trecho do Infogripe
boletim da Fiocruz

folhamais



Início da vacinação de crianças na capital paulista, no Hospital Cruz Verde, na Vila Clementino. Foto: Bruno Barreto/Folha press

Confira quatro mitos sobre a vacinação de crianças no Brasil

Lupa verificou informações que circulam nas redes sociais sobre imunização

SAÚDE

Samuel Costa

AGÊNCIA LUPA Em dezembro do ano passado, a Anvisa aprovou o uso da vacina da Pfizer contra Covid-19 em crianças entre 5 e 11 anos. Desde então, muita informação falsa sobre a vacinação de crianças passou a circular nas redes sociais. A Lupa verificou alguns dos mitos mais populares e persistências sobre a vacinação de crianças. Confira:

O número de mortes causados pela Covid-19 em crianças e adolescentes é insignificante, e, por isso, a vacinação é desnecessária

FALSO Embora a Covid-19 tenda a ser mais grave em adultos e principalmente idosos, mais de 2.000 crianças e adolescentes foram vítimas da doença no Brasil desde o início da pandemia.

Segundo os Boletins Epidemiológicos Especiais Covid-19 (BE) 44 e 92, do Ministério da Saúde, pelo menos 2.625 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos morreram por causa



Profissional exibe frasco do imunizante destinado à faixa etária de 5 a 11 anos

da doença em 2020 e 2021, representando 0,5% das vítimas. No período, 34.538 óbitos dessa faixa etária foram hospitalizados, representando 2% das internações pela doença. Os dados estão incompletos, e o número real deve ser maior.

O BE 92, com os dados mais recentes para 2021, não contabiliza ocorrências a partir da 48ª semana do ano.

Um levantamento realizado pela Unicef, com dados de 106 países, mostra que pessoas com menos de 20 anos representaram 0,4% dos óbitos pro-

vacados por Covid-19. Em números absolutos, foram cerca de 12,3 mil vítimas com até 19 anos. As informações foram coletadas de janeiro de 2020 até dezembro de 2021.

Além disso, crianças e adolescentes podem transmitir a doença para outras pessoas

com que convivam, como parentes ou professores.

A vacinação, embora não elimine completamente a transmissão de vírus, ajuda a reduzir essa possibilidade.

Estatisticamente, a vacina é muito mais perigosa para crianças e adolescentes do que a doença

FALSO De acordo com dados do CDC (Center for Disease Control and Prevention, dos Estados Unidos), até o dia 19 de dezembro foram aplicadas 8,7 milhões de doses em crianças com entre 5 e 11 anos. Não havia nenhuma confirmação de morte causada pela vacina. Dois casos ainda estavam sob análise.

Em outro relatório publicado pela instituição, foram confirmados apenas oito casos de miocardite em crianças causados pela vacina, e nenhum deles causou óbito.

Por outro lado, levantamento da Unicef mostra que 4,7 milhões de crianças entre cinco e nove anos contraíram Covid-19 em 103 países do mundo, e 3.788 delas morreram. Isso significa uma taxa de letalidade de quatro a cada 10 mil, ou 0,04%.

É possível que essa taxa seja mais baixa, devido à subnotificação de casos. Contudo, os dados atualmente disponíveis mostram que é muito mais provável que uma criança morra em decorrência da Covid-19 do que da vacina.

A vacina não foi testada em crianças

FALSO A Pfizer realizou en-

saaios e testes em crianças e adolescentes. Os resultados foram consolidados no último mês de outubro e indicaram eficácia de 90,7% na prevenção da doença em crianças de 5 a 11 anos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atestou a qualidade dos testes realizados pela farmacêutica. Além da Anvisa, o FDA (Food and Drug Administration, EUA) e a EMA (European Medicine Agency, União Europeia) também aprovaram a aplicação do imunizante nessa faixa etária.

A farmacêutica não é responsabilizada caso ocorram efeitos adversos graves

FALSO A farmacêutica deve seguir uma série de protocolos de segurança no momento do registro e após o início da aplicação da vacina.

As resoluções 406 de 22 de julho de 2020 e RDC 475 de 10 de março de 2021 determinam que é obrigatório que as bulas informem os efeitos adversos identificados durante a fase de testes.

Além disso, é necessário que a empresa disponibilize os contatos do canal de notificação da Anvisa para o caso da ocorrência de novos eventos adversos.

As farmacêuticas, clínicas, profissionais de saúde devem reportar qualquer caso de possível efeito colateral à Anvisa no prazo de 24 horas, contado da data de identificação do quadro clínico.

A partir da notificação, a Anvisa pode solicitar documentos que possam embasar a análise do problema e até mesmo inspecionar a fábrica do imunizante ou a clínica em que ele foi administrado.

O descumprimento do protocolo é considerado infração sanitária pela Lei 6.437 de 1977. Nesse caso, é passível de punição, que pode ir desde uma advertência a retirada do produto de circulação e o fechamento das instalações. A comprovação de ineficácia dos produtos para o fim estabelecido também pode acarretar na sua retirada de circulação, conforme a Lei 6.360 de 1976.

O diretor geral do Cepedisa/USP, Fernando Auth, explicou que se for provado que a farmacêutica omitiu alguma informação à Anvisa, ela pode ser punida tanto pela Lei 6.437 de 1977, por descumprimento das normas regulatórias, quanto pelo artigo 927 da Lei 10.406/2002 do Código Civil, por dano a terceiros causados pela prática de ato ilícito.

"Se for provado que a farmacêutica escondeu informação ela pode ser acionada por ter incorrido na prática de um crime. Ela é responsabilizada civil e criminalmente. O paciente, pode entrar com uma ação civil por reparação de danos morais e materiais, decorrente de um produto que foi consumido sem aviso de um risco", diz.

Se o efeito adverso for identificado após a emissão da bula, a pessoa que se sentir lesada também pode acionar a farmacêutica na Justiça — mesmo que a empresa tenha notificado a Anvisa e a União do abuso do imunizante. Auth diz que esse é um direito garantido pelo inciso 35, do artigo 5º da Constituição Federal, que determina que "a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

USP recruta adolescentes de 12 a 17 anos para teste da Janssen

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Com cerca de 80% dos adolescentes imunizados com duas doses no estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas e a Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) de Ribeirão Preto publicou no mês passado um anúncio recrutando voluntários de 12 a 17 anos, que não haviam tomado nenhum

imunizante contra a Covid-19, para participar de um estudo que testa a efetividade de mais de uma dose da vacina da Janssen.

Segundo a pediatra e professora da USP Marisa Musisi, cerca de 20 adolescentes foram inscritos no estudo. Uma das explicações, segundo ela, é que os responsáveis pelos menores de idade continuam trabalhando científico e no

aporte dos profissionais que envolvem o estudo. No mundo, a meta é conseguir 300 pessoas nesta faixa de idade para esse estudo.

"Algumas pessoas conversam com outras e explicam que para esses adolescentes não é só receber a vacina", afirma. "Em projeto de pesquisa há todo um procedimento de acompanhamento periódico, aplicativo para pre-

enchimento de dados e consultas médicas, inclusive no caso de infecção por Covid", disse a pesquisadora.

No projeto da parceria entre a farmacêutica Janssen e a USP, todos os adolescentes inscritos no estudo recebem uma vacina ativa na primeira dose. Depois são divididos em seis grupos, sendo que três deles são imunizados com segunda dose, 57 dias depois, e

os outros recebem placebos.

Caso haja interesse e concordância dos pais, é necessário preencher um formulário.

Os pesquisadores disponibilizam mais informações pelo email estudohorizontz@hcrp.usp.br ou pelo WhatsApp (16) 98887-1455.

As inscrições ficam abertas por mais algumas semanas e as despesas de participação serão reembolsadas.

Na sexta-feira (14) uma pesquisa começaria a ser realizada no Espírito Santo para testar a eficácia da Coronavac em crianças e adolescentes. Ao todo, serão 1.280 participantes de 3 a 17 anos.

Conhecido como Projeto Curumim (criança em tupi) ele irá verificar ainda a segurança, a produção de anticorpos e células de defesa nas crianças e adolescentes.



Operador martela vagão de trem durante descarregamento de grãos de milho na moega do terminal ferroviário da Tiplam no porto de Santos. Eduardo Krupp - 19 ago 20/Folhapress

Analistas indicam ações de saúde e do agro em ano que promete ser instável

Commodities agrícolas e planos médicos são menos impactados pelas oscilações da economia local

MERCADO

Lucas Bombana

SÃO PAULO Diante de um ano que se desenha repleto de incertezas, seja no campo político em razão das eleições, sejam relativas ao desempenho da economia, um dos raros consensos entre os investidores é o de que a Bolsa terá dias de intensa volatilidade nos próximos 12 meses.

Nesse ambiente desafiador para o mercado acionário, que conta ainda com a concorrência dos juros de volta aos dois dígitos, alguns setores e papéis em particular devem conseguir apresentar um desempenho mais resiliente em comparação com a média dos pares refletida pelo Ibovespa.

Na avaliação de gestores de fundos especializados em renda variável, exportadores de commodities agrícolas, mais vinculadas à dinâmica da economia global, assim como negócios na área de saúde, estão entre aqueles com potencial para entregar retornos atraentes, a despeito de toda a volatilidade esperada para o mercado local.

Segundo Luis Felipe Amaral, fundador da gestora Equitas, ações que se encontram em níveis descontados ante a queda generalizada da Bolsa durante os últimos meses, e que guardam menor relação com o resultado do PIB, estão entre as principais candidatas a se destacar em 2022.

"Algumas empresas novas na Bolsa e ainda não tão conhecidas caíram brutalmente. Só que, entre elas, há negócios muito sólidos por trás, que não estão tão vinculados ao ciclo da economia brasileira."

Ele cita como exemplo na carteira dos fundos da Equitas os papéis da 3tentos, em-

presa que fez a abertura de capital na B3 em junho de 2021 e que atua no ramo de prestação de serviços ao setor do agronegócio. Desde a estreia, os papéis acumulam queda de aproximadamente 30%.

"O agronegócio está menos relacionado ao ciclo político aqui no Brasil, ao mesmo tempo que tem uma vantagem competitiva em escala global e que até se beneficia de uma depreciação do câmbio, porque é um setor exportador", diz o gestor da Equitas.

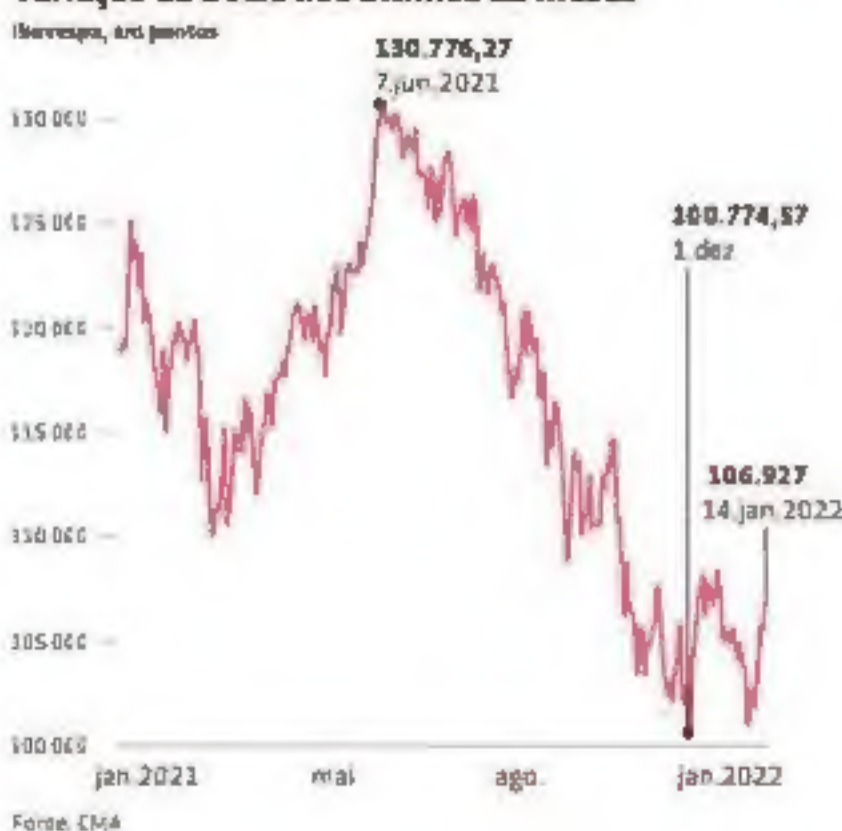
Caio Lewkowicz, sócio e gestor da Tarpon, também vê no agronegócio uma das alternativas mais resilientes da Bolsa para atravessar um ano que promete fortes emoções. "Apesar de estarmos em um momento difícil em termos econômicos para o Brasil, se olharmos para os últimos anos, foram períodos extremamente rentáveis para o setor do agronegócio."

Segundo ele, a visão favorável para o segmento se reflete em uma exposição relevante, próxima de 30% da carteira do fundo sob sua gestão na Tarpon, em nomes como Brasil Agro, Kepler Weber e Vittia.

A Brasil Agro, diz Lewkowicz, é uma empresa especializada em comprar e investir em grandes terrenos de modo a tornar a terra com alta capacidade produtiva para então revendê-la. A Kepler Weber é uma das líderes no ramo de armazenagem de grãos.

Já a Vittia, que fez seu IPO em setembro, comercializa fertilizantes biodefensivos que têm um impacto menor no ambiente em comparação aos produtos agrotóxicos tradicionais. "São três empresas do agronegócio em atividades complementares entre si e mais dependentes da economia global."

Variação da Bolsa nos últimos 12 meses



O setor de saúde, com investimentos nas redes hospitalares Hapvida e Intermédica e na farmacêutica Hypera Pharma, também é citado por Lewkowicz como uma estratégia que não deve estar tão suscetível ao noticiário político-econômico.

"A fusão anunciada no início do ano entre Hapvida e Intermédica cria a maior empresa de saúde do Brasil, que vai buscar tanto clientes do SUS que querem um plano privado como aqueles que já têm planos mas desejam opções mais econômicas."

O gestor acrescenta que, no caso da Hypera, o investimento se sustenta na tendência de envelhecimento da população brasileira. "Independente de o PIB subir ou cair, as pessoas vão continuar consumindo medicamentos."

Também confiante na evolução dos negócios de saúde, Amaral, da Equitas, cita



O setor de saúde depende menos da atividade econômica e muito mais da evolução esperada para a demografia da população a longo prazo. São operações que acredito que serão muito resilientes, mesmo em um ano de ruído político

Luis Felipe Amaral
fundador da gestora Equitas

as ações da Rede Mater Dei e da fabricante de medicamentos Viver, que fizeram o IPO em abril e agosto de 2021, respectivamente, entre os investimentos em portfólio que devem conseguir atravessar com relativa tranquilidade o cenário de instabilidade.

"O setor de saúde depende menos da atividade econômica e muito mais da evolução esperada para a demografia da população a longo prazo. São operações que acredito que serão muito resilientes, mesmo em um ano de ruído político", diz o gestor da Equitas.

Já Werner Roger, diretor de investimentos da Trigonio Capital, aporta Ferbas, São Martinho e Tupy entre os papéis em carteira que ele acredita que devem ter uma performance praticamente alheia à volatilidade da política.

Werner diz que Ferbas e Tupy são empresas que atuam nos setores de mineração e metalurgia que se encontram em momentos bastante favoráveis para suas operações.

Isso porque a redução da produção chinesa de matérias-primas metálicas em meio aos planos de descarbonização da economia do gigante asiático, somada à aprovação de planos de trilhões de dólares destinados à infraestrutura nos EUA, forma uma combinação ideal para a expansão de faturamento dessas companhias, diz o gestor.

No caso da produtora de açúcar e etanol São Martinho, a demanda crescente por veículos híbridos movidos por novas fontes de energia fará a empresa ter lugar de destaque no panorama global ao longo das próximas décadas.

"São três empresas cuja receita é altamente dolarizada, que vão se beneficiar muito se o dólar se valorizar em relação

ao real", diz Roger. Ele prevê que o processo de aperto monetário a ser conduzido pelo Federal Reserve (banco central dos EUA) deva provocar um fortalecimento da divisa americana em escala global.

Sócio fundador e diretor de investimentos da Meraki Capital, Roberto Reis afirma que, diante do atual nível de desconto da Bolsa, visto por ele como excessivo, mesmo papéis de caráter mais cíclico têm bom potencial de ganho. Nesse sentido, ele cita posições montadas recentemente em ações das incorporadoras Cyrela e MRV, inseridas em um setor que guarda alta relação com o patamar dos juros.

E, apesar de novos aumentos previstos para a Selic, Reis afirma que os prêmios embutidos nos contratos de juros futuros, que são os que mais influenciam nos contratos de financiamento imobiliário, já se encontram em patamares bastante esticados, com espaço para alguma decompressão.

O gestor da Meraki Capital diz que, para investir nas construtoras, reduziu a exposição aos segmentos de comércio eletrônico. O avanço do digital, contudo, é uma tese que deverá seguir no radar ainda por um bom tempo, acrescenta Reis, que carrega posições em Banco Pan e Banco Inter.

Ante o cenário eleitoral, Reis diz também que estatais não têm tido espaço dentro do portfólio dos fundos da casa neste momento. A visão favorável para a continuidade da recuperação do preço do petróleo, diz, se materializa na carteira por meio de uma posição na ExxonMobil.

Os papéis da petroleira americana estão disponíveis na Bolsa brasileira via BDRs (Brazilian Depositary Receipts), certificados que representam uma fração das ações negociadas em outros países.

"Se o petróleo continuar subindo e alcançar patamares próximos ou até acima de US\$ 100, como estamos prevendo, é difícil imaginar a Petrobras reajustando os preços na mesma proporção. Ou seja, a empresa não vai conseguir capitalizar esse movimento, ainda mais sendo um ano eleitoral", afirma Reis.

folhamais

Na Europa, veículos elétricos superaram os a diesel pela 1ª vez

Aperto da regulação contra emissões de gases estufa impulsiona mercado

MERCADO

Joe Miller

FRANKFURT | FINANCIAL TIMES As vendas de carros elétricos na Europa superaram em dezembro as dos modelos a diesel pela primeira vez, segundo estimativas preliminares. Mais de 20% dos novos carros vendidos em 18 mercados europeus, incluindo o Reino Unido, eram movidos a bateria, segundo dados coletados para o Financial Times pelo analista de automóveis independente Matthias Schmidt, enquanto os carros a diesel representaram menos de 19% das vendas. Graças a generosos subsídios na Alemanha e em outros países, assim como à rígida regulamentação adotada em 2020, que obriga os fabricantes europeus a vender mais veículos com baixas emissões, as vendas de elétricos vêm aumentando constantemente. A tendência se acelerou no quarto trimestre do ano passado, quando a Tesla se mostrou mais capaz que suas rivais de se adaptar aos garga-

los no fornecimento de semicondutores, entregando um recorde de 309 mil carros elétricos. Os fabricantes europeus também aumentaram as vendas de veículos elétricos em dezembro para reduzir sua pegada de carbono em toda a frota e evitar multas de Bruxelas, depois de priorizar a produção de modelos mais rentáveis durante a crise na cadeia de suprimentos. Em consequência, 176 mil veículos a bateria elétrica foram vendidos na Europa Ocidental durante esse mês — um recorde histórico —, mais de 6% acima do número vendido em dezembro de 2020. Em comparação, quase 160 mil veículos a diesel foram vendidos no último mês de 2021. As vendas de carros a diesel estão em declínio constante desde que se descobriu que a Volkswagen fraudou testes de emissões de motores instalados em 11 milhões de veículos. “A marcha fúnebre do diesel está tocando sem parar desde setembro de 2015, quando o ‘dieseltgate’ foi revelado — fazendo a VW traçar os primei-

ros planos do ID.3, 30 dias depois do estouro do escândalo”, disse Schmidt, referindo-se ao principal veículo elétrico da marca, que é vendido desde 2020. A Volkswagen manteve sua posição como maior produtora de veículos elétricos na Europa Ocidental no ano passado, vendendo mais de 310 mil carros movidos a bateria na região em 2021, do total de 3,5 milhões. Enquanto diversos novos modelos elétricos atraíram novos consumidores, as proibições de veículos a diesel mais antigos em algumas cidades e maiores impostos para o diesel em mercados-chave também prejudicaram ainda mais as vendas de carros a diesel, acrescentou Schmidt. O valor de revenda dos veículos a diesel na Alemanha também é incerto, pois o novo governo de coalizão indicou sua intenção de rever os subsídios fiscais para o combustível, que atualmente tornam o diesel cerca de 14% mais barato por litro que a gasolina premium. Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Eletrificação vai garantir futuro das picapes americanas

ANÁLISE

Eduardo Sodré
Jornalista especializado no setor automotivo

O novo mundo dos carros elétricos não se limita a modelos compactos e médios de apelo urbano. As picapes grandes ganham uma outra razão de existir quando podem ser recarregadas na tomada. Dois modelos estão a caminho do Brasil, ambos importados pelo grupo Oten. Além da exótica Tesla Cybertruck, a empresa espera a chegada da também americana Rivian R1T. A primeira unidade desse utilitário quadrado foi encomendada em setembro de 2021, com entrega esperada para junho ou julho. Picapes grandes são o símbolo máximo da indústria automotiva americana — e desde sempre vinculadas ao que há de pior em emissões de poluentes e gás carbônico. As opções elétricas são um futuro possível para esses modelos. A dimensão de suas plataformas favorece a instalação dos packs de baterias sem comprometer o espaço para ocupantes e carga. A caçamba segue livre: os acumuladores são instalados no assoalho. A picape da Rivian é capaz de rodar entre 400 e 500 quilômetros com uma carga completa. O interesse pela mar-

ca é crescente, e após iniciar a produção no estado de Illinois, uma segunda fábrica será construída nos EUA, na Georgia. O investimento nessa nova unidade equivale a R\$ 28 bilhões. Já a Tesla Cybertruck vai mais longe: a autonomia pode chegar a 800 quilômetros na versão com três motores, a escolhida pelo grupo Oten para venda ou locação no Brasil. Os preços, contudo, são elevados: o importador estima valores acima de R\$ 1 milhão para as picapes elétricas. A RAM 1500 Rebel, que tem porte semelhante ao da Tesla e é movida por um motor Hemi 5,7 V8 a gasolina, custa R\$ 450 mil no Brasil. O sucesso e a consequente valorização da Tesla e da Rivian fazem as gigantes americanas se movimentarem. Os modelos da General Motors chegarão ao mercado em 2023. Em 2025, todos as picapes da montadora à venda nos EUA serão movidas a eletricidade. Na Ford, a novidade é a F-150 Lightning, que troca o tanque por baterias. A chegada ao mercado americano ocorre neste primeiro trimestre, e já há uma longa fila de espera. A montadora tenta evitar a cobrança de água sobre um preço já elevado. O interesse do público por esses modelos justifica o aumento da produção e a expansão das redes de recarga. Esse é o caminho para conquistar o consumidor americano, que comprou 2 milhões de picapes grandes ao longo de 2021.

“A marcha fúnebre do diesel está tocando sem parar desde setembro de 2015, quando o ‘dieseltgate’ foi revelado — fazendo a VW traçar os primeiros planos do ID.3, 30 dias depois do estouro do escândalo

Matthias Schmidt
analista de automóveis



Carros elétricos da Volkswagen exibidos na sede da fabricante, em Wolfsburg, na Alemanha. Benny Harthorn - 28 Jan.21 / AFP

5G pode provocar caos na aviação, dizem executivos dos EUA

David Shephardson

WASHINGTON | REUTERS Os presidentes-executivos das maiores companhias e transportadoras aéreas dos Estados Unidos alertaram nesta segunda-feira (17) para uma iminente crise na aviação a partir desta quarta-feira (18), quando AT&T e Verizon vão lançar um novo serviço de telefonia móvel 5G. As companhias aéreas disseram que o uso da banda C do 5G poderia inutilizar um número significativo de aeronaves de grande porte e “impedir que dezenas de milhares de americanos viagem de volta do exterior”. “A menos que nossos grandes centros de tráfego aéreo

sejam liberados para voar, a ampla maioria dos passageiros e carga aérea vai ficar em terra”, escreveram os presidentes da American Airlines, da Delta Air Lines, da United Airlines, da Southwest Airlines e de outras aéreas em carta à Casa Branca, ao Departamento de Transportes, à FAA (Agência Federal de Aviação) e à FCC (Agência Federal de Telecomunicações). A FAA disse que potencial interferência pode afetar instrumentos sensíveis das aeronaves, como altímetros, assim como impactar operações quando as condições são de baixa visibilidade. “Isso significa que, em um dia como ontem, mais de 1.100 voos e 100 mil passageiros es-

tariam sujeitos a cancelamentos, alterações de destino ou atrasos”, diz a carta. Medidas têm que ser tomadas urgentemente, afirmaram os executivos na carta, também assinada pelas empresas de entrega de encomendas UPS Airlines e FedEx Express e pela companhia aérea JetBlue Airways. “Para sermos francos, o comércio da nação vai parar”, afirmaram os executivos. Representantes da Airlines for America, grupo que organizou a redação da carta, não comentaram o assunto. As agências governamentais dos Estados Unidos também não se manifestaram. AT&T e Verizon, que ficaram com quase toda a banda

C em um leilão de US\$ 80 bilhões (R\$ 440,4 bilhões) realizado no ano passado, concordaram em 3 de janeiro com a criação de zonas isoladas ao redor de 50 aeroportos dos EUA para redução de riscos de interferência dos sinais do 5G em aeronaves e aceitaram outras medidas para redução de riscos potenciais ao longo de seis meses. As duas operadoras também haviam concordado em atrasar o início da operação da banda C por duas semanas, até esta quarta-feira, para evitar uma crise na aviação. As companhias aéreas que-rem que o “5G seja implementado em todo o país, exceto em áreas que estejam a três, dois quilômetros de pistas de

aerportos”, como é o caso de alguns terminais. “Intervenção imediata é necessária para evitar interrupção significativa de serviços aéreos para passageiros, cadeia logística e envio de suprimentos médicos”, afirmaram os executivos. As companhias aéreas disseram também que as restrições de operação podem não ficar isoladas apenas em situações de clima adverso. “Vários sistemas de segurança modernos em aeronaves serão considerados inutilizados, causando um problema muito maior do que conhecíamos... Os fabricantes de aviões nos informaram que há grandes partes da frota atual que pode precisar fi-

car em terra indefinidamente”, escreveram. As empresas de aviação acrescentaram que ações são necessárias para garantir que “o 5G seja implantado, exceto quando as torres estiverem muito próximas das pistas do aeroporto, até que a FAA possa determinar como isso pode ser realizado com segurança”. A FAA disse no domingo (16) que liberou cerca de 45% da frota de aviões comerciais dos EUA para realizar pousos de baixa visibilidade em muitos aeroportos onde a banda C do 5G será ativada a partir desta quarta-feira. As companhias aéreas afirmaram nesta segunda-feira que a lista não inclui muitos aeroportos grandes do país.

Zeca Camargo no cenário do quiz show '1001 Perguntas', que vai ao ar todas as noites, de segunda a sexta, na Band; ele volta às telas após período de bastidores na emissora Foto: Divulgação

Zeca Camargo diz se renovar com quiz show

Após um ano e meio na Band, apresentador volta para frente das câmeras e afirma não temer concorrência do BBB

F5

Leonardo Volpato

SÃO PAULO Antes de estreiar no quiz show "1001 Perguntas", Zeca Camargo, 58, estava ao mesmo tempo feliz da vida e cheio de expectativa com relação à concorrência.

O quiz show, com o qual volta às telas após um ano e meio na Band, estreará nesta segunda (17), às 22h30, mesmo horário em que iria ao ar o primeiro episódio do Big Brother Brasil 22 (Globo). Mas o apresentador diz que não teme perder público para o reality.

"A maior pedra é fazer um programa e não olhar para competição na TV. Se aprendi algo nesses 30 anos de televisão foi ver que as coisas dependem do meu empenho, mas o resto é com o público. Audiência é dança da chuva. Depende de muitos fatores. Não tenho um programa para vencer o BBB, tenho uma alternativa de entretenimento diferente", constata Zeca.

O apresentador relembra que começou sua trajetória na televisão "em uma TV que dava traço", audiência zero, na MTV.

"O BBB é influente, incrível e com repercussão para crescer. Olho com o maior respeito do mundo, pois é um projeto do Boninho. Mas aqui trabalho com pessoas tão engajadas quanto eles. Tenho um programa para atrair as pessoas", reforça Zeca, que durante conversa com a imprensa recebeu um voto de boa sorte do próprio Boninho, com quem trabalhou na Globo.

Além disso, o quiz show, que também contará com o apoio da jornalista Carla Bigatto, terá a dura missão de começar logo após a estreia de Fausto Silva na Band. Dessa forma, ele repetirá a dobradinha que já acontecia na Globo nos tempos em que ele era

apresentador do Fantástico e recebia o público do Domingo do Faustão.

"Agora não me assusta nem um pouco, vou estar recebendo do Faustão que criou uma vibração em todo mundo na emissora. É, sim, uma responsabilidade, mas também um conforto receber o herdeiro dele. Ele é exemplo para mim."

Em cada um dos 65 programas, gravados, três duplas disputarão o prêmio de R\$ 20 mil. Cada vez que uma dupla vence, pode voltar nas edições posteriores e acumular, no máximo, um montante de R\$ 1,3 milhão. Mas é difícil. As inscrições podem ser feitas no site da atração da Band.

Zeca entende que um jogo de perguntas e respostas não é algo tão novo — quiz shows existem desde a década de 1950. Mas aponta diferenças.

"Temos as histórias humanas. Por isso que estamos apostando em duplas legais, como irmãos gêmeos ou ex-casais. Eles precisam ter uma relação entre si", comenta.

"Queremos passear pela cultura pop. Vai ter prova de viagem, de música, não vai ser nada fora da nossa conversa do dia a dia", adianta.

Há um ano e meio na Band, Zeca Camargo afirma que estreia, enfim, seu programa na emissora no momento certo. Ele chegou ao canal para ficar mais atrás das câmeras, junto à direção, para conduzir de longe as atrações e uma nova grade de programação.

Porém, de um tempo para cá, ele diz que já sentia saudades de voltar aos holofotes.

"Esse tempo foi necessário. Estou numa proposta totalmente diferente agora, mas não tinha pressa de estreiar. Cheguei na Band, tentamos reformular o horário da manhã com a Mariana Godoy e aos poucos as coisas foram se desenhando", lembra ele



A jornalista Carla Bigatto, que dá apoio a Zeca Camargo no palco do programa

sobre a atração com a colega, hoje na Record, que nem sequer estreou.

A partir de agora, tudo é um recomeço para o apresentador. "É uma reinvenção. Todos os projetos foram me ajudando a me formar."

Se depender dele, os comentários e possíveis memes que surjam nas exibições serão curti-dos e compartilhados pelo próprio apresentador, que revela ter sofrido alguns rinhos nas gravações de pilotos.

"Será um termômetro de que tem gente vendo. Críticas construtivas são boas. As

pessoas têm direito de achar o que quiserem. Nunca entrei em provocação. Vai ter sempre um defeitinho que vamos ajustando. Acho que ninguém vai cansar porque temos novidades e dinâmica legal", conclui o apresentador que não descarta que numa possível segunda temporada o jogo conte com famosos.

O "1001 Perguntas", que estreia nesta segunda na Band sob o comando de Zeca Camargo, tem uma dinâmica de seis etapas até definir o grande vencedor da atração. Das três duplas, apenas uma embolsa

R\$ 20 mil a cada programa.

O jogo começa com a etapa "Resposta Certa", na qual os competidores terão de acertar questões divididas em seis categorias. Esse momento do jogo contará com quatro alternativas e as perguntas não deverão ser muito difíceis.

Na sequência, chega o momento do "Conta-Quilômetros", em que os participantes terão de adivinhar a distância da porta da Band até qualquer lugar do planeta, seja ele um museu, um monumento, uma cidade, uma cachoeira, um edifício, um está-

dio. Aqui, a aproximação é o que vale para pontuar.

Depois, na terceira etapa, chega o jogo "15 Nomes" no qual os participantes precisam decifrar o nome de celebridades durante um tempo determinado pelo relógio.

No "Deu Match", após escolher uma das seis opções disponibilizadas, os jogadores precisam ligar um item a uma coluna de forma correta. Para isso, precisam escolher temas que podem variar entre desenhos e seus criadores, invenções e seus inventores, celebridades e os times para os quais torcem, dentre outros.

A quinta etapa do jogo é o "Som na Caixa", em que aparecem seis categorias com estilos musicais diferentes. Ao escolher uma opção, um trecho da música é reproduzido. Em seguida, o tempo começa a correr, e os competidores devem adivinhar quem é o intérprete e o nome da faixa.

Depois da quinta etapa, a dupla com menos pontos é eliminada e outras duas concorrem na última fase, "Passando o Bastão", um rally de perguntas, mas sem alternativas.

Um membro de cada dupla deve responder sozinho e, caso não saiba, passa o bastão ao companheiro. Quem tiver mais pontos leva o prêmio e retorna no dia seguinte para disputar contra novas duplas e vai acumulando dinheiro.

"Temos uma preocupação de não fazer um show monótono. Elaboramos mais de uma maneira de testar os conhecimentos das pessoas. Vamos ter questões com quatro opções de respostas, mas outras em que será necessário usar o raciocínio, um pouco de adivinhação e até mesmo intuição. É um game muito acessível", diz Zeca Camargo.

1001 Perguntas

De segunda a sexta, às 22h30. Na Band. Livre

folhamais

Tadeu Schmidt diz que saberá lidar com as torcidas do 'BBB'

Novato na apresentação do reality, jornalista conta que já está acostumado com fãs das coberturas esportivas

F5

Vitor Moreno

SÃO PAULO "O 'BBB' tem o poder mágico de abrir portas para novas oportunidades."

Quem afirma tem conhecimento de causa: a médica Thelma Assis, 37, vencedora da 20ª edição do "Big Brother Brasil" (Globo).

Anova edição do programa, que teve início nesta segunda-feira (17), deve mudar a vida de mais um grupo de 20 participantes dos grupos Pipoca (formado por anônimos) e Camarote (de famosos convidados), mas também de um novo apresentador.

Trata-se do jornalista Tadeu Schmidt, 47, que o público se acostumou a ver à frente do "Fantástico" durante 14 anos.

Ele substitui Tiago Leifert, 41, que apresentou o programa entre 2017 e 2021 e deixou a Globo no ano passado no meio da décima temporada do show de talentos "The Voice Brasil", por problemas pessoais —em setembro, já havia anunciado que não renovaria seu contrato. Antes disso, Pedro Bial comandava a "Nave Louca".

Schmidt diz que acompanhou os antecessores. "Acho um programa genial, curto co-

mo lá desde a primeira edição. Assisti para ver o desempenho do Bial e, depois, o do Tiago Leifert, que são craques. Eu apreciava assistir isso."

"Via também pelos VTs, que são muito divertidos, e para observar a conexão das pessoas, as características psicológicas, como elas se revelam", continua. "Todo mundo faz isso, não é? Quando estamos conversando com alguém, vamos pensando: 'Ah, essa pessoa é mais mandona, essa aqui é mais tímida, essa aqui é mais extrovertida'. É genial poder ver as pessoas dessa forma."

Mesmo tendo os melhores momentos na cabeça, ele revisitou as edições anteriores. "Eu assisti e reassisti a muita coisa, incluindo toda a edição anterior", afirma Schmidt. "Além de conversar com a equipe do programa, claro, escolhi fazer dessa forma para entender tudo melhor e ficar mais íntimo do reality."

Porém o conhecimento sobre o passado do programa não significa que o apresentador vá seguir os modelos já experimentados.

"Eu coloco a minha alma em tudo que faço e, no 'BBB', não está sendo diferente", diz. "Estou aprendendo muito com as pessoas da equipe, que têm tanta experiência no progra-

ma, e também estou tendo liberdade para criar a minha maneira de apresentar."

Apesar de o nome do jornalista ter pego boa parte do público de surpresa, o próprio Tadeu Schmidt diz que já havia se imaginado "várias vezes" à frente do programa. "Inclusive muitos anos antes de o Bial sair", comenta.

"Nessa mesma época, quando estavam especulando quem poderia apresentar o programa no lugar dele [Bial] e falaram meu nome, junto ao de outras pessoas, eu achei superlegal", lembra. "Mesmo assim, não imaginava que iria mesmo acontecer, então por isso foi uma surpresa receber a notícia do convite."

A empolgação do novo apresentador com a função foi inesperada até para a equipe. "Esse lado dele lá do programa até nos pegou de surpresa", diz o diretor-geral Rodrigo Dourado. "Ele é totalmente interessado, muito aberto a aprender e a querer fazer parte dos processos, entender o que a gente faz."

"Tadeu é muito empático", elogia. "Ele vai se apaixonar por essas pessoas como a gente se apaixona. Ele também está muito empolgado com as provas, já se colocou disponível para estar junto na

hora de criar e desenvolver as dinâmicas do jogo... Tem sido uma ótima troca."

Dourado esteve presente em todas as 12 edições do Big Brother Brasil e avalla que o programa se transformou bastante ao longo de 20 anos.

"O 'BBB' nunca foi só mais um programa de televisão", avalia. "Desde que estreou, em 2002, ele sempre se fez muito presente na vida dos brasileiros. E soube se reinventar."

"Isso é o que constrói a longevidade da qual a gente tem tanto orgulho", afirma. "O 'BBB' consegue andar junto com a transformação das pessoas, da vida em sociedade. É um programa que nutre um relacionamento muito íntimo com seu público e que está presente em diferentes canais antes mesmo do termo multiplataforma existir."

Para ele, no entanto, o que não mudou foi a ânsia das pessoas em saber sobre os outros. "O programa se conecta muito com a curiosidade do brasileiro pela vida", afirma. "A possibilidade de se ver, se espelhar e se imaginar dentro do programa, muitas vezes, vai além da competição."

"Hoje, as pessoas também querem estar por dentro do que acontece no 'BBB' para poder fazer parte da conversa, da discussão", analisa. "Outro lado é que o 'BBB' oferece ao público uma história imprevisível, contada pelos participantes. Uma dramaturgia às avessas."

"Quando você coloca as pessoas dentro da casa, entrega uma página em branco na mão delas e diz que a regra é fugir do paredão e chegar à final, o que elas vão fazer depende de cada uma", continua. "E tem ainda mais camadas: as pessoas são umas quando estão sozinhas, mas se revelam outras, dependendo das companhias. Essa imprevisibilidade é muito interessante."

Esse apetite todo do público, no entanto, é algo que assusta quem acompanha as redes sociais. Antes mesmo da estreia, os perfis do apresentador já estão fervilhando com comentários sobre o programa. "A sensação é que a nossa troca já está antecipando um pouco do que vamos viver juntos ao longo da temporada", diz ele.

Com um histórico de atleta e de apresentador de programas esportivos, Tadeu Schmidt conta que está acostumado com os fãs mais emocionados. "Se tem uma coisa que eu aprendi na minha vida foi a lidar com torcida", afirma. "Aprendi que o torcedor usa o coração."

"O mesmo cara que é superequilibrado, super centrado, na hora que vai para a torcida, ele enlouquece!", comenta. "Mas aprendi que não dá para ficar chateado com torcedor. No final, um torce pelo João e outro torce pela Maria. Se eu falar da Maria, o pessoal do João pode não curtir. Se eu falar do João, lá vem o grupo da Maria. Normal."

O jornalista diz que vai focar na paixão que trouxe o programa até sua 12ª edição. Inclusive, caso não tivesse virado apresentador, ele diz que poderia ser visto um dia no programa como participante do grupo Camarote.

"Eu adoraria ser um brother pela experiência de ficar em um lugar fechado, sendo cercado pelas câmeras e com todo mundo vendo o que está acontecendo", afirma. "Mas, sobretudo, por estar participando de um jogo."

"Eu fui atleta, minha família é de atletas", explica. "Um jogo em que o caminho para a vitória não é a minha força ou o meu talento e, sim, o meu jeito, a maneira como eu ajo e me posiciono diante das coisas, o meu caráter... Isso é demais", conclui.

“

Eu assisti e reassisti a muita coisa, incluindo toda a edição anterior. Além de conversar com a equipe do programa, claro, escolhi fazer dessa forma para entender tudo melhor e ficar mais íntimo do reality

Tadeu Schmidt apresentador do 'Big Brother Brasil'

“

Eu adoraria ser um brother pela experiência de ficar em um lugar fechado, sendo cercado pelas câmeras e com todo mundo vendo o que está acontecendo. Mas, sobretudo, por estar participando de um jogo

Tadeu Schmidt apresentador do 'Big Brother Brasil'



O jornalista e atual apresentador do 'Big Brother Brasil', Tadeu Schmidt. Edição/Repórter

Tiago Leifert recomenda ao público eliminar 'plantas' primeiro

SÃO PAULO Fora do comando do "Big Brother Brasil" pela primeira vez desde 2017, Tiago Leifert, 41, desejou à equipe do reality e ao novo apresentador, Tadeu Schmidt, uma "temporada complicada, surpreendente e maravilhosa como tem que ser".

Em publicação no Insta-

gram, Leifert também disse que está com o coração com eles e deu uma recomendação aos telespectadores do "BBB 21": votar primeiro nas "plantas", como são chamados participantes que não movimentam o jogo.

"Estou aqui mas com o coração aí com vocês sempre!

E a você que vai assistir e votar, lembre-se: comece pelas plantas", escreveu.

A 21ª edição do programa teve início nesta segunda (17). Os 20 concorrentes ao prêmio de R\$ 1,5 milhão foram divulgados na última sexta (14), e muitas polêmicas já movimentam as redes sociais.

Confirmada na atração, Naiara Azevedo foi alvo de críticas da família de Marília Mendonça, que morreu em um acidente aéreo em novembro do ano passado. João Gustavo, irmão da cantora, disse que não vai aceitar ninguém se promovendo usando o nome da irmã.

Isso porque, antes de entrar no reality, Naiara anunciou que lançaria uma música gravada com Marília. Após a polêmica, a equipe da participante do BBB afirmou que pode não lançar a música "50 por Cento".

"Tudo foi sempre feito dentro os trâmites legais. Mas em

respeito à família de Marília, e se for da vontade deles não queremos esse lançamento, iremos entender e não lançar a canção", afirmou a equipe de Naiara em nota publicada no Twitter. "E fica aqui frisado, novamente, toda admiração e respeito que sempre existiu entre as artistas."